



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 4 de Outubro de 2007

Número 192

ÍNDICE

PARTE J

SUPLEMENTO

BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A.

Relatório n.º 12-T/2007:

Contas de 2006 28 976-(2)

BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}

Relatório n.º 12-U/2007:

Contas de 2006 28 976-(22)

Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra — Caixanova

Relatório n.º 12-V/2007:

Contas de 2006 28 976-(33)

CAIXA — Participações, SGPS

Relatório n.º 12-X/2007:

Contas de 2006 28 976-(37)

IBM FINANCIAMENTO — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.

Relatório n.º 12-Z/2007:

Contas de 2006 28 976-(46)

P&I — Propriedade e Investimentos, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A

Relatório n.º 12-AA/2007:

Contas de 2006 28 976-(60)



PARTE J

BBVA, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Relatório n.º 12-T/2007

Relatório e contas de 2006

Relatório de gestão

O conselho de administração da BBVA Instituição Financeira de Crédito, S. A., no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à assembleia geral, relativamente ao exercício de 2006, o seu relatório sobre as actividades e resultados da sociedade, bem como as contas, acompanhadas do parecer fiscal único e da certificação legal das contas.

Enquadramento macroeconómico

Economia internacional

O crescimento económico global em 2006 apresentou um apreciável dinamismo, ultrapassando as previsões mais optimistas. Este crescimento aparece sustentado por uma base geográfica cada vez mais extensa e diversificada. A par da consolidação da expansão na Europa, permanece o comportamento muito positivo dos mercados emergentes. Factores como o desenvolvimento tecnológico e a globalização dos mercados e dos sistemas financeiros, favorecem este dinamismo.

Crescimento do PIB por regiões

(Em percentagem)

	2005	2006	2007
EUA	3,2	3,3	2,8
UEM	1,4	2,6	2,5
América Latina	4,4	4,9	4,5
China	9,9	10,4	9,5
Mundial	4,9	5,0	4,7

Fonte: BBVA e Comissão Europeia.

Apesar da expansão económica e do aumento da procura de matérias-primas, a inflação manteve-se moderada. No entanto, a incerteza associada a uma possível tensão inflacionista por efeito da pressão da procura e a possibilidade do aumento dos preços do petróleo se transmitir de uma forma mais acentuada ao resto da economia, levou as principais autoridades monetárias a aumentar as suas taxas de referência em 2006. Este risco atenuou-se claramente a partir do último trimestre do ano, altura a partir da qual se assistiu a uma redução generalizada do preço das matérias primas que, no caso específico do petróleo, se deveu quer à ausência de perturbações climáticas importantes, quer à diminuição das tensões geopolíticas.

As expectativas para 2007 permanecem positivas, embora a magnitude do crescimento dependa, em grande medida, da forma como os países com uma economia mais dinâmica reajam à previsivelmente moderada desaceleração económica dos EUA que, não obstante, deverá crescer a uma taxa próxima do seu potencial.

O crescimento estimado para a economia da zona euro em 2006, 2,6%, superou as expectativas. Após vários anos de debilidade cíclica, a forte aceleração da actividade, estimulada pelo dinamismo do comércio mundial, pelo impulso do investimento em equipamento e por alguma retoma do consumo privado, propiciou este dinamismo. Existem, aliás, razões para crer que a recuperação cíclica é sustentável e irá consolidar-se ao longo de 2007.

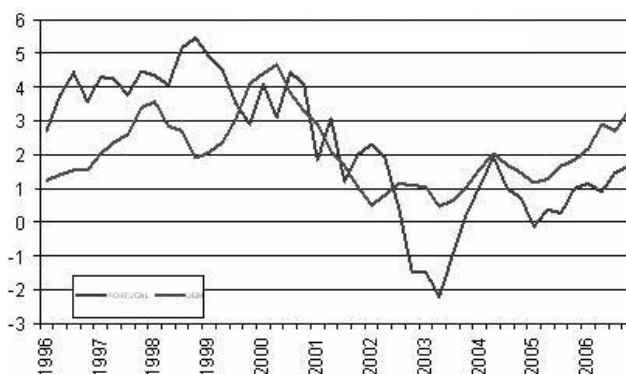
Por sua vez, o processo de normalização das taxas de juro deverá prosseguir, num contexto em que os dados da actividade confirmam um cenário de crescimento sustentado e em que as expectativas de inflação se mantêm acima do objectivo. A taxa *refi* na zona euro que se situou no final do ano em 3,50%, deverá subir até 4% no primeiro semestre de 2007.

Economia portuguesa

A economia portuguesa, embora tenha saído da recessão de 2003, não revela sinais de recuperação sólida desde essa data. O crescimento tímido verificado em 2005 mantém-se em 2006, se bem que a forte procura externa lhe tenha imprimido maior dinamismo. Em 2006, o PIB português subiu 1,3% (taxa interanual), situando-se muito abaixo do crescimento da zona euro, que registou um aumento de 2,6%. Pelo quinto ano consecutivo, Portugal terá uma taxa de crescimento inferior à média da zona euro, o que significa um retrocesso no processo de convergência.

PIB em Portugal e UEM

(Taxa de crescimento interanual trimestral)



Fonte: INE, Eurostat e BBVA.

O crescimento do PIB explica-se fundamentalmente graças ao forte impulso do sector externo, contribuindo a procura interna apenas com 0,3% para o crescimento do produto.

Por componentes, a evolução do consumo ao longo do ano foi relativamente modesta, registando um crescimento de 1,1% na taxa interanual, apesar da confiança dos consumidores ter evoluído favoravelmente.

Por sua vez, a evolução do consumo público, com uma queda de 0,3% em 2006, denota o esforço de consolidação orçamental.

O investimento é, de todas as componentes, aquela que mais tem travado o crescimento, apresentando uma queda de 1,7%. Apesar desta queda assistiu-se a um desagravamento na sua progressão quando comparada com 2005 (— 3,8%). A maior parte deste comportamento negativo tem a sua origem na construção, que, no último ano, acentuou o seu ritmo de descida.

Durante o corrente ano, as exportações de bens e serviços tiveram um crescimento notável, a taxas interanuais da ordem dos 8,8%, segundo dados disponibilizados pela contabilidade nacional. Grande parte do aumento das exportações é explicada pelo dinamismo do comércio mundial e, em concreto, pelo bom momento que atravessa a UEM (80% das exportações portuguesas têm por destino este mercado). Mas também aumentaram de forma significativa as exportações de bens para mercados que não integram a UEM, entre os quais se destaca o incremento de 27% das exportações para os EUA relativamente ao ano de 2005.

Os últimos dados revelam que poderá ter sido travada a deterioração da competitividade, ainda que se esteja longe dos níveis anteriores a 2000. No que diz respeito ao grau de especialização, os dados da balança comercial revelam um aumento relativo das exportações líquidas de bens de média-baixa tecnologia e de média-alta tecnologia em detrimento dos bens de baixa tecnologia.

As importações, por seu lado, e apesar de uma procura interna deprimida, apresentaram igualmente uma aceleração face a 2005, crescendo 4,3%.

O maior ritmo de crescimento das exportações, aliado à redução dos preços do petróleo, atenuou o défice comercial. No entanto, as necessidades de financiamento externo, expressas em percentagem do PIB, continuam elevadas, 8,7% do PIB, deteriorando-se face ao ano anterior (— 8,1%).

No que respeita ao mercado laboral, a taxa de desemprego em Portugal apresentou uma progressão ascendente, estabilizando-se na ordem dos 7,7% em 2006, um valor superior ao do ano anterior em 0,1 p.p.

No ano em curso, a taxa de inflação média situou-se em 3,1%, o que significa um aumento dos preços de quase um ponto em relação ao registado em 2005. Esta situação deu lugar ao ressurgimento do diferencial de preços entre Portugal e a zona euro, que se situa actualmente um pouco acima de um ponto, após ter sido reduzido praticamente a zero em 2005.

Previsões macroeconómicas

	Banco de Portugal		
	2006	2007	2008
PIB	1,2	1,8	2,1
Consumo Privado	1,2	1,5	1,7
Consumo Público	- 0,2	-	0,3
FBCF	- 3,1	-	3,9
Exportações	9,3	6,2	6,1
Importações	4,3	3,5	4,7
Inflação (IHPC)	3,0	2,3	2,4
Défice BCorrente + BCapitais (percentagem do PIB)	7,6	7,3	7,2

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno 2006.

É igualmente de esperar, para 2007, que a economia portuguesa cresça a um ritmo superior ao do corrente ano, ainda que a composição desse crescimento seja distinta. No próximo ano o Banco de Portugal estima que a economia cresça a uma taxa de 1,8%. A procura externa contribuirá menos para o crescimento, o que, crê-se, será compensado por uma melhor evolução da procura interna. Espera-se uma moderação da inflação até taxas de 2,2% em 2007. Estas previsões implicam a anulação do diferencial de inflação com a zona euro após a ampliação transitória observada este ano.

Síntese da actividade

O exercício de 2006 representou para os accionistas da sociedade, um ano de consolidação das profundas alterações iniciadas em 2005, consubstanciadas no reforço da capacidade competitiva e na expansão do negócio na esfera da intervenção especializada na área automóvel e pela implementação das Normas de Contabilidade Ajustadas — NCAs.

O aproveitamento das sinergias operativas, o estabelecimento de novos acordos com grupo de concessionários e a dinamização de negócios multimarcas foram assumidos como prioridades estratégicas para 2006.

Estamos, todavia, conscientes de que o enquadramento competitivo em que operamos e desenvolvemos a nossa actividade é bastante complexo e dinâmico, tendo-se mesmo traduzido por um decréscimo de 5,1% nas vendas dos veículos ligeiros. O comportamento do mercado de automóveis reflectiu a situação da economia portuguesa traduzindo uma diminuição da confiança quer dos consumidores quer dos investidores, caracterizado por um nível de endividamento das famílias. Esta situação, aliada a subida das taxas de juro contribuíram de forma negativa no mercado de automóveis.

Modelo de negócio

A estratégia comercial em 2006, teve como base o modelo de instituição especializada no negócio de financiamento e aquisição de bens e abandono do modelo assente no financiamento de serviços, com especial enfoque no sector automóvel, em torno dos três subsegmentos da cadeia de valor, para os quais manteve a aposta na oferta e desenvolvimento de ofertas mais adequadas:

Importadores/distribuidores.
Concessionários e *stands*.
Clientes finais.

A tendência do sector de distribuição automóvel aponta para uma crescente abordagem da multimarca do mercado, sendo assim é natural que a sociedade desenvolvesse as suas competências comerciais e operacionais nesse sentido, com especial destaque para o financiamento de viaturas novas e semi-novas, para o qual foi desenvolvida

uma plataforma de subscrição e processamento de negócio próprio. Neste domínio salienta-se os esforços que têm sido feitos no desenvolvimento de plataforma de subscrição de negócio via telefone e Internet.

Oferta de produto

A oferta de produtos de financiamento ao Cliente continuou a basear-se nas três modalidades disponíveis no mercado — Crédito, *leasing* e A.L.D — complementada pela disponibilização de serviços como o cartão de combustível, seguro automóvel e de protecção ao crédito. Durante o ano de 2006, criou-se mais um produto, o *crosseling*, que consiste na atribuição de *plafond* de crédito aos nossos melhores clientes. De salientar também, o facto de 2006 ter sido um ano de preparação para o lançamento de mais um produto, os cartões. Produto este a ser lançado no mercado durante o ano de 2007.

Canais e redes de distribuição

A sociedade dedica-se, exclusivamente, ao canal Ponto de Venda (concessionários e *stands*). A estrutura baseia-se em equipas de gestores comerciais, organizadas em subsegmento de negócios:

Rede Comercial Marcas e Acordos e algumas parcerias com marcas ou seus representantes no negócio de financiamento, que são exemplos o Grupo Santogal e Grupo Sorel.

Rede Comercial Multimarcas Novos, que servem de base às equipas comerciais que operam junto dos prescritores de zona e de apoio aos concessionários e clientes finais dentro da sua zona de intervenção.

Operações

Na área de operações foi efectuado um esforço de racionalização e eficiência, em virtude da sua adequação a estratégia comercial da sociedade que se traduziu na externalização de serviços sem valor acrescentado para a mesma. Mesmo com esta operação salienta-se que os níveis de serviços de atendimento a clientes em termos de número de chamada, tempos médios de chamada e respectiva resposta foram asseguradas com elevados padrões de qualidade.

Contencioso e recuperação de créditos

Durante o exercício de 2006 continuou-se com a estratégia delineada nos anos anteriores pelo facto de se ter constatado o sucesso da mesma, assente nos seguintes pontos-chave:

Aposta na relação cliente/instituição e no melhor enquadramento possível de acordo com o perfil do cliente:

Centralização na figura do cliente, sendo a sua abordagem pela responsabilidade total da sua dívida;

Existência de um Gestor de carteira que preconiza a recuperação de um cliente específico;

Identificação de factores de diferenciação, ou segmentação de clientes de forma a levar a cabo acções que melhor se coadunam com o seu perfil.

Manutenção da nova plataforma informática introduzida em 2003 — Front End — a qual permite de uma forma mais rápida e eficiente conhecer o historial do cliente de forma automatizada e transversal, o que conduziu a melhorias significativas dos níveis de recuperação e dos serviços prestados.

Quanto aos recursos humanos, continua-se a apostar na formação, ao nível de negociação e persuasão, e na adequação da sua estrutura, à carteira actual em gestão.

Risco de crédito

A política seguida na gestão de risco tem por base a identificação e análise dos diversos tipos de risco a que a sociedade está sujeita, de forma a adaptar estratégias que maximizem os seus resultados.

Desta forma, a estratégia de risco de crédito é diferenciada consoante a tipologia de origem do negócio (prescritores novos, prescritores antigos, prescritores de marca com acordos, negócio oriundo de cliente final, negócio captado nas agências), ou seja, existe uma adequação ao modelo de subscrição do negócio.

Salienta-se o enfoque na racionalização dos meios e processos por forma a assegurar bons tempos de resposta na decisão, e ao mesmo tempo manter o rigor necessário a criação de uma carteira de crédito

saudável. Assim neste sentido continua-se a desenvolver e a introduzir melhorias no sistema informático, visando agilizar o processo de decisão e avaliação de risco, bem como o desenvolvimento de uma plataforma de *scoring* adequada.

Demonstrações financeiras

Gestão financeira

Durante o presente exercício, a gestão foi orientada tendo em consideração dois princípios básicos:

Gestão de capitais próprios e alheios adequada ao volume de negócio;
Gestão conservadora da taxa de juro.

Risco de taxa de juro

Os contratos de *leasing* e crédito são constituídos na sua maior parte por prazos médios de 56 meses, indexadas à Euribor a três e seis meses, por esse motivo a gestão do *funding* deve ter em conta essa maturação. Numa conjuntura de subida das taxas de juro, a instituição procurou monitorizar o mercado em busca da melhor oportunidade de taxa de juro, seguindo o princípio da medição da sensibilidade do somatório do valor actualizado dos *cash-flows* futuros da carteira de negócio, com os *cash-flows* dos respectivos passivos associados.

Salienta-se, também, o facto da instituição não ter procedido a nenhuma operação de securitização da carteira durante o presente exercício.

Risco de liquidez

Quanto ao risco de liquidez, pese embora este se mantenha atenuado, para não dizer nulo, devido a inserção da sociedade no Grupo BBVA, este não deixa de ser acompanhado regularmente pelo comité de activos e passivos, com o objectivo de adequação da estrutura de activos à estrutura de passivos.

Em 31 de Dezembro de 2006, os activos líquidos da sociedade totalizavam 305 milhões de euros, o que representou um crescimento na ordem dos 16% face ao ano passado. Os capitais próprios ascenderam a 32 milhões de euros, para um rácio de solvabilidade de cerca 8,9%.

O nível de provisionamento líquido do ano corrente ascendeu a 2,2 milhões de euros, que denota um esforço acrescido para fazer face ao saneamento creditício da carteira de Opera e de Equipamento.

O crédito concedido sob gestão ascendia a 291 milhões de euros e o rácio de mora situou-se nos 1,28%, o que representou um decréscimo de cerca de 47 p.b. face ao ano de 2005. Salienta-se o facto do *ratio* de cobertura situar-se em patamar bastante confortável de cerca de 175%, resultado do esforço de provisionamento atrás descrito.

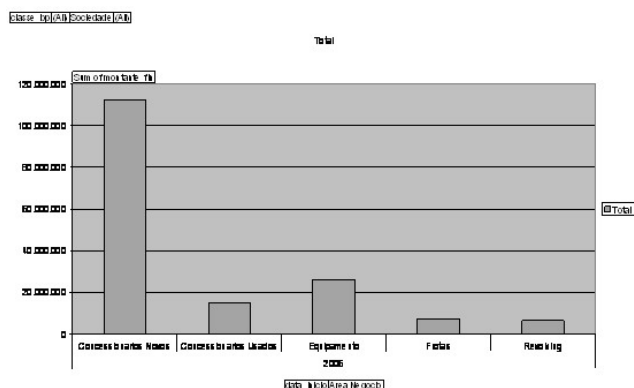
A margem ordinária cresceu cerca de 16,5%, fruto do incremento tanto da margem financeira como da margem por serviços (seguros).

O *ratio* de eficiência situou-se em cerca de 60%, reflectindo uma diminuição de 750 q. b., em resultado do aumento da margem ordinária e redução dos gastos de exploração.

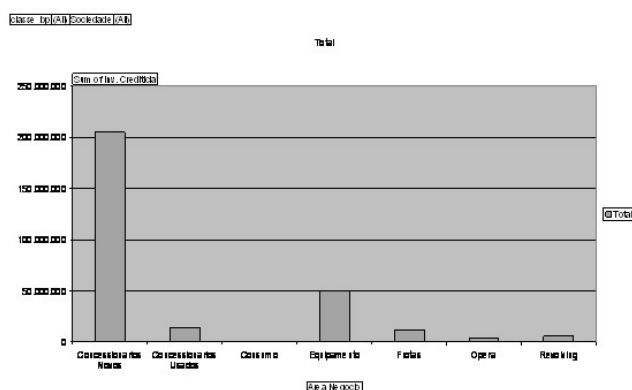
Em resultado do exposto, o resultado líquido ascendeu a 2 395 586 euros, o que representa um crescimento de 79,8%.

A nova produção, medida pelo capital financiado ascendeu a 167 milhões de euros, tendo sido realizados 8829 novos contratos repartidos da seguinte forma:

Montante financiado



Carteira sob gestão



Perspectivas e prioridades em 2007

As previsões apontam para a continuação do crescimento da actividade económica em 2007.

As exportações, o consumo privado e o investimento empresarial vão ser os factores que irão desempenhar um papel importante na recuperação da actividade económica. Prevê-se um crescimento moderado da actividade económica, resultado do nível de endividamento das famílias, já de si elevado, o que poderá limitar o recurso ao crédito, e também as restrições orçamentais poderão influenciar negativamente o investimento público. Prevê-se no entanto um crescimento positivo do investimento do sector empresarial, o qual poderá situar-se acima do crescimento da actividade económica.

No sector automóvel, em particular, espera-se uma ligeira dinamização do mercado com crescimento a um ritmo moderado de 1,5%, contudo a concentração a que se tem assistido nos últimos anos no sector de distribuição automóvel deverá continuar a ocorrer, o que conduzirá a um maior poder de negociação dos prescritores junto das financeiras.

No final do ano transacto a sociedade detinha uma quota de mercado no sector de automóveis ligeiros de cerca de 6%, por esse motivo a estratégia passará também pela defesa da posição alcançada. Por outro lado, a sociedade possui actualmente infra-estruturas que lhe permitam processar um maior número de propostas e consequentemente uma maior carteira sob gestão com importantes economias de escala. A desejada melhoria de rentabilidade passará pela aposta rigorosa ao nível de contenção de custos operativos, bem como da utilização intensiva de instrumentos de gestão que permitam uma análise adequada da rentabilidade dos modelos de negócios.

Estratégia 2007

Plano negócio 2007

	CRESCIMENTO				
	Oportunidades Mercado	Novos prescritores	Risco	Preço	Objectivo
USADOS					Integrar
MIDDLE MARKET					Segmentar
EQUIPAMENTO					Especializar
GRANDES ACORDOS AUTO					Ganhar QM

Principais objectivos operacionais 2007

Objectivos financeiros 2007

Cost - to - Income	➡	Inferior a 60%
Net Income	➡	+ € 4 milhões em 2007
R O E	➡	+ 12 % em 2007

Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração, nos termos das disposições legais e estatutárias, propõe que os referidos resultados positivos de 2 395 586 euros tenham a seguinte distribuição:

Reserva legal: 239 558,60 euros.

Resultados transitados: 2 156 027,40 euros.

Agradecimentos

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades monetárias e financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos órgãos sociais, quer o conselho de administração deixar expresso os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

Lisboa, 13 de Fevereiro 2007. — O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez.*

Balanços em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

ACTIVO					(Em euros)
	Notas	2006			2005
		Valor antes de imparidade e amortizações	Amortizações, provisões e imparidade	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23	250	—	250	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23	451 747	—	451 747	82 509
Crédito a clientes	3	299 176 396	(4 050 489)	295 125 907	243 794 63
Activos não correntes detidos para venda	4	421 346	(161 987)	259 359	241 333
Outros activos tangíveis	5	981 085	(719 108)	261 977	353 445
Activos intangíveis	5	3 548 688	(2 753 922)	794 766	967 614
Activos por impostos correntes	6	97 008	—	97 008	69 887
Activos por impostos diferidos	6	1 411 594	—	1 411 594	2 229 758
Outros activos	7	6 343 552	—	6 343 552	14 283 956
<i>Total do activo</i>		<i>312 431 666</i>	<i>(7 685 506)</i>	<i>304 746 160</i>	<i>262 023 388</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA				
	Notas	2006	2005	
Recursos de outras instituições de crédito	8	255 034 499	215 711 288	
Provisões	9	4 836 005	3 083 651	
Passivos por impostos diferidos	6	78 874	88 566	
Outros passivos	10	13 188 868	13 927 555	
<i>Total do passivo</i>		<i>273 138 246</i>	<i>232 811 060</i>	
Capital	11	29 903 045	29 903 045	
Outras reservas e resultados transitados	11	(690 717)	(2 023 252)	
Resultado líquido do exercício		2 395 586	1 332 535	
<i>Total do capital próprio</i>		<i>31 607 914</i>	<i>29 212 328</i>	
<i>Total do passivo e do capital próprio</i>		<i>304 746 160</i>	<i>262 023 388</i>	

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez.* — A Técnica de Contas, *Lília Facho.*

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
Juros e rendimentos similares	13	19 831 258	15 198 402
Juros e encargos similares	14	(11 473 187)	(7 696 545)
Margem financeira		8 358 071	7 501 857
Rendimentos de serviços e comissões	15	1 329 529	407 522
Encargos com serviços e comissões	16	(386 959)	(157 768)
Resultados na alienação de outros activos	17	359 751	140 489
Outros resultados de exploração	18	3 171 120	2 638 498
Produto bancário		12 831 512	10 530 598
Custos com o pessoal	19	(1 543 250)	(1 665 817)
Gastos gerais administrativos	20	(5 166 813)	(4 349 335)
Amortizações do exercício	5	(654 322)	(783 177)

		(Em euros)	
	Notas	2006	2005
Provisões líquidas de reposições e anulações	9	(1 752 354)	(722 078)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	9	(479 496)	(1 082 537)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9	(16 294)	24 168
Resultado antes de impostos		3 218 983	1 951 822
Impostos:			
Correntes	6	(14 925)	(11 359)
Diferidos	6	(808 472)	(607 928)
Resultado líquido do exercício		2 395 586	1 332 535

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez. — A Técnica de Contas, Lília Facho.*

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006	2005
Actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	21 560 596	15 995 091
Pagamento de juros e comissões	(12 501 671)	(9 258 534)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(7 604 215)	(5 958 474)
Recuperações de créditos incobráveis	2 506 203	2 559 052
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	10 582 439	(7 084 901)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	14 543 352	(3 747 766)
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre clientes	(50 786 588)	4 013 313
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Fornecedores de bens para locação	(2 228 383)	3 555 351
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(38 471 619)	(54 205 728)
Impostos sobre o rendimento pagos	(41 570)	(35 076)
Caixa líquida das actividades operacionais (1)	(38 513 189)	54 240 804
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Activos tangíveis	32 118	93 799
Pagamentos respeitantes a:		
Activos tangíveis	(84 276)	(127 248)
Activos intangíveis	(336 388)	(304 191)
	(420 664)	(431 439)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(388 546)	(337 640)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	35 000 000	60 000 000
Aumento de capital	—	8 000 000
Fluxos das actividades de financiamento (3)	35 000 000	68 000 000
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(3 901 735)	13 421 556
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (nota n.º 23)	(4 881 940)	(18 303 496)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (nota n.º 23)	(8 783 675)	(4 881 940)

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez. — A Técnica de Contas, Lília Facho.*

Demonstrações de alterações nos capitais próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Em euros)

	Capital	Reserva legal	Reservas livres	Resultados transitados	Total de reservas e resultados	Resultado líquido do exercício	Capitais próprios
Saldos em 1 de Janeiro de 2005	21 903 045	405 256	1 059 096	(4 031 739)	(2 567 387)	544 135	19 879 793
Aplicação de resultados	—	66 367	—	477 768	544 135	(544 135)	—
Aumento de capital	8 000 000	—	—	—	—	—	8 000 000
Result. líq. do exercício de 2005	—	—	—	—	—	1 332 535	1 332 535
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	29 903 045	471 623	1 059 096	(3 553 971)	(2 023 252)	1 332 535	29 212 328
Aplicação de resultados	—	133 255	—	1 199 280	1 332 535	(1 332 535)	—
Result. líq. do exercício de 2006	—	—	—	—	—	2 395 586	2 395 586
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	29 903 045	604 878	1 059 096	(2 354 691)	(690 717)	2 395 586	31 607 914

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez. — A Técnica de Contas, Lília Facho.*

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (adiante designada por BBVA IFIC ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em Maio de 1992, com a denominação de BBVA Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A. (BBVA Leasing).

Durante o exercício de 2003, foi celebrada a escritura de fusão por incorporação na BBVA Leasing da BBVA SFAC — Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S. A., a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de Janeiro de 2003. Simultaneamente foi alterada a denominação da Sociedade e o seu objecto social.

A BBVA IFIC tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às instituições financeiras de crédito, de acordo com o disposto no Decreto.-Lei n.º 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos. Em 31 de Dezembro de 2006, a actividade da BBVA IFIC encontra-se segmentada nas vertentes de locação financeira mobiliária e financiamento da aquisição a crédito de bens e serviços.

Conforme indicado na nota n.º 11, a BBVA IFIC é integralmente detida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A. (BBVA Portugal) e pelo Finanzia Banco de Crédito, S. A. (Finanzia Banco de Crédito), entidades pertencentes ao Grupo BBVA. Consequentemente, as operações e transacções da BBVA IFIC são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo BBVA encontram-se detalhados na nota n.º 12.

1 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

1.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 9/2005 e n.º 23/2004, emitidos pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto.-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto.-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras da sociedade:

i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) — os créditos são registados

pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente juros e comissões;

ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior. Contudo, a Sociedade está a reconhecer estes proveitos e custos com base no método do juro efectivo, dado que previamente à introdução das NCA já tinha como política reconhecer as comissões pagas a fornecedores pela angariação de operações de crédito e as subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito, ao longo das operações subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros;

iii) Provisionamento do crédito e contas a receber — mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, com as alterações introduzidas pelo aviso do Banco de Portugal n.º 8/03, de 30 de Junho e pelo aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro (nota n.º 1.2);

iv) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 — Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em reservas de reavaliação.

As demonstrações financeiras da BBVA IFIC relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, estão pendentes de aprovação pela assembleia geral de accionistas. No entanto, o conselho de administração da BBVA IFIC admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Crédito a clientes:

Crédito concedido:

O crédito concedido a clientes através de locações financeiras é reconhecido nos termos do IAS 17 — Locações, dado que as locações efectuadas pela BBVA IFIC, transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos bens locados para o locatário, a saber:

A locação transfere a propriedade do activo para o locatário no fim do prazo da locação;

O locatário tem a opção de comprar o activo por um preço mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torna exercível;

O prazo de locação refere-se à maior parte da vida económica do activo mesmo que o título de propriedade não seja transferido;

No início da locação, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação ascende a pelo menos substancialmente todo o justo valor do activo locado;

Os activos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem grandes modificações.

Desta forma, a BBVA IFIC, reconhece os activos detidos como uma locação financeira registando-os como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação. Assim, o custo dos bens locados, bem como o financiamento de aquisições a crédito, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira, tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos. Esta rubrica regista igualmente os adiantamentos para aquisição de bens que se destinem a ser objecto de contratos de locação financeira.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

Crédito e juros vencidos:

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira cujos contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui também o capital vincendo na data da rescisão.

Reconhecimento de custos e proveitos directos ao custo amortizado:

Nos termos do IAS 39 — Instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração, os custos e proveitos directamente relacionados com a contratação das operações de crédito são reconhecidos ao custo amortizado com base no método do juro efectivo, através da sua periodificação ao longo do período de vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos (v. notas n.ºs 3, 13 e 14).

A BBVA IFIC tem como custos e proveitos directamente relacionados com as operações de crédito:

Comissões pagas a fornecedores pela angariação de operações de crédito;

Rappel pago a fornecedores pela angariação de operações de crédito;

Despesas de reserva de propriedade pagas a terceiros;

Subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito;

Despesas de início de contrato recebidas de clientes aquando da celebração do contrato de crédito.

b) Provisões para riscos de crédito e outras. — Estas provisões são constituídas de acordo com o aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho, alterado pelo aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e tendo em conta a existência ou não de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao sector público administrativo.

No que se refere aos contratos de locação financeira mobiliária, para efeito da constituição de provisões, o valor de mercado dos equipamentos locados é considerado como uma garantia real. O valor de mercado dos bens locados é determinado com base no respectivo custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas calculadas pelo método das quotas constantes, com uma aceleração de 50% das taxas de reintegração e amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora numa das seguintes situações:

i) Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

ii) Estarem em incumprimento há mais de: *(i)* seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos; *(ii)* 12 meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a 10 anos; e *(iii)* 24 meses nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

O capital vincendo destes contratos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendo sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Provisões para riscos e encargos — riscos gerais de crédito:

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido a empresas e 1,5% sobre a totalidade do crédito concedido a particulares, excluindo o que tenha sido objecto de constituição de provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa, bem como o que tenha sido concedido a entidades do sector público administrativo. Esta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

Outras provisões:

Tratam-se de provisões destinadas a fazer face a outros encargos e a contingências decorrentes da actividade da BBVA IFIC. Em geral, estas provisões não são aceites como custo fiscal.

c) Especialização dos exercícios. — A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

A BBVA IFIC anula os juros incluídos nas rendas em atraso com mais de 90 dias, com excepção dos montantes que não excedam o presumível valor de mercado dos bens locados, deduzido do capital vincendo dos respectivos contratos.

d) Activos não correntes detidos para venda. — Nos termos do IFRS 5 — Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, os activos ou grupos de activos não correntes, são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;

O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;

Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos não correntes detidos para venda (nota n.º 4), referem-se aos bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira, os quais são inicialmente registados pelo valor do capital em dívida à data da rescisão. Posteriormente são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em preços de mercado para viaturas usadas, ou quando não aplicável, é determinado com base em avaliações de peritos independentes.

As mais valias potenciais em activos não correntes detidos para venda não são reconhecidas no balanço.

e) Activos tangíveis. — Nos termos do IAS 16 — Activos fixos tangíveis, os activos tangíveis utilizados pela sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo

custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica de gastos gerais administrativos.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Material de transporte	4

f) *Activos intangíveis.* — Nos termos do IAS 38 — Activos intangíveis, os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição e respeitam a *software* informático. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde a um período de três anos.

g) *Benefícios dos empregados.* — A sociedade não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, pelo que não tem quaisquer responsabilidades pelo pagamento aos seus trabalhadores ou familiares, de pensões de reforma ou complementos de pensões.

h) *Impostos sobre lucros.* — A sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2006 e 2005 é de 27,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da sociedade correspondem essencialmente aos prejuízos fiscais reportáveis e às provisões não aceites para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em Janeiro de 2007, e na sequência da promulgação da lei das finanças locais, foram aprovadas novas regras para o cálculo da derrama, com impacto na taxa final máxima de imposto sobre os lucros, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007. De acordo com o artigo 14.º da referida lei, a derrama pode ser fixada a uma taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, quando anteriormente a mesma taxa poderia atingir um máximo de 10% da colecta de IRC. Neste contexto, e com

referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade passou a calcular o montante dos activos e passivos por impostos diferidos com base numa taxa máxima de 26,5%.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, na medida em que as transacções que os originaram são reflectidas igualmente nos resultados do exercício.

O imposto corrente imputado aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 resulta exclusivamente da tributação autónoma, face à existência de prejuízos fiscais reportáveis originados em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2006, o montante dos prejuízos fiscais reportáveis por utilizar ascendia a 650 898 euros (nota n.º 6).

As autoridades têm a possibilidade de rever a situação fiscal da sociedade durante um período de quatro anos (excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos), designadamente em sede de IRC e de Imposto sobre o Valor Acrescentado, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2003 a 2006.

Neste âmbito, a sociedade poderá incorrer em eventuais liquidações adicionais, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal pelas autoridades. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

2 — Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas:

A preparação das demonstrações financeiras requer a realização de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do conselho de administração da sociedade. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de impostos sobre lucros:

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da sociedade sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das autoridades fiscais.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros:

No que respeita às provisões para crédito a clientes, a sociedade cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (nota n.º 1.2.). No entanto, sempre que considerado necessário, estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa da sociedade sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pela Sociedade com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

3 — Crédito a clientes:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Crédito vincendo:		
Localização financeira mobiliária	174 619 697	151 139 105
Crédito ao consumo	110 662 843	84 369 987
Outros créditos	1 163 969	596 470
	<u>286 446 509</u>	<u>236 105 562</u>
Crédito e juros vencidos	5 520 937	6 018 768
<i>Total de crédito concedido</i>	<u>291 967 446</u>	<u>242 124 330</u>
Juros a receber de crédito concedido	<u>713 230</u>	<u>555 253</u>

	2006	2005
Comissões e despesas diferidas associadas ao custo amortizado [nota n.º 1.2, alínea a)]:		
Comissões de angariação de operações de crédito	6 915 415	5 854 801
<i>Rappel</i> por angariação de operações de crédito	1 462 358	1 335 154
Despesas de reserva de propriedade	480 213	243 953
Subvenções (juros suportados pelo fornecedor)	(436 147)	(476 565)
Despesas de início de contrato facturadas aos clientes	(1 926 119)	(1 327 825)
	<u>6 495 720</u>	<u>5 629 518</u>
	<u>299 176 396</u>	<u>248 309 101</u>
Provisões (nota n.º 9):		
Para crédito de cobrança duvidosa	(92 181)	(263 355)
Para crédito e juros vencidos	(3 958 308)	(4 251 110)
	<u>(4 050 489)</u>	<u>(4 514 465)</u>
	<u>295 125 907</u>	<u>243 794 636</u>

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito nos montantes de 3 667 458 euros e 2 989 186 euros, respectivamente, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (nota n.º 9).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a distribuição do crédito concedido por sectores de actividade, excluindo o crédito e juros vencidos, era a seguinte:

	2006	2005
Agricultura	1 053 541	1 765 758
Comércio	21 767 214	47 833 239
Construção e obras públicas	9 474 386	10 778 508
Indústria	5 713 636	7 071 191
Outros	84 136 995	9 661 143
Particulares	164 300 737	158 995 723
	<u>286 446 509</u>	<u>236 105 562</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos residuais do crédito concedido, excluindo o crédito e juros vencidos, são como segue:

	2006	2005
Até três meses	1 382 273	1 410 568
De três meses a um ano	10 232 657	10 934 231
De um ano a dois anos	83 216 270	24 121 780
De dois anos a cinco anos	137 930 568	162 328 982
Mais de cinco anos	53 684 741	37 315 001
	<u>286 446 509</u>	<u>236 105 562</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital vincendo associado a contratos com prestações vencidas há mais de três meses, ascendia a 958 021 euros e 871 263 euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2006	2005
Até três meses	1 878 986	1 737 572
De três meses a seis meses	172 552	175 135
De seis meses a 12 meses	376 976	528 126
De um ano a três anos	1 062 850	2 515 756
Superior a três anos	2 029 573	1 062 179
	<u>5 520 937</u>	<u>6 018 768</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as provisões constituídas para fazer face ao risco de crédito podem ser analisadas como segue:

	2006			
	Crédito e juros vencidos	Créditos de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	Total
Locação financeira mobiliária	2 633 318	74 460	2 288 569	4 996 347
Crédito ao consumo	581 600	17 721	1 371 754	1 971 075
Outros créditos	39	—	7 135	7 174
Provisão económica	743 351	—	—	743 351
	<u>3 958 308</u>	<u>92 181</u>	<u>3 667 458</u>	<u>7 717 947</u>

	2005			Total
	Crédito e juros vencidos	Créditos de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	
Locação financeira mobiliária	3 320 147	184 230	1 776 766	5 281 143
Crédito ao consumo	517 587	79 125	1 209 861	1 806 573
Outros créditos	25	—	2 559	2 584
Provisão económica	413 351	—	—	413 351
	<u>4 251 110</u>	<u>263 355</u>	<u>2 989 186</u>	<u>7 503 651</u>

4 — Activos não correntes detidos para venda:

Conforme indicado na nota n.º 1.2, alínea *d)* supra, encontram-se registados nesta rubrica os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira. O movimento nesta rubrica durante os exercícios findo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Aumentos	Reduções	Saldo em 31 de Dezembro de 2006
Valor bruto	343 269	1 725 754	(1 647 677)	421 346
Imparidade	<u>(101 936)</u>	<u>(144 705)</u>	<u>84 654</u>	<u>(161 987)</u>
	241 333	1 581 049	(1 563 023)	259 359

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os equipamentos e viaturas recuperados apresentam uma antiguidade inferior a um ano.

5 — Outros activos tangíveis e intangíveis:

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 2005			Aqui- sições	Trans- ferências	Abates e alienações		Amortiz do exercício	Saldos em 31 de Dezembro de 2006		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido			Valor bruto	Amortiz acumuladas		Valor bruto	Amortiz acumuladas	Valor líquido
Activos tangíveis:											
Mobiliário e material	58 934	(34 832)	24 102	—	—	—	—	(7 367)	58 934	(42 199)	16 735
Máquinas e ferramentas	15 788	(12 582)	3 206	—	—	—	—	(1 569)	15 788	(14 151)	1 637
Equipamento informático	512 103	(435 331)	76 772	—	—	—	—	(48 182)	512 103	(483 513)	28 590
Material de transporte	388 813	(139 448)	249 365	84 276	—	(78 829)	—	(87 968)	394 260	(179 245)	215 015
	<u>975 638</u>	<u>(622 193)</u>	<u>353 445</u>	<u>84 276</u>	<u>—</u>	<u>(78 829)</u>	<u>48 171</u>	<u>(145 086)</u>	<u>981 085</u>	<u>(719 108)</u>	<u>261 977</u>
Activos intangíveis:											
Sistemas de tratamento automático mático de dados (<i>software</i>)	2 929 373	(2 244 686)	684 687	330 344	282 927	—	—	(509 236)	3 542 644	(2 753 922)	788 722
Imobilizado em curso	282 927	—	282 927	6 044	(282 927)	—	—	—	6 044	—	6 044
	<u>3 212 300</u>	<u>(2 244 686)</u>	<u>967 614</u>	<u>336 388</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(509 236)</u>	<u>3 548 688</u>	<u>(2 753 922)</u>	<u>794 766</u>
	<u>4 187 938</u>	<u>(2 866 879)</u>	<u>1 321 059</u>	<u>420 664</u>	<u>—</u>	<u>(78 829)</u>	<u>48 171</u>	<u>(654 322)</u>	<u>4 529 773</u>	<u>(3 473 030)</u>	<u>1 056 743</u>
	Saldos em 31 de Dezembro de 2004			Aqui- sições	Trans- ferências	Abates e alienações		Amortiz do exercício	Saldos em 31 de Dezembro de 2005		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido			Valor bruto	Amortiz acumuladas		Valor bruto	Amortiz acumuladas	Valor bruto
Activos tangíveis:											
Mobiliário e material	58 934	(27 465)	31 469	—	—	—	—	(7 367)	58 934	(34 832)	24 102
Máquinas e ferramentas	15 788	(9 743)	6 045	—	—	—	—	(2 839)	15 788	(12 582)	3 206
Equipamento informático	681 540	(482 848)	198 692	—	—	(169 437)	133 345	(85 828)	512 103	(435 331)	76 772
Material de transporte	327 843	(115 538)	212 305	127 248	—	(66 278)	51 262	(75 172)	388 813	(139 448)	249 365
	<u>1 084 105</u>	<u>(635 594)</u>	<u>448 511</u>	<u>127 248</u>	<u>—</u>	<u>(235 715)</u>	<u>184 607</u>	<u>(171 206)</u>	<u>975 638</u>	<u>(622 193)</u>	<u>353 445</u>
Activos intangíveis:											
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	2 520 396	(1 632 715)	887 681	266 216	142 761	—	—	(611 971)	2 929 373	(2 244 686)	684 687
Imobilizado em curso	387 713	—	387 713	37 975	(142 761)	—	—	—	282 927	—	282 927
	<u>2 908 109</u>	<u>(1 632 715)</u>	<u>1 275 394</u>	<u>304 191</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(611 971)</u>	<u>3 212 300</u>	<u>(2 244 686)</u>	<u>967 614</u>
	<u>3 992 214</u>	<u>(2 268 309)</u>	<u>1 723 905</u>	<u>431 439</u>	<u>—</u>	<u>(235 715)</u>	<u>184 607</u>	<u>(783 177)</u>	<u>4 187 938</u>	<u>(2 866 879)</u>	<u>1 321 059</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 o saldo da rubrica de activos intangíveis em curso compreendia essencialmente os encargos com a implementação e licenciamento de uma aplicação de gestão de clientes no valor de 260 818 euros. Durante o exercício de 2006, aquele montante foi transferido para activos intangíveis — Sistemas de tratamento automático de dados (*software*).

6 — Activos e passivos por impostos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o imposto corrente a receber foi determinado como segue:

	2006	2005
Estimativa de imposto do exercício [nota n.º 1 2, alínea h)]	(14 925)	(11 359)
Pagamentos especiais por conta e retenções na fonte (nota n.º 9)	111 933	81 246
Activo por imposto corrente	97 008	69 887

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dez. 2005		Reforços		Realizações/anulações		Redução da taxa de imposto [nota n.º 1.2, h)]	Saldos em 31 de Dez. de 2006	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto		Base	Imposto
Activos por impostos diferidos:									
Provisões temporárias, não aceites como custo fiscal:									
Riscos gerais de crédito	2 989 186	822 026	945 345	259 970	(267 073)	(73 445)	(36 675)	3 667 458	971 876
Crédito e juros vencidos	413 351	113 671	405 000	111 375	(75 000)	(20 625)	(7 434)	743 351	196 987
Outras provisões	51 878	14 267	864 082	237 623	—	—	(9 159)	915 960	242 731
	<u>3 454 415</u>	<u>949 964</u>	<u>2 214 427</u>	<u>608 968</u>	<u>(342 073)</u>	<u>(94 070)</u>	<u>(53 268)</u>	<u>5 326 769</u>	<u>1 411 594</u>
Prejuízos fiscais reportáveis	4 649 825	1 278 685	—	—	(4 649 825)	(1 278 685)	—	—	—
Desreconhecimento de activos intangíveis	4 029	1 109	—	—	(4 029)	(1 109)	—	—	—
	<u>8 108 269</u>	<u>2 229 758</u>	<u>2 214 427</u>	<u>608 968</u>	<u>(4 995 927)</u>	<u>(1 373 864)</u>	<u>(53 268)</u>	<u>5 326 769</u>	<u>1 411 594</u>
Passivos por impostos diferidos:									
Custos e proveitos ao custo amortizado	(322 059)	(88 566)	—	—	24 421	6 716	2 976	(297 638)	(78 874)
	<u>7 786 210</u>	<u>2 141 192</u>	<u>2 214 427</u>	<u>608 968</u>	<u>(4 971 506)</u>	<u>(1 367 148)</u>	<u>(50 292)</u>	<u>5 029 131</u>	<u>1 332 720</u>
	Saldos em 1 de Janeiro de 2005		Reforços		Realizações/anulações		Redução da taxa de imposto [nota n.º 1.2, h)]	Saldos em 31 de Dez. de 2005	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto		Base	Imposto
Activos por impostos diferidos:									
Provisões temporárias, não aceites como custo fiscal:									
Riscos gerais de crédito	2 298 114	631 981	988 655	271 880	(297 583)	(81 835)	(22 505)	2 989 186	822 026
Crédito e juros vencidos	440 993	121 273	332 358	91 398	(360 000)	(99 000)	(27 225)	413 351	113 671
Outras provisões	20 872	5 740	55 006	15 127	(24 000)	(6 600)	(1 815)	51 878	14 267
	<u>2 759 979</u>	<u>758 994</u>	<u>1 376 019</u>	<u>378 405</u>	<u>(681 583)</u>	<u>(187 435)</u>	<u>(51 545)</u>	<u>3 454 415</u>	<u>949 964</u>
Prejuízos fiscais reportáveis	7 566 335	2 080 742	—	—	(2 916 570)	(802 057)	(220 566)	4 649 765	1 278 685
Desreconhecimento de activos intangíveis	42 533	11 697	—	—	(38 502)	(10 588)	(2 912)	4 031	1 109
	<u>10 368 847</u>	<u>2 851 433</u>	<u>1 376 019</u>	<u>378 405</u>	<u>(3 636 655)</u>	<u>(1 000 080)</u>	<u>(275 023)</u>	<u>8 108 211</u>	<u>2 229 758</u>
Custos e proveitos ao custo amortizado	(372 047)	(102 313)	—	—	49 988	13 747	3 780	(322 059)	(88 566)
	<u>9 996 800</u>	<u>2 749 120</u>	<u>1 376 019</u>	<u>378 405</u>	<u>(3 586 667)</u>	<u>(986 333)</u>	<u>(271 243)</u>	<u>7 786 152</u>	<u>2 141 192</u>

Na sequência da transição para NCA, efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004, a sociedade reconheceu impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis no montante total de 2 512 006 euros, correspondentes a uma estimativa de recuperação de cerca de 75% dos prejuízos fiscais que se encontravam por utilizar com referência a 31 de Dezembro de 2004. Estes prejuízos fiscais foram integralmente utilizados durante os exercícios de 2004 a 2006. Em 31 de Dezembro

de 2006, a sociedade tinha ainda por utilizar prejuízos fiscais no montante de 650 898 euros, não se encontrando reconhecido o correspondente imposto diferido activo no montante de cerca de 163 000 euros.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2006	2005
Impostos correntes:		
Do exercício	14 925	11 359
Impostos diferidos:		
Registo e reversão de diferenças temporárias	808 472	607 928
<i>Total de impostos reconhecidos em resultados</i>	<u>823 397</u>	<u>619 287</u>
Lucro antes de impostos	<u>3 218 983</u>	<u>1 951 822</u>
Carga fiscal (percentagem)	25,58	31,73

A sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), a uma taxa de 25%, acrescida de 10% de Derrama, a que corresponde uma taxa agregada de 27,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser demonstrada como segue:

	2006		2005	
	Taxa (percent.)	Imposto	Taxa (percent.)	Imposto
Resultado antes de impostos	—	3 218 983	—	1 951 822
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50	885 220	27,50	536 751
Custos não aceites fiscalmente:				
Correcções relativas a exercícios anteriores	6,47	208 179	2,20	42 872
Multas e outras penalidades	0,18	5 921	0,02	368
Ajudas de custo e deslocações	0,19	5 995	0,35	6 914
Seguros	0,11	3 390	0,20	3 942
Provisões	1,79	57 750	—	—
Outros	0,03	914	0,88	17 081
Benefícios fiscais	(0,05)	(1 675)	—	—
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis	(12,66)	(407 514)	—	—
Tributação autónoma	0,46	14 925	0,58	11 359
Alteração da taxa nominal	1,56	50 292	—	—
	<u>25,58</u>	<u>823 397</u>	<u>31,73</u>	<u>619 287</u>

7 — Outros activos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
IVA a recuperar	3 413 440	13 080 451
Seguros a imputar	2 356 495	603 148
Devedores por alienação de equipamento	99 923	205 535
Contratos de assistência técnica — <i>software</i>	93 887	132 580
Proveitos a receber	46 478	118 478
Outros	333 329	143 764
	<u>6 343 552</u>	<u>14 283 956</u>

A rubrica de IVA a recuperar corresponde ao imposto sobre o valor acrescentado a recuperar, decorrente da actividade da sociedade.

A rubrica de seguros a imputar corresponde aos prémios de seguros pagos às seguradoras pela BBVA IFIC no início dos contratos de locação, os quais são incluídos nas rendas a pagar pelos clientes, de forma linear ao longo do período de vida de cada contrato.

8 — Recursos de outras instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
A prazo ou com pré-aviso:		
No país:		
Descobertos em depósitos à ordem (nota n.º 23)	9 235 672	4 964 699

	2006	2005
No estrangeiro:		
Empréstimos de curto prazo	245 000 000	210 000 000
Juros a pagar	254 235 672 798 827	214 964 699 746 589
	255 034 499	215 711 288

Os descobertos em depósitos à ordem e os empréstimos de curto prazo em vigor em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, têm vencimento no primeiro trimestre de 2007 e 2006, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os empréstimos de curto prazo vencem juros às taxas médias anuais de 3,6% e 2,3%, respectivamente.

9 — Provisões e imparidade:

O movimento nas provisões e na imparidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 2005	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Trans-ferências	Saldos em 31 de Dezembro de 2006
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 3)	263 355	132 619	(303 793)	—	—	92 181
Crédito e juros vencidos (nota n.º 3)	4 251 110	1 054 737	(404 067)	(899 715)	(43 757)	3 958 308
	4 514 465	1 187 356	(707 860)	(899 715)	(43 757)	4 050 489
Activos não correntes detidos para venda (nota n.º 4)	101 936	100 948	(84 654)	—	43 757	161 987
	4 616 401	1 288 304	(792 514)	(899 715)	—	4 212 476
Provisões:						
Riscos gerais de crédito (nota n.º 3)	2 989 186	945 345	(267 073)	—	—	3 667 458
Outras	94 465	1 094 082	(20 000)	—	—	1 168 547
	3 083 651	2 039 427	(287 073)	—	—	4 836 005
	7 700 052	3 327 731	(1 079 587)	(899 715)	—	9 048 481

As utilizações de provisões para crédito e juros vencidos efectuadas durante os exercícios de 2006 e 2005 respeitam à anulação de créditos sobre clientes, os quais se encontravam totalmente provisionados.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica de outras provisões tem a seguinte composição:

	2006	2005
Processos judiciais em curso	750 000	—
Contingências fiscais	130 000	—
Provisão para comissões de seguros a receber	46 000	—
Liquidações adicionais de imposto sobre o valor acrescentado	42 587	42 587
Multas fiscais	24 006	24 006
Outros	175 954	27 872
	1 168 547	94 465

A provisão para processos judiciais destina-se a fazer face aos encargos que poderão decorrer de um processo movido por antigos clientes de cursos financiados pela Sociedade, os quais não foram realizados na sequência do encerramento da entidade prestadora do serviço.

10 — Outros passivos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Fornecedores de imobilizado para locação financeira	7 067 057	9 615 487
Prémios de seguros a liquidar	304 773	—
Fornecedores de imobilizado para vendas a crédito	974 993	654 946
Credores diversos	1 106 717	755 928
Comissões a pagar por angariação de operações de crédito	1 705 828	718 165
Rappel por angariação de operações de crédito	533 202	790 550
Custos administrativos:		
Remunerações variáveis	374 774	212 973
Provisão para férias e subsídio de férias	228 533	198 235
Outros	129 648	167 559

	2006	2005
Regularização do Pró.-rata do IVA	214 021	386 570
Remessas não identificadas	193 056	98 534
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	23 215	68 732
Contribuições para a Segurança Social	28 056	23 661
Outros	304 995	236 215
	<u>13 188 868</u>	<u>13 927 555</u>

A rubrica de remunerações variáveis refere-se à provisão constituída para fazer face às remunerações adicionais a pagar pela sociedade, relativas ao desempenho dos colaboradores durante o exercício anterior.

A rubrica de remessas não identificadas corresponde a recebimentos de clientes, os quais se encontravam pendentes de imputação aos respectivos contratos.

11 — Capital, reservas e resultados transitados:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital da sociedade encontrava-se representado por 29 903 045 acções de valor nominal de um euro cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi efectuado um aumento de capital por entrada de dinheiro no valor de 8 000 000 de euros.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital da BBVA IFIC era detido pelas seguintes entidades (em percentagem):

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.	50,10
Finanzia Banco de Crédito, S. A.	49,90
	<u>100,00</u>

Na assembleia geral de accionistas realizada em 24 de Março de 2006, foi deliberado que a aplicação do resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, fosse a seguinte:

Reserva legal	133 255
Resultados transitados	1 199 280
	<u>1 332 535</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 as rubricas de reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	2006	2005
Reservas:		
Reserva legal	604 878	471 623
Outras reservas	1 059 096	1 059 096
Resultados transitados	(2 354 691)	(3 553 971)
	<u>(690 717)</u>	<u>(2 023 252)</u>

De acordo com a legislação em vigor, a sociedade deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação da sociedade, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

12 — Saldos e transacções com empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os principais saldos do balanço e da demonstração dos resultados mantidos com empresas do Grupo BBVA eram os seguintes:

	2006			2005		
	BBVA Portugal	Finanzia Banco de Crédito	Total	BBVA Portugal	Finanzia Banco de Crédito	Total
Passivo:						
Recursos de outras instituições de crédito (nota n.º 8)	9 235 672	245 798 827	255 034 499	4 964 699	210 746 589	215 711 288
Resultados:						
Juros e rendim. similares (nota n.º 13)	13 042	—	13 042	3 315	—	3 315
Juros e encargos similares (nota n.º 14)	330 733	6 611 227	6 941 960	231 200	4 017 948	4 249 148
Encargos com serv. e comissões (nota n.º 16)	155 871	—	155 871	156 027	—	156 027
Gastos gerais administrat. (nota n.º 20)	1 042 016	—	1 042 016	893 107	—	893 107

13 — Juros e rendimentos similares:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Crédito interno:		
Locação financeira mobiliária	9 366 791	7 122 007
Crédito ao consumo	9 150 124	7 123 099
Outros créditos	14 392	26 526
	<u>18 531 307</u>	<u>14 271 632</u>
Crédito vencido	281 690	278 804
Outros juros e proveitos equiparados	13 045	3 321
	<u>18 826 042</u>	<u>14 553 757</u>

	2006	2005
Comissões associadas ao custo amortizado [nota n.º 1 2, alínea a)]:		
Comissões por abertura de contratos	1 005 216	644 645
	19 831 258	15 198 402

Os exercícios de 2006 e 2005, os montantes recebidos e os montantes reconhecidos em resultados relativos a subvenções recebidas de fornecedores e a comissões cobradas na abertura de contratos de crédito apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Subvenções recebidas	295 969	269 235
Subvenções reconhecidas em proveitos	336 387	433 498
Comissões por abertura de contratos recebidas	1 603 510	1 177 401
Comissões por abertura de contratos reconhecidas em proveitos	1 005 216	644 645

14 — Juros e encargos similares:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Instituições de crédito no país:		
BBVA Portugal (nota n.º 12)	330 733	231 200
Instituições de crédito no estrangeiro:		
Finanzia Banco de Crédito (nota n.º 12)	6 611 227	4 017 948
	6 941 960	4 249 148
Comissões pagas associadas ao custo amortizado [nota n.º 1 2, alínea a)]:		
Comissões por angariação de contratos	3 455 997	2 666 189
<i>Rappel</i>	839 129	644 378
Despesas com reserva de propriedade	236 101	136 830
	4 531 227	3 447 397
	11 473 187	7 696 545

Nos exercícios de 2006 e 2005, os montantes pagos ou imputados e os montantes reconhecidos em resultados relativos a comissões de angariação de contratos, *rappel* e despesas de reserva de propriedade apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Comissões imputadas por angariação de contratos	4 516 611	4 176 390
Comissões por angariação de contratos reconhecidas em custos	3 455 997	2 666 189
<i>Rappel</i> imputado	966 333	1 068 150
<i>Rappel</i> reconhecido em custos	839 129	644 378
Despesas pagas com reserva de propriedade	472 361	165 300
Despesas com reserva de propriedade reconhecidas em custos	236 101	136 830

15 — Rendimentos de serviços de comissões:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Comissões de seguros	1 329 102	405 896
Outros	427	1 626
	1 329 529	407 522

A rubrica de comissões de seguros, refere-se a comissões recebidas pela sociedade pela actividade de comercialização de seguros junto dos seus clientes.

16 — Encargos com serviços e comissões:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Comissões pagas por serviços bancários (nota n.º 12)	155 871	156 027
Comissões de seguros	231 088	—
Outros	—	1 741
	<u>386 959</u>	<u>157 768</u>

A rubrica de comissões de seguros, refere-se a comissões pagas pela sociedade a fornecedores pela angariação de seguros junto dos seus clientes.

17 — Resultados na alienação de outros activos:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Rendimentos na alienação de outros activos:		
Activos não correntes detidos para venda e bens associados a operações de crédito	644 649	466 012
Outros activos tangíveis	1 460	48 103
	<u>646 109</u>	<u>514 115</u>
Encargos na alienação de outros activos:		
Activos não correntes detidos para venda e bens associados a operações de crédito	(286 358)	(368 214)
Outros activos tangíveis	—	(5 412)
	<u>(286 358)</u>	<u>(373 626)</u>
	<u>359 751</u>	<u>140 489</u>

18 — Outros resultados de exploração:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Outros rendimentos de exploração:		
Recuperação de créditos incobráveis	1 684 348	1 789 561
Recuperação de créditos por venda de carteira	821 855	769 491
Seguros facturados a clientes	786 186	—
Reembolso de despesas	725 703	881 350
Ganhos relativos a exercícios anteriores	31 376	70 031
Outros	157 820	126 143
	<u>4 207 288</u>	<u>3 636 576</u>
Outros encargos de exploração:		
Regularizações associadas a contratos de crédito	(471 109)	(588 895)
Perdas relativas a exercícios anteriores	(312 077)	(141 220)
Ofertas a clientes	(188 034)	(117 498)
Outros	(64 948)	(150 465)
	<u>(1 036 168)</u>	<u>(998 078)</u>
	<u>3 171 120</u>	<u>2 638 498</u>

A rubrica de regularizações associadas a contratos de crédito, corresponde a diversas correcções efectuadas pela sociedade relativas a valores associados a contratos de crédito que se encontravam pendentes de regularização.

No exercício de 2006, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores, inclui cerca de 237 185 euros relativos a anulações de dívidas associadas a contratos de crédito.

19 — Custos com o pessoal:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Salários e vencimentos:		
Retribuição base	854 330	797 965
Outras remunerações	158 541	237 885
	<u>1 012 871</u>	<u>1 035 850</u>
Subsídio de férias	98 383	203 511
Subsídio de Natal	78 288	68 144
Subsídio de almoço	56 574	55 905
	<u>1 246 116</u>	<u>1 363 410</u>
Encargos sociais obrigatórios	260 790	265 320
Encargos sociais facultativos	36 344	30 193
	<u>297 134</u>	<u>295 513</u>
Indemnizações contratuais	—	6 894
	<u>1 543 250</u>	<u>1 665 817</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de efectivos ao serviço da BBVA IFIC era o seguinte:

	2006	2005
Administração	1	1
Quadros directivos	8	9
Quadros técnicos	19	15
Administrativos	19	23
	47	48

20 — Gastos gerais administrativos:

Nos exercícios de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Fornecimentos de terceiros	55 788	22 608
Serviços de terceiros:		
Rendas e alugueres	812 346	667 235
Custos com trabalho independente	363 693	373 600
Desp. judiciais, contencioso e notariado	292 890	363 118
Conservação e reparação de equipam.	154 313	158 000
Deslocações e estadas	113 302	99 341
Comunicação e despesas de expedição	109 715	87 883
Seguros	710 408	13 038
Serviços especializados:		
Cedência de pessoal (nota n.º 12)	1 042 016	893 107
Gestão de clientes	307 961	355 532
Informática	254 722	201 641
Consultoria	133 965	194 311
Recuperação de crédito	139 780	109 558
Outros	675 914	810 363
	5 166 813	4 349 335

A rubrica de seguros corresponde aos encargos com prémios de seguro liquidados pela sociedade e reconhecidos como custo. Estes valores são facturados aos clientes ao longo das operações de crédito subjacentes, sendo reconhecidos como proveito na rubrica de outros rendimentos de exploração — Seguros facturados a clientes (nota n.º 18).

A rubrica de cedência de pessoal corresponde aos encargos suportados pela BBVA IFIC relativamente aos colaboradores cedidos pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.

21 — Divulgações relativas a instrumentos financeiros:

A sociedade, no decorrer da sua actividade está sujeita a riscos vários. O controlo dos riscos da actividade da instituição é efectuado com base em normas e orientações internas específicas definidas pela sociedade, bem como pelo grupo bancário em que está inserida.

Risco de crédito:

O risco de crédito corresponde ao risco da contraparte de um instrumento financeiro causar uma perda financeira à sociedade em resultado de incumprimento das obrigações.

Avaliação do risco:

Cada proposta de negócio é previamente analisada na área comercial das divisões de negócio existentes, sendo de seguida enviada para a direcção de risco.

O risco de crédito associado a cada proposta de negócio é quantificado pelos analistas de crédito com a aplicação dos critérios de análise definidos pela direcção de risco, a qual procede à aprovação final de todas as propostas de negócio. Está ainda disponível um modelo de *credit-scoring* que permite uma avaliação automática do perfil de alguns proponentes.

Estão definidos vários níveis de autorização, em função das habilitações e da experiência anterior do colaborador, existindo operações cuja decisão final tem de ser tomada em comité com a participação da administração.

O controlo do risco de crédito é assegurado através do acompanhamento diário dos limites que estão autorizados, quer os mesmos sejam estabelecidos pelos órgãos de gestão ou pelas entidades de supervisão.

Risco de liquidez:

O risco de liquidez corresponde à incapacidade da sociedade cumprir as suas obrigações financeiras.

Avaliação do risco:

A sociedade está integrada no grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, instituição que disponibiliza a abertura de linhas de crédito assumindo a gestão dos riscos de liquidez de modo a imunizar os referidos risco ao nível da sociedade. Desta forma, centraliza-se a gestão daqueles riscos dentro do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2006							
	À vista	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeter- minado	Outros (a)	Total
Activo:								
Caixa e disponib. em bancos centrais	250	—	—	—	—	—	—	250
Disponib. em outras instit. de crédito	451 747	—	—	—	—	—	—	451 747
Crédito a clientes	<u>—</u>	<u>1 382 273</u>	<u>10 232 657</u>	<u>221 146 838</u>	<u>53 684 741</u>	<u>5 520 937</u>	<u>7 208 950</u>	<u>299 176 396</u>
	<u>451 997</u>	<u>1 382 273</u>	<u>10 232 657</u>	<u>221 146 838</u>	<u>53 684 741</u>	<u>5 520 937</u>	<u>7 208 950</u>	<u>299 628 393</u>
Passivo:								
Recursos de outras instit. de crédito	9 235 672	245 000 000	—	—	—	—	798 827	255 034 499
Gap de liquidez	(8 783 675)	(243 617 727)	10 232 657	221 146 838	53 684 741	5 520 937	6 410 123	44 593 894

(a) A coluna de outros inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

Risco de taxa de juro:

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrerem flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

Avaliação do risco:

O risco de taxa de juro encontra-se acautelado, uma vez que a carteira de crédito é composta com taxa indexada e adicionalmente possui uma margem bastante confortável relativamente às linhas de crédito em vigor. No caso de haverem alterações substanciais podem ser despoletados mecanismos de cobertura adequados, conjuntamente com o BBVA Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2006			
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	250	—	—	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	—	—	451 747	451 747
Crédito a clientes	—	69 781 653	229 394 743	299 176 396
	<u>250</u>	<u>69 781 653</u>	<u>229 846 490</u>	<u>299 628 393</u>
Passivo:				
Recursos de outras instituições de crédito	—	—	255 034 499	255 034 499
	<u>250</u>	<u>69 781 653</u>	<u>484 880 989</u>	<u>554 662 892</u>
	2005			
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	250	—	—	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	—	—	82 509	82 509
Crédito a clientes	—	54 913 738	193 395 363	248 309 101
	<u>250</u>	<u>54 913 738</u>	<u>193 477 872</u>	<u>248 391 860</u>
Passivo:				
Recursos de outras instituições de crédito	—	—	215 711 288	215 711 288
	<u>250</u>	<u>54 913 738</u>	<u>409 189 160</u>	<u>464 103 148</u>

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

22 — Proveitos por mercados geográficos e linhas de negócio:

Todos os proveitos gerados pela actividade da BBVA IFIC nos exercícios de 2006 e 2005 resultaram de operações realizadas em Portugal.

Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à instrução n.º 11/2003, do Banco de Portugal, a actividade da BBVA IFIC enquadra-se integralmente no âmbito da categoria denominada de banca comercial.

23 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2006	2005
Numerário	250	250
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	451 747	82 509
Descobertos bancários (nota n.º 8)	(9 235 672)	(4 964 699)
	<u>(8 783 675)</u>	<u>(4 881 940)</u>

24 — Consolidação:

As contas da BBVA IFIC são consolidadas ao nível das demonstrações financeiras do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.

O Conselho de Administração: *José Manuel Doiztua Garcia — Jaime Alfredo Amado Dominguez.* — A Técnica de Contas, *Lília Facho.*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 304 746 160 euros e capitais próprios de 31 607 914 euros, incluindo um resultado líquido de 2 395 586 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 2 de Março de 2007. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2006, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, analisámos o relatório de gestão do exercício de 2006, preparado pelo conselho de administração e a proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, a qual não inclui reservas.

Faço ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra-referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

(Sem assinaturas.)

2611036516

BPN — PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SGPS, L.^{DA}

Relatório n.º 12-U/2007

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Gerência:

José de Oliveira Costa, gerente.

Fiscal único:

J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, revisor oficial de contas (efectivo).

Salvador Figueiredo Vás Lima, revisor oficial de contas (suplente).

Relatório da gerência

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a gerência da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o relatório de gestão da actividade e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Enquadramento económico

Apesar de não existirem ainda dados relativos ao quarto trimestre de 2006, a economia portuguesa deverá ter aumentado a sua taxa de crescimento para 1,2% ou, eventualmente, ligeiramente mais. As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2006) apontam para uma aceleração do crescimento económico para 1,8% em 2007 e 2,1% em 2008.

Estes valores marcam uma revisão em alta das previsões de crescimento económico em Portugal acompanhando as expectativas de melhoria do crescimento da zona euro, mas assinalam também um maior optimismo no aumento da capacidade concorrencial externa da economia portuguesa, respondendo melhor aos choques externos resultantes da entrada nos mercados mundiais de países com um padrão de especialização de exportações semelhante ao português e mais competitivos nas produções de baixo valor acrescentado.

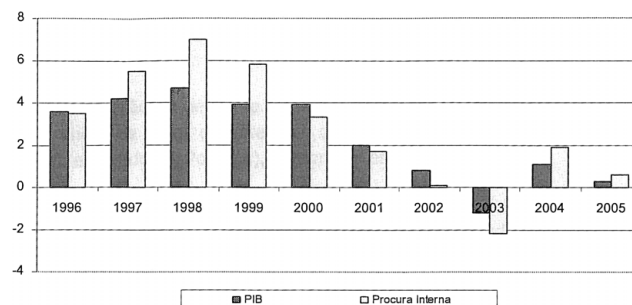
	Previsões			
	2005	2006	2007	2008
PIB	0,4	1,2	1,8	2,1
Consumo privado	1,7	1,2	1,5	1,7
Consumo público	1,9	— 0,2	—	0,3
Formação bruta c. fixo	— 2,6	— 3,1	—	3,9
Procura interna	6,0	0,1	1,1	1,9
Exportações	1,0	9,3	6,2	6,1
Importações	1,6	4,3	3,5	4,7
Bal. corrente + Bal. capital (percentagem do PIB)	— 8,1	— 7,6	— 7,3	— 7,2
Inflação	2,1	3,0	2,3	2,4

Fonte: Banco de Portugal.

O grande motor do crescimento económico português foi o sector externo, uma vez que a taxa de crescimento da procura interna desacelerou de 0,6% para 0,1% em 2006.

Da procura interna só o consumo privado teve um comportamento expansivo (1,2%), mas a queda do consumo público de 0,2% (em termos reais) e a persistente apatia do investimento, espelhada na queda de 3,1% da formação bruta de capital fixo (FBCF), não permitiram um desempenho melhor da procura interna.

Em larga medida, este comportamento traduz a necessidade dos diversos agentes económicos portugueses responderem ao elevado nível de endividamento acumulado durante o período de expansão económica anterior.



No fim de 2006, a queda acumulada na FBCF atingia já os 19% desde 2002, uma vez que, durante este período, apenas em 2004 não foi este indicador negativo.

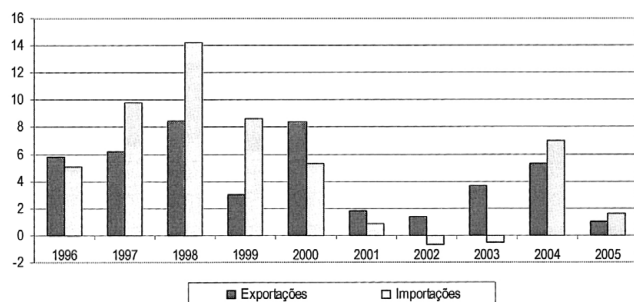
Este valor está em clara oposição à evolução do investimento na zona euro (4,3% em 2006) e, em particular, do investimento na indústria na zona euro onde se registou um crescimento de 7%, o valor mais elevado dos últimos sete anos.

Em 2007, a FBCF deverá inverter a tendência depressiva do período mencionado, mas só em 2008 é que o Banco de Portugal estima uma

taxa de variação positiva (+ 3,9%) para o total do ano, reflectindo evoluções positivas no investimento empresarial e no investimento dos particulares em habitação, uma vez que o investimento público deverá manter taxas de variação negativa até 2008.

As exportações, com um crescimento em volume de 9,3%, manifestaram um comportamento muito favorável reagindo positivamente ao aumento da procura externa dirigida à economia portuguesa, depois de sucessivos anos de perdas de quotas de mercado. Ao crescerem a um ritmo superior ao ritmo das importações (4,3%) permitiram uma ligeira melhoria do défice da balança comercial.

As previsões económicas vão agora no sentido da manutenção das quotas de mercado da economia portuguesa no comércio mundial, com o crescimento das exportações a acompanhar a dinâmica de crescimento do comércio mundial durante 2007.

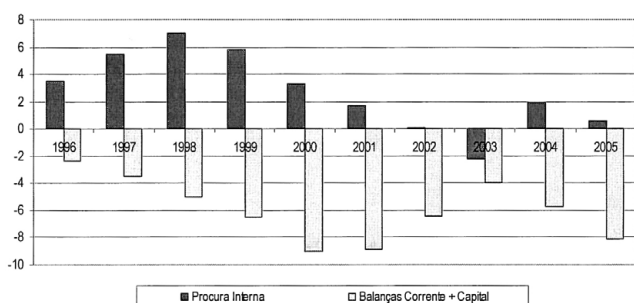


Segundo os dados mais recentes estima-se que em 2006, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, tenham aumentado para os 13,3 mil milhões de euros, mais 4,5% que os 12,7 mil milhões de euros de 2005.

Apesar da quase estabilização do défice da balança corrente nos 14,6 mil milhões de euros em 2006, a redução em 480 milhões de euros do excedente da balança de capital (saldo de entradas e saídas de investimento público e privado em Portugal), determinou este agravamento.

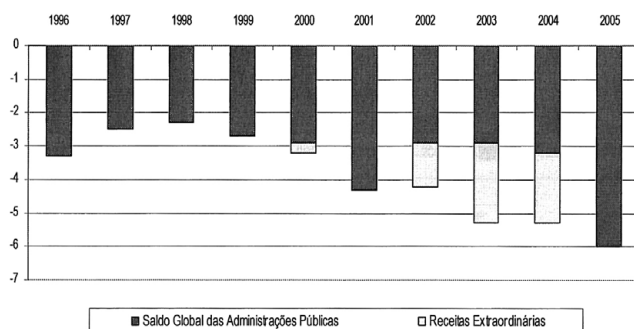
O valor atingido é superior a 8% do PIB e supera a estimativa de 7,6% feita pelo Banco de Portugal em Janeiro, mas a manterem-se válidas as projecções económicas deverá reduzir-se para níveis próximos dos 7% (7,3% em 2007 e 7,2% em 2008).

De referir que o nível do défice externo português está muito influenciado pelo elevado preço do petróleo e do gás natural, uma vez que o défice da balança de bens e serviços não energéticos era de 3,5% do PIB em 2006, prevendo-se que venha a baixar até 2008.



Finanças públicas

Embora ainda não estejam disponíveis dados finais em termos de contabilidade pública, é quase certo que o défice do sector público administrativo deverá ter sido inferior à meta de 4,6% estabelecido no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2006-2010.



Para além do aumento verificado na cobrança de impostos, a melhoria verificada em 2006 decorre também de uma redução do peso da despesa pública, em percentagem do PIB, invertendo uma tendência de crescimento contínuo e acentuado deste indicador.

A recuperação da actividade económica, as subidas de impostos verificadas em 2005 e a melhoria da capacidade da máquina fiscal na cobrança de impostos, traduziu-se num crescimento da receita fiscal do Estado de 7,2% em 2006. Enquanto isso, a despesa corrente primária (sem juros da dívida) aumentou em 2006 apenas 2,4%.

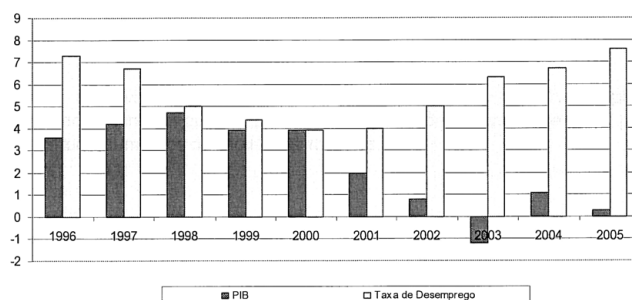
Para tal contribuíram as despesas orçamentais com o funcionalismo público que diminuíram 2,7% e as despesas com a aquisição de bens e serviços que também se reduziram em 3,6%. Comportamento inverso tiveram as transferências correntes para outras administrações públicas que aumentaram 6,5%. Por sua vez as despesas com os juros da dívida pública subiram 10,8%, em resultado do aumento quer das taxas de juro quer do stock de dívida. O défice do Estado na óptica de caixa foi de 7,40 mil milhões de euros, uma redução de 19,1% relativamente aos 9,14 mil milhões de 2005.

O envelhecimento da população portuguesa que se reflecte em compromissos de despesa pública crescentes com pouca discricionariedade levam a que seja necessário não abrandar os esforços de consolidação das contas públicas. Estes deverão prosseguir com diversas reformas, das quais destacamos as que se vão verificar ao nível da administração central do Estado (PRACE) e na segurança social com a introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões e a integração da CGA no regime geral da segurança social.

Inflação e emprego

A taxa de inflação em Portugal medida pela variação média anual do IPC harmonizado atingiu 3% em 2006. Este valor foi influenciado pelo contributo dos bens energéticos, os quais acrescentaram cerca de 1% à taxa de inflação subjacente, durante os dois primeiros trimestres de 2006, e pelo efeito da subida da taxa de IVA de 19% para 21% em Julho de 2005.

O Banco de Portugal antecipa que a variação máxima da inflação homóloga venha a descer para 2,3% em 2007 e em 2,4% em 2008.



Em 2006, o crescimento económico ainda não foi suficientemente expressivo para permitir a redução do desemprego em Portugal. Segundo os últimos dados do INE, a taxa de desemprego média em 2006 foi de 7,7%, aumentando ligeiramente em relação a 2005 onde foi de 7,6%.

Em termos de médias anuais, as maiores taxas de desemprego verificaram-se no Alentejo (9,2%), no Norte (8,9%) e na região de Lisboa, sendo estas as regiões do país onde a taxa de desemprego é superior à média nacional.

Como já referimos no passado, a experiência macroeconómica portuguesa indica que será necessário que a economia volte a crescer sustentadamente a um ritmo superior a 2% ao ano, para que a taxa de desemprego possa diminuir de forma significativa.

Em consequência tem-se sentido um novo aumento do recurso à emigração pelos portugueses, embora para destinos diferentes dos tradicionais, tirando partido das oportunidades geradas pelo crescimento económico internacional.

Actividade da sociedade em 2006

A sociedade desenvolve a sua actividade de sociedade gestora de participações sociais, nomeadamente no que diz respeito à definição estratégica, controlo de gestão e coordenação financeira do grupo de empresas que domina.

Resultado do exercício

O resultado líquido do exercício foi positivo e ascende a 22 917 758,50 euros, originado essencialmente pelo rendimento das participações da sociedade.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

Perspectivas para o futuro

No próximo exercício a actividade da sociedade passa por manter as partes de capital nas diversas empresas com actividade financeira que são participadas no final de Dezembro de 2006, podendo existir a participação em eventuais aumentos de capital das mesmas.

Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado líquido do exercício no montante de 22 917 758,50 euros seja aplicado da seguinte forma (em euros):

Distribuição de dividendos	22 200 000
Resultados transitados	717 758,50

Adicionalmente propõe-se a distribuição do montante de 3 800 000 euros de resultados transitados.

Considerações finais

Cumprir informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a segurança social ou perante o Estado e outros entes públicos.

Lisboa, 1 de Março de 2007. — A Gerência, *José de Oliveira Costa*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006**ACTIVO****(Em euros)**

	Notas	2006			2005
		Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Pro-forma
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais		—	—	—	—
2 — Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	269 308	—	269 308	1 336 735
3 — Activos financeiros detidos para negociação		—	—	—	—
4 — Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		—	—	—	—
5 — Activos financeiros disponíveis para venda	4	4 709	—	4 709	4 709
6 — Aplicações em instituições de crédito		—	—	—	—
7 — Crédito a clientes		—	—	—	—
8 — Investimentos detidos até à maturidade		—	—	—	—
9 — Activos com acordo de recompra		—	—	—	—
10 — Derivados de cobertura		—	—	—	—
11 — Activos não correntes detidos para venda		—	—	—	—
12 — Propriedades de investimento		—	—	—	—
13 — Outros activos tangíveis		—	—	—	—
14 — Activos intangíveis		—	—	—	—
15 — Investim. em filiais, associações e empreendim. conjuntos	5	110 157 095	—	110 157 095	91 351 851
16 — Activos por impostos correntes	6	6 470	—	6 470	—
17 — Activos por impostos diferidos		—	—	—	—
18 — Outros activos	7	46 055 259	—	46 055 259	59 003 430
<i>Total do activo</i>		156 492 841	—	156 492 841	151 696 724

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	Nota	2006	2005
			Pro-forma
1 — Recursos de bancos centrais		—	—
2 — Passivos financeiros detidos para negociação		—	—
3 — Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		—	—
4 — Recursos de outras instituições de crédito		—	—
5 — Recursos de clientes e outros empréstimos		—	—
6 — Responsabilidades representadas por títulos		—	—
7 — Passivos financeiros associados a activos transferidos		—	—
8 — Derivados de cobertura		—	—
9 — Passivos não correntes detidos para venda		—	—
10 — Provisões		—	—
11 — Passivos por impostos correntes	6	524 645	416 746
12 — Passivos por impostos diferidos		—	—
13 — Instrumentos representativos de capital		—	—
14 — Outros passivos subordinados		—	—
15 — Outros passivos	8	112 559 855	110 789 395
<i>Total do passivo</i>		113 084 500	111 206 141

	Nota	2006	2005 — Pro-forma
16 — Capital	9	50 000	50 000
17 — Prémios de emissão		—	—
18 — Outros instrumentos de capital		—	—
19 — Acções próprias		—	—
20 — Reservas de reavaliação		—	—
21 — Outras reservas e resultados transitados	10	20 440 583	6 765 914
22. Resultado do exercício		22 917 759	33 674 669
<i>Total do capital próprio</i>		<u>43 408 342</u>	<u>40 490 583</u>
<i>Total do passivo e capital próprio</i>		<u>156 492 841</u>	<u>151 696 724</u>

A Gerência, *José de Oliveira Costa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Rui Pedro Fernandes*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006

	Nota	2006	2005 — Pro-forma
Juros e rendimentos similares		—	—
Juros e encargos similares	11	(15)	—
Margem financeira		(15)	—
Rendimentos de instrumentos de capital	12	24 285 008	34 784 841
Rendimentos de serviços e comissões		—	—
Encargos com serviços e comissões		—	—
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		—	—
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		—	—
Resultados de reavaliação cambial		—	—
Resultados de alienação de outros activos	13	31 809	—
Outros resultados de exploração	14	(90)	(2 146)
Produto bancário		<u>24 316 711</u>	<u>34 782 695</u>
Custos com pessoal		—	—
Gastos gerais administrativos	15	(36 941)	(24 378)
Amortizações do exercício		—	—
Provisões líquidas de reposições e anulações		—	—
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidos de reposições e anulações)		—	—
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		—	—
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		—	—
Resultados antes de impostos		<u>24 279 771</u>	<u>34 758 317</u>
Impostos:			
Correntes	16	(1 362 012)	(1 083 648)
Diferidos		—	—
Resultado após impostos		<u>22 917 759</u>	<u>33 674 669</u>
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		—	—

A Gerência, *José de Oliveira Costa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Rui Pedro Fernandes*.

Demonstração dos fluxos de caixa

	2006	2005
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	—	—
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	—	—
Pagamento de juros e comissões	(15)	—
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(36 941)	(20 808)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(90)	(2 146)
Recuperação de créditos incobráveis	—	—
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>(37 046)</u>	<u>(22 954)</u>

	2006	2005
(Aumentos) diminuições dos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	—	—
Activos financeiros detidos para negociação	—	—
Créditos a clientes	—	—
Activos ao justo valor por resultados	—	—
Derivados de cobertura	—	—
Activos não correntes detidos para venda	—	—
Outros activos	(6 580 979)	(6 000 000)
Fluxo dos activos operacionais	(6 580 979)	(6 000 000)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	—	—
Recursos de instituições de crédito	—	—
Recursos de clientes e outros empréstimos	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação	—	—
Outros passivos	1 770 460	(1 201 350)
Fluxo dos passivos operacionais	1 770 460	(1 201 350)
Caixa líquida das activ. operacion. antes dos impostos sobre o rendimento	(4 822 627)	(7 224 304)
Impostos pagos	(1 254 112)	(1 527 079)
Caixa líquida das actividades operacionais	(6 076 739)	(8 751 383)
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	24 984 372	12 972 732
Aquisição de activos disponíveis para venda	—	—
Alienação de activos disponíveis para venda	—	—
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	—	—
Vendas de activos tangíveis	—	—
Aquisições/alienações de propriedades de investimento	—	—
Investimentos em empresas filiais e associadas	49 878	—
Caixa líquida das actividades de investimento	25 034 250	12 972 732
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Aumento de capital	—	—
Dividendos pagos	(20 000 000)	(3 920 000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	—	—
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	—	—
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	—	—
Caixa líquida das actividades de financiamento	(20 000 000)	(3 920 000)
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(1 067 427)	301 349
Caixa e equivalentes no início do exercício	1 336 735	1 035 386
Caixa e equivalentes no fim do exercício	269 308	1 336 735

A Gerência, José de Oliveira Costa. — O Técnico Oficial de Contas, Rui Pedro Fernandes.

Demonstração de alterações no capital próprio

(Em euros)

	Total	Capital	Outros instrum. de capital	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados líquido do período	Subtotal (antes de IM)	Interesses minorit.
Posição no início do período 1 de Janeiro de 2005 (PCSB)	10 735 913	50 000	—	274 711	5 275 206	5 135 996	10 735 913	—
Aumentos de reservas e resul- tados transitados por apli- cação dos resultados	—	—	—	959 197	256 800	(1 215 997)	—	—
Distribuição de lucros/cober- tura de prejuízos	(3 919 999)	—	—	—	—	(3 919 999)	(3 919 999)	—
Resultado líq. do período	33 674 669	—	—	—	—	33 674 669	33 674 669	—
Posição no fim do período 31 de Dezembro de 2005 (PCSB)	40 490 583	50 000	—	1 233 908	5 532 006	33 674 669	40 490 583	—

(Em euros)

	Total	Capital	Outros instrum. de capital	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados líquido do período	Subtotal (antes de IM)	Interesses minorit.
Impacto da adopção dos IAS/IFRS, excluindo IAS 32 e IAS 39:								
Activos intang. (IAS 38)	—	—	—	—	—	—	—	—
Activos fixos tang. (IAS 16)	—	—	—	—	—	—	—	—
Periodificação de comissões (IAS 18)	—	—	—	—	—	—	—	—
Impostos diferidos (IAS 12)	—	—	—	—	—	—	—	—
Primeira aplicação do IAS 32 e do IAS 39:								
Valorização ao justo valor	—	—	—	—	—	—	—	—
Posição no fim do período 31 de Dezembro de 2005 (NCA)	40 490 583	50 000	—	1 233 908	5 532 006	33 674 669	40 490 583	—
Ajustamentos no período:								
Aumentos de reservas e resultados transitados por aplicação dos resultados	—	—	—	—	13 674 669	(13 674 669)	—	—
Distribuição de lucros/coertura de prejuízos	(20 000 000)	—	—	—	—	(20 000 000)	(20 000 000)	—
Total dos ajustamentos no cap. próprio	(20 000 000)	—	—	—	13 674 669	(33 674 669)	(20 000 000)	—
Resultado líq. do período	22 917 759	—	—	—	—	22 917 759	22 917 759	—
Distrib. antecipada de lucros	—	—	—	—	—	—	—	—
Interesses minoritários	—	—	—	—	—	—	—	—
Posição no fim do período em 31 de Dezembro de 2006	43 408 342	50 000	—	1 233	19 206 675	22 917 759	43 408 342	—

A Gerência, *José de Oliveira Costa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Rui Pedro Fernandes*.**Notas explicativas em 31 de Dezembro de 2006**

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 15 de Dezembro de 1999, tendo por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras da BPN Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, serão consolidadas nas contas do BPN, S. A. com sede na Avenida de França, 680/694, 4250-213 Porto.

1 — Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

1.1 — Geral:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, conforme disposto no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela Instrução n.º 23/2004, e apresentadas segundo os modelos definidos pela Instrução n.º 18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União

Europeia, de acordo com o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 — Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em reservas de reavaliação.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da BPN Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, de 17 de Junho, e demais disposições do Banco de Portugal.

Em 2006 a sociedade apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA, sendo o impacto da introdução destas normas apresentado na nota n.º 3.

1.2 — Comparabilidade da informação:

As demonstrações financeiras reportadas ao exercício de 2005 foram convertidas para as NCA — demonstrações financeiras proforma — nos termos previstos no IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, incluindo a adopção das normas IAS 32 — Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação e IAS 39 — Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

1.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) *Especialização de exercícios.* — A BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

ii) *Activos financeiros disponíveis para venda.* — Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos detidos até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio reserva de justo valor até à sua venda (ou até ao seu reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente em resultados do período.

Antes de 1 de Janeiro de 2006 este tipo de activos estava registado como títulos de investimento.

iii) *Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.* — Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são valorizados pelo método do custo histórico, de acordo com a IAS 27.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho das contas.

Antes de 1 de Janeiro de 2006 este tipo de investimentos era classificado como participações, sendo constituídas provisões no caso de se perspectivarem perdas potenciais.

iv) *Imparidade.* — Em conformidade com as NCA, a empresa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros apresenta sinais de imparidade.

v) *Pensões de reforma.* — A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

vi) *Impostos correntes.* — A BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama municipal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de 10 anos), excepto quando

tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações de imposto, devido essencialmente a diferentes interpretações de legislação fiscal.

Contudo, é convicção da gerência da empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

vii) *Impostos diferidos.* — Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos dado não existirem situações que levem à sua contabilização.

2 — Introdução das normas de contabilidade ajustadas:

A BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, aplicou as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) na preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com o aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Da aplicação das NCA não resultou qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras.

3 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Disponibilidades sobre instit. de crédito no país	—	—
Depósitos à ordem	269 308	1 336 735
	269 308	1 336 735

4 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Instrumentos de capital:		
De emissores nacionais:		
Valorizados ao custo histórico	4 709	4 709

5 — Detalhe de investimentos em filiais e associadas:

Empresa	Partic. efectiva (percent.)		Valor de balanço		Capitais próprios	Resultado líquido
	2006	2005	2006	2005		
Banco Efisa, S. A.	100,00	100,00	25 518 743	21 518 743	28 806 706	3 711 184
BPN Crédito — IFIC, S. A.	100,00	100,00	63 932 159	63 932 159	84 718 203	10 219 790
BPN Gestão de Activos — Soc. Gestora FIM, S. A.	100,00	100,00	4 952 409	4 952 409	5 353 097	3 113 258
BPN Imofundos — Soc. Gestora FII, S. A.	100,00	100,00	573 600	573 600	7 536 661	5 901 187
SLN Madeira, SGPS, S. A.	100,00	100,00	250 000	250 000	5 918 799	3 929 859
BPN Madeira, SGPS, S. A.	100,00	100,00	100 000	100 000	53 884	(28 282)
BPN Participações, Ltda.	80,00	—	14 385 045	—	16 893 466	(667 443)
BPN Créditos Brasil	50,00	—	444 739	—	337 796	1 036 206
BPN Serviços, ACE	0,01	—	400	—	—	—
Soserfin, S. A.	—	100,00	—	24 940	—	—
			110 157 095	91 351 851		

6 — Activos e passivos por impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Activos por impostos correntes:		
IRC a recuperar	6 470	—
Passivos por impostos correntes:		
IRC a pagar	524 645	416 746
	(518 175)	(416 746)

O saldo da rubrica IRC a recuperar é relativo a pagamentos especiais por conta efectuados pela antiga participada Soserfin, S. A., dissolvida em Dezembro de 2006.

7 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Devedores, outras aplicações e outros activos:		
Devedores diversos:		
SLN Madeira, SGPS, S. A. (suprimentos)	21 852 060	33 911 844
Banco Efisa, S. A.	1 000 000	5 500 000
SLN Madeira, SGPS, S. A.	103 198	3 084 754
BPN Imofundos, S. A.	5 500 000	5 523 364
BPN Crédito, IFIC	15 000 000	7 776 000
BPN Gestão de Activos, S. A.	2 600 000	3 000 000
Outros	—	207 467
	46 055 258	59 003 429
Outras contas de regularização:		
Outras operações a regularizar	1	1
	46 055 259	59 003 430

Os suprimentos à SLN — Madeira, SGPS, S. A., não vencem juros e não está previsto o seu prazo de reembolso.

8 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Credores e outros recursos:		
Sector público administrativo	9	—
Credores diversos:		
BPN, SGPS, S. A.	6 520 000	4 755 736
Banco Português de Negócios, S. A.	105 987 979	105 987 979
Outros	42 187	42 110
	112 550 175	110 785 825
Encargos a pagar:		
Outros encargos a pagar	9 680	3 570
	112 559 855	110 789 395

Os suprimentos do BPN, S. A. e do BPN, SGPS, S. A., não vencem juros e não está previsto o seu prazo de reembolso.

9 — Capital:

O capital social é de 50 000 euros e encontra-se integralmente realizado, sendo constituído por duas quotas, uma de 99,8%, pertença do Banco Português de Negócios, S. A., e outra de 0,2%.

10 — Outras reservas e resultados transitados:

	2006	2005 — Pro-forma
Outras reservas:		
Reservas legais	274 712	274 712
Outras reservas	959 197	959 197
	<u>1 233 909</u>	<u>1 233 909</u>
Resultados transitados:		
Aprovados	19 206 674	5 532 005
	<u>20 440 583</u>	<u>6 765 914</u>

Os movimentos ocorridos nestas rubricas encontram-se reflectidas na demonstração de alterações do capital próprio.

11 — Margem financeira:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Juros e encargos similares:		
Juros de recursos:		
De outras instituições de crédito	15	—

12 — Rendimentos de instrumentos de capital:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No país	24 285 008	34 784 841

13 — Resultados em operações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Resultados de alienação de outros activos	—	—
Ganhos em investimentos em filiais	31 809	—
	<u>31 809</u>	<u>—</u>

14 — Ganhos e perdas operacionais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Encargos e gastos operacionais:		
Outros encargos e gastos operacionais	—	2 146
Outros impostos:		
Impostos indirectos	90	—
	<u>(90)</u>	<u>(2 146)</u>

15 — Gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Publicidade e edição de publicações	—	202
Serviços especializados	33 320	20 555
Outros serviços de terceiros	3 621	3 621
	<u>36 941</u>	<u>24 378</u>

16 — Impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 — Pro-forma
Do exercício	1 362 011	1 083 648
Correcção de exercícios anteriores	1	—
	<u>1 362 012</u>	<u>1 083 648</u>

A carga fiscal tem o seguinte desdobramento:

Descrição	2006	2005
Resultado antes de impostos	24 279 771	34 758 317
Artigo 60.º CIRC — Lucros sociedades não residentes	4 964 876	3 967 063
Artigo 46.º CIRC — Dividendos	(24 285 008)	(29 810 163)
Artigo 60.º CIRC — Crédito de imposto	(4 974 678)	—
Pagamentos por conta	(837 366)	(665 652)
Pagamentos especiais por conta	(1 250)	—
Liquidação fiscal	524 645	416 746

17 — Transacções realizadas com entidades em relação de domínio, ou que sejam filiais da mesma empresa-mãe:

	2006	2005 — Pro-forma
Juros e encargos similares:		
Juros de recursos	(15)	—
Investimentos em filiais, associadas, empreendimentos conjuntos:		
No país	24 285 008	34 784 841
Resultados de alienação de outros activos:		
Ganhos em investimentos em filiais	31 809	—
	<u>24 316 802</u>	<u>34 784 841</u>

A Gerência, José de Oliveira Costa. — O Técnico Oficial de Contas, Rui Pedro Fernandes.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras de BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.da, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 156 492 841 euros e um total de capital próprio de 43 408 342 euros, incluindo um resultado líquido de 22 917 759 euros), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da Gerência da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas

Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (NCA'S), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segu-

rança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

i) Conforme referido na nota n.º 1.2 das notas explicativas, em 2006 a sociedade adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 2 das notas explicativas.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2007. — J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório e parecer do fiscal único

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pela gerência de BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Analisámos o relatório de gestão da gerência e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas.

Na qualidade de revisor oficial de contas, procedemos à emissão da certificação legal das contas, e do relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, em 31 de Dezembro de 2006, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das notas explicativas.

Nestes termos, o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão da gerência, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela gerência.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2007. — O Fiscal Único, J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades.* — Examinámos as demonstrações financeiras da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da} (adiante também designada por BPN PF), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 156 492 841 euros e um total de capital próprio de 43 408 342 euros, incluindo um resultado líquido de 22 917 759 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade da gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da BPN PF, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito.* — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

i) A verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizadas na sua preparação;

ii) A apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

iii) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

iv) A apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 incluem participações de capital no valor global de 14 929 784 euros que respeitam a empresas cujas demonstrações financeiras foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, cujas certificações legais das contas levámos em consideração. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

4 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na nota n.º 1, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as NCA definidas pelo Banco de Portugal.

Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 1 de Março de 2007. — BDO, bdc & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Aleixo Dias*.
2611040400

CAIXA DE AFORROS DE VIGO, OURENSE E PONTEVEDRA — CAIXANOVA

Relatório n.º 12-V/2007

Relatório e contas de 2006

Relatório de gestão

Evolução económica do exercício e resultados

Os activos totais consolidados do Grupo Caixanova atingiram, em 31 de Dezembro de 2006, os 22 583 639 milhares de euros, com um aumento interanual de 4 716 720 milhares de euros, equivalentes a uma taxa de variação anual de 26,4%.

O resultado antes de impostos gerado pelo Grupo no exercício de 2006, sustentado no sólido e contínuo crescimento da actividade financeira e na gestão activa da carteira, elevou-se a 200 817 milhares de euros, com um aumento de 52 671 milhares de euros, o que representa 35,6% mais do que no ano anterior. O lucro atribuído ao Grupo, depois de impostos e minoritários, situou-se em 132 441 milhares de euros, com um aumento de 7,9% durante o ano.

O lucro atribuído ao Grupo ficou afectado pela diminuição dos activos fiscais líquidos a recuperar em próximos exercícios, em consequência da redução da taxa fiscal, aprovada em 2006, para aplicação nos próximos anos. Se não considerarmos tal efeito, o crescimento anual do lucro atribuído ao Grupo teria aumentado 21,5%.

Os recursos próprios computáveis do Grupo Caixanova de acordo com a legislação e supervisão com base consolidada de entidades financeiras ditada a partir da Lei n.º 13/1992, de 1 de Junho, e adaptada à normativa vigente regulada pelo Banco de Espanha, uma vez aprovada a distribuição do excedente do exercício, ascenderam a 2 426 987 milhares de euros, com um aumento no ano de 47,1%.

Os requisitos mínimos de recursos próprios, de acordo com a normativa vigente, elevaram-se a 1 518 882 milhares de euros, o que representa um *superavit* de 908 105 milhares de euros, equivalentes a 59,8% acima do valor exigível. O coeficiente de solvência, apesar de a intensa actividade de crédito ter gerado um maior nível de requisitos, elevou-se a 12,8% ultrapassando em 4,8 pontos o mínimo exigido.

O saldo total de credores captados e geridos pelo Grupo Caixanova, dentro e fora do balanço, ascendeu a 22 111 407 milhares de euros, com um aumento interanual de 23,0%. Os recursos de clientes no balanço, mantiveram um comportamento menos expansivo, registando uma taxa de variação anual de 22,1%, equivalente em valores absolutos a 3 314 069 milhares de euros, o que situa o volume destes depósitos, em 31 de Dezembro de 2006, em 18 333 978 milhares de euros.

Os passivos financeiros da clientela no balanço, representados por valores negociáveis, que incluem a emissão de bónus, promissórias e financiamento subordinado, registaram um aumento de 1 390 804 milhares de euros, equivalentes a uma taxa de variação anual de 65,2%.

O património dos recursos intermediados fora do balanço e geridos pelo Grupo sob as modalidades de Fundos de Investimento, Planos de Pensões e Depósitos de Valores de Clientes, atingiram os 3 777 498 milhares de euros, com uma variação anual conjunta de 20,1%, sendo os Planos de Pensões os de maior pujança no exercício, com um aumento de 26,3%.

O crédito à clientela registou um saldo líquido de 15 658 004 milhares de euros, com um aumento de 2 981 823 milhares de euros e uma taxa de 23,5% acima do ano anterior, situando o seu peso sobre o balanço em 69,3%, que ascende a 85,4% sobre o saldo dos credores no balanço. Os riscos qualificados como duvidosos elevaram-se a 70 101 milhares de euros, montante que se mantém em nível análogo ao da evolução da carteira, o que se traduz num índice de morosidade de 0,45%.

O conjunto das carteiras de valores ascendeu a 3 926 519 milhares de euros, 31,8% superior a Dezembro do ano anterior, representando 17,4% do balanço do Grupo. Os instrumentos de capital cresceram 86,2% até se situarem em 1 796 477 milhares de euros, tendo em vista responder a um posicionamento estratégico a longo prazo. Pelo seu lado, a carteira de participações, que integra o grupo de consolidação, aumentou em 104,2%, no âmbito de uma estratégia para o desenvolvimento de novas oportunidades e ampliação de mercado.

A margem de intermediação situou-se em 354 655 milhares de euros, com uma variação anual de 9218 milhares de euros. Com a contribuição líquida das receitas por serviços e a notável incidência do resultado de intermediações financeiras, a margem ordinária ascendeu a 598 937 milhares de euros, equivalentes a uma taxa anual de 21,0%, o que representa 3,0% sobre o balanço médio do Grupo.

Os custos de exploração, em conjunto, cresceram 10,0% em relação ao ano de 2005, mas o seu posicionamento sobre o activo total médio do Grupo desceu 0,2 pontos até se situar em 1,6%. A margem de exploração resultante foi aumentada em 74 988 milhares de euros, equivalentes a uma melhoria de 36,3%.

O resultado antes de impostos registou um crescimento de 35,6%, sendo o atribuído ao Grupo, depois do efeito do imposto e descontado o correspondente aos minoritários, de 132 441 milhares de euros.

A gestão do risco em Caixanova

O Grupo Caixanova considera a gestão do risco como um elemento-chave de competitividade e eficiência dentro do Sistema Financeiro. Por este motivo continuou-se, durante o exercício de 2006, com os processos necessários para a adequação à nova normativa que regula o nível de capital em entidades de crédito com actividade internacional.

A adaptação ao Basileia II é uma questão estratégica para todas as entidades financeiras. Para tal, a Caixanova, desde o primeiro momento, incorporou-se como entidade piloto, liderando o projecto Sectorial de Controlo Global de Riscos.

Por estes motivos, e com o envolvimento de todas as áreas da entidade, foram mantidas linhas de trabalho consequentes com as propostas apresentadas tendo por objectivo efectuar, tanto no âmbito operativo como no organizativo, as acções necessárias para se dispor de uma estrutura de gestão de riscos mais adequada.

Tendo em vista efectuar um seguimento dos riscos derivados da actividade financeira, no Grupo Caixanova gerem-se, de forma delegada, os diferentes limites de riscos assumidos pela Entidade:

Risco de preço — nesta epígrafe incluem-se tanto o risco do mercado como o risco de taxa de juro. Dentro do risco de mercado gerem-se diferentes limites que determinam o risco de perdas nas posições dentro e fora de balanço derivadas de movimentos nos preços de mercado. Para o risco de taxa de juro limitam-se as situações de mercado em que uma variação das taxas de juro possa afectar negativamente a situação financeira da Caixa. Para tal, gere-se a variação tanto do valor razoável como da margem financeira face a uma variação de 100 P.B. nas taxas de juro.

Risco de crédito — a gestão do risco de crédito no Grupo Caixanova baseia-se num conjunto de procedimentos que combina a análise pessoal e individualizada para a qualificação do risco com a atribuição de limites à exposição de tal risco. De igual modo, o sistema de gestão orienta as políticas de preços em função da qualificação do risco. Por outro lado, o Grupo Caixanova está imerso num projecto de incorporação de sistemas e modelos estatísticos que permitem normalizar, automatizar e simplificar a análise e concessão das operações, assim como o seguimento da sua evolução no tempo.

Risco de liquidez — o Caixanova dispõe de um plano de contingências para fazer face a problemas de liquidez no âmbito de uma gestão global deste risco em particular, assumindo como base diferentes cenários e prazos. Gere-se a capacidade da Caixa para gerar ou anular posições numa determinada situação de mercado. A posição de liquidez é estabelecida com base em várias análises de cenários e de vencimentos. As análises de sensibilidade e de cenários têm em conta não apenas situações normais de mercado, mas também qualquer outra que se possa chegar a colocar.

Risco de fluxo de caixa — o Grupo Caixanova mede a sua capacidade para cumprir, na forma acordada, as suas obrigações de pagamento. Para tal, no Plano de Contingências de liquidez, estão estabelecidos limites tanto para a primeira como para segunda linha de liquidez assim como as medidas a adoptar em caso de eventuais cenários de alerta dos mercados, da própria Caixa ou de ambos.

A gestão da liquidez articula-se com base no estabelecimento e controlo de uma série de limites internos, que se estruturam em diferentes níveis de atribuição.

Factos ocorridos após o encerramento do exercício de 2006

Uma vez encerrado o exercício de 2006, e até à data da formulação das contas anuais consolidadas do exercício de 2006 anexas, não se verificou qualquer facto conhecido que afecte ou modifique o conteúdo deste relatório de gestão, salvo o indicado na nota n.º 1.8 da Memória que integra tais contas anuais consolidadas.

Despesas em I+D e acções próprias

Ao longo do ano de 2006, o Grupo Caixanova não incorreu em despesas de I+D nem efectuou transacções com acções próprias.

Evolução previsível em 2007

No ano de 2006, o Grupo Caixanova avançou no desenvolvimento do seu plano estratégico para o quadriénio 2005-2008, em foram identificadas como prioritárias para o exercício de 2007 as acções seguintes:

1 — Reforçar a estrutura organizativa, otimizando o seu potencial e adequando-a às novas exigências do Grupo, derivadas da sua política de crescimento e de penetração em novos mercados e linhas de negócios, destacando-se fundamentalmente o impulso dos negócios centralizados;

2 — Avançar no plano de expansão definido para a rede comercial da entidade nas principais cidades espanholas com a abertura de novas agências. Fora das nossas fronteiras reforçar-se-á a presença da Caixanova na Europa com o desenvolvimento do correspondente plano de negócios;

Quanto ao mercado americano, a rede da Caixanova será reforçada com a abertura da agência de representação em Buenos Aires (Argentina) e com o estudo de novas estratégias de actuação no mercado dos Estados Unidos, que contemplam a requalificação da agência da Caixanova em Miami;

3 — Impulsionar a melhoria permanente no atendimento ao cliente e desenvolver um plano de marketing estratégico completo tendo em vista consolidar a presença da Caixanova nos locais de nova implantação, acentuando a acção comercial orientada para a captação e fidelização dos clientes mediante a concepção e lançamento de campanhas específicas, a exploração das sinergias derivadas da venda cruzada e a assinatura de convénios com grupos de interesses, em atenção ao mercado objectivo estabelecido pela Caixa;

4 — Incidir em estratégias comerciais baseadas na segmentação de mercados, clientes e produtos, através do desenvolvimento de unidades e serviços especializados. Inserido neste objectivo, é de destacar o denominado Plano PMEs, destinado a reforçar a actuação da entidade no segmento empresarial do seu meio, e o Projecto de Desenvolvimento de Planos Comerciais e Campanhas;

5 — Constituir um operador de banca e seguros vinculado e uma sociedade de capital de risco;

6 — Avançar na comercialização de produtos concebidos pela Divisão de Mercados Financeiros, fomentando a assessoria da rede comercial aos seus clientes em matéria de cobertura de riscos de juros, de mercado e de câmbio, devendo-se desenvolver os respectivos sistemas de administração, controlo e distribuição de produtos híbridos e derivados;

7 — Aprofundar a política de emissão de instrumentos de financiamento, recorrendo a novos mercados grossistas para responder aos objectivos de crescimento do Grupo e garantir os níveis de liquidez adequados;

8 — Acelerar a implantação do plano anual de projectos estratégicos, entre os quais se destacam a liberação e optimização do espaço comercial nas agências mediante a racionalização dos processos, a eficiência funcional, a melhoria do apoio operativo e o reforço do auto-serviço, através de acções específicas na operação de caixas automá-

ticas e no canal e-nova, ampliando as possibilidades que as novas tecnologias da informação oferecem na comercialização de produtos e serviços;

9 — Manter a aposta na capacitação e motivação do capital intelectual da Entidade, promovendo políticas de formação e de melhoria do clima laboral tendentes a fortalecer o sentimento de pertença dos profissionais do Grupo Caixanova. Entre os programas de formação definidos para 2007 destacam-se os planos de desenvolvimento profissional para gestores de empresa, gestores de patrimónios, planos específicos para a rede comercial da Espanha e o Programa Gestores 100-PYMES;

10 — Avançar no desenvolvimento das unidades de controlo de riscos em consonância com as orientações do Novo Acordo de Capital de Basileia, aperfeiçoando as ferramentas de análise e valorização dos riscos de crédito, de juros, de mercado, de liquidez e de câmbio concebidas pela Caixanova, incidindo na operacionalidade dos *scorings* pró-activos e reactivos válidos em 2006, assim como prestando especial atenção à concepção dos modelos de identificação, medição e cobertura dos riscos de natureza operacional derivados da actividade do Grupo. No ano de 2007 impulsionar-se-á a optimização de modelos de *ratings* de empresas concebidos em 2006, continuando o processo de implantação de novas metodologias;

11 — Continuar com os trabalhos de desenvolvimento do Plano Director de Tecnologia Corporativa, aprofundado o aperfeiçoamento dos sistemas de informação comercial e de gestão, destacando-se projectos como o Sistema de Admissão de Riscos, o Datamining, o CRM Analítico e Operacional, o reforço do apoio informático de produtos e serviços e a renovação da infra-estrutura tecnológica;

12 — Conceber e implantar o Plano Integral de Comunicação, reafirmando a orientação da Caixanova para as pessoas e procurando o envolvimento máximo da sociedade no projecto financeiro e social do Grupo Caixanova;

13 — Publicar a primeira Memória de Responsabilidade Social Corporativa da Caixanova, como via de diálogo com os grupos de interesse com os quais interage e aprofundando a política de transparência;

14 — Formalizar o Código de Conduta da Caixanova, aprovar o Protocolo de Conciliação da Vida Laboral e Familiar, desenvolver soluções de trabalho em colaboração e fomentar a cultura da inovação e da qualidade no plantel.

Continuar a ampliação da oferta de infra-estruturas sócio-culturais da Caixa na Galiza, com novos centros sociais e financeiros nas cidades de Santiago e Lugo. De igual modo, a acção social será reforçada com iniciativas como a criação de um centro de informação em massa e a colocação em andamento de um programa de acolhimento de imigrantes. Paralelamente, será impulsionada a presença institucional da Caixanova em Portugal o acondicionamento de um edifício na cidade do Porto, que albergará a nova sede da entidade e a Escola de Negócios Caixanova.

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Balanço de situação em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2006	2005 (a)
Caixa e depósitos em bancos centrais	279 197	204 954
Carteira de negociação:		
Outros instrumentos de capital	4 559	926
Derivados de negociação	28 176	57
	32 735	983
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Valores representativos de dívida	1 283 533	1 488 412
Outros instrumentos de capital	1 758 518	925 658
	3 042 051	2 414 070

(Em milhares de euros)

	2006	2005 (a)
Investimentos de crédito:		
Depósitos em entidades de crédito	1 243 055	878 358
Crédito à clientela	13 203 224	10 701 786
Outros activos financeiros	41 239	53 601
	<u>14 487 518</u>	<u>11 633 745</u>
Derivados de cobertura	44 021	80 007
Activos não correntes em venda:		
Activo corpóreo	4 457	2 848
Participações:		
Entidades associadas	87 186	57 648
Entidades multigrupo	50 680	48 335
Entidades do grupo	111 232	110 317
	<u>249 098</u>	<u>216 300</u>
Activo corpóreo:		
De uso próprio	419 827	313 725
Investimentos imobiliários	19 439	6 802
Afecto à obra social	52 441	41 842
	<u>491 707</u>	<u>362 369</u>
Activo intangível:		
Outro activo intangível	525	236
Activos fiscais:		
Correntes	11 112	14 059
Diferidos	86 519	101 705
	<u>97 631</u>	<u>115 764</u>
Regularizações	21 173	7 369
Outros activos	7 327	7 350
<i>Total do activo</i>	<u>18 757 440</u>	<u>15 045 995</u>

PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO

	2006	2005 (a)
Passivo:		
Carteira de negociação:		
Derivados de negociação	12 356	51
	<u>12 356</u>	<u>51</u>
Passivos financeiros a custo amortizado:		
Depósitos de entidades de crédito	559 697	287 599
Depósitos da clientela	12 721 163	11 063 672
Débitos representados por valores negociáveis	2 481 910	1 633 765
Passivos subordinados	865 003	464 389
Outros passivos financeiros	193 908	114 254
	<u>16 821 681</u>	<u>13 563 679</u>
Derivados de cobertura	18 723	18 736
Provisões:		
Fundos para pensões e obrigações similares	19 226	18 503
Provisões para riscos e compromissos contingentes	12 527	12 197
Outras provisões	8 334	8 751
	<u>40 087</u>	<u>39 451</u>

(Em milhares de euros)

	2006	2005 (a)
Passivos fiscais	248 607	175 952
Regularizações	36 646	32 982
Outros passivos:		
Fundo obra social	54 153	48 767
Resto	582	3 802
	54 735	52 569
<i>Total do passivo</i>	<i>17 232 835</i>	<i>13 883 420</i>
Património líquido:		
Ajustes por valorização:		
Activos financeiros disponíveis para venda	509 859	244 701
Coberturas dos fluxos de numerário	223	1 352
Diferenças de câmbio	— 519	—
	509 563	246 053
Fundos próprios:		
Fundo de dotação	13	13
Reservas	882 509	802 372
Resultado do exercício	132 520	114 137
	1 015 042	916 522
<i>Total do património líquido</i>	<i>1 524 605</i>	<i>1 162 575</i>
<i>Total do passivo e património líquido</i>	<i>18 757 440</i>	<i>15 045 995</i>
Pro-memória:		
Riscos e compromissos contingentes	1 369 559	1 046 271
Garantias financeiras	1 369 559	1 046 271
Compromissos contingentes	3 383 904	2 700 235
Disponíveis de terceiros	3 304 854	2 631 727
Outros compromissos	79 050	68 508

(a) Apresentam-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Conta de perdas e ganhos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

	2006	2005 (a)
Juros e rendimentos similares	634 998	489 746
Juros e encargos similares	— 377 236	— 223 905
Rendimento de instrumentos de capital	42 710	21 760
Participações em entidades associadas	5 529	3 082
Participações em entidades multigrupo	—	1 234
Participações em entidades do grupo	2 049	1 659
Outros instrumentos de capital	35 132	15 785
Margem de intermediação	300 472	287 601
Comissões recebidas	94 901	84 166
Comissões pagas	— 24 602	— 23 168
Resultados de operações financeiras (líquido)	120 318	53 174
Carteira de negociação	4 440	4 672
Activos financeiros disponíveis para venda	115 300	36 352
Outros	578	12 150
Diferenças de câmbio (líquido)	510	779
Margem ordinária	491 599	402 552

(Em milhares de euros)

	2006	2005 (a)
Outros produtos de exploração	11 276	10 554
Despesas com o pessoal	— 165 238	— 157 332
Outras despesas gerais de administração	— 74 612	— 70 865
Amortização	— 16 534	— 14 108
Activo corpóreo	— 16 464	— 14 085
Activo intangível	— 70	— 23
Outras encargos de exploração	— 4 164	— 3 615
Margem de exploração	242 327	167 186
Perdas por deterioração de activos (líquido)	— 55 997	— 33 965
Activos financeiros disponíveis para venda	— 2 145	— 579
Investimentos de créditos	— 56 099	— 33 286
Activos não correntes em venda	— 74	— 205
Participações	2 321	105
Dotações para provisões (líquido)	— 3 202	— 5 201
Outros ganhos	8 613	5 959
Ganhos por vendas de activos corpóreos	969	1 972
Outros conceitos	7 644	3 987
Outras perdas	— 10 288	— 6 573
Perdas por vendas de activos corpóreos	— 23	— 41
Perdas por vendas de participações	— 5 301	—
Outros conceitos	— 4 964	— 6 532
Resultado antes de impostos	181 453	127 406
Imposto sobre os lucros	— 48 933	— 13 269
Resultado do exercício	132 520	114 137

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Relatório de auditoria das contas anuais consolidadas

1 — Auditámos as contas anuais consolidadas da Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra — Caixanova — (de agora em diante, a Caja) e das sociedades que integram, juntamente com a Caja o Grupo Caixanova (de agora em diante o «Grupo» — v. notas n.ºs 1 e 12), que compreendem o balanço de situação consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e a conta de perdas e ganhos consolidada, o estado dos fluxos de caixa consolidado, o estado das receitas e despesas reconhecidas consolidado e a memória relativos ao exercício anual terminado em tal data, cuja formulação é da responsabilidade dos administradores da Caja (entidade dominante). A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as referidas contas anuais consolidadas no seu conjunto, baseada no trabalho efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites na Espanha, que exigem o exame, mediante a execução de provas selectivas, da evidência justificativa das contas anuais consolidadas e a avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas efectuadas.

2 — De acordo com a legislação comercial, os administradores da Caja apresentam, para efeitos comparativos, com cada uma das parcelas do balanço de situação consolidado, da conta de perdas e ganhos consolidada, do estado dos fluxos de caixa consolidado, do estado das receitas e despesas reconhecidas consolidado e da memória, além dos valores do exercício de 2006, os relativos ao exercício anterior. A nossa opinião refere-se, exclusivamente, às contas anuais consolidadas do exercício de 2006. Com data de 2 de Março de 2005, em que expressámos uma opinião sem excepções.

3 — Na nossa opinião, as contas anuais consolidadas do exercício de 2006 anexas expressam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património e da situação financeira, consolidados, do Grupo Caixanova em 31 de Dezembro de 2006 e dos resultados consolidados das suas operações, das receitas e despesas consolidados e dos seus fluxos de caixa consolidados, relativos ao exercício anual terminado em tal data, e contêm as informações necessárias e suficientes para a sua interpreta-

ção e compreensão adequada, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia, que mantêm a conformidade com as aplicadas no exercício anterior.

4 — O relatório de gestão consolidado do exercício anexo, contém as explicações que os administradores da Caja consideram oportunas sobre a situação do Grupo, a evolução dos seus negócios e sobre outros assuntos, e não faz parte integrante das contas anuais consolidadas. Verificámos que as informações contabilísticas que o referido relatório de gestão consolidado contém concorda com a das contas anuais consolidadas do exercício de 2006. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance referido neste mesmo parágrafo, e não inclui a revisão de informações diferentes das obtidas a partir dos registos contabilísticos das entidades consolidadas.

2 de Março de 2007. — O Auditor: Deloitte, S. L., representada por Carlos Giménez Lambea, revisor oficial de contas. 2611038769

CAIXA — PARTICIPAÇÕES, SGPS

Relatório n.º 12-X/2007

Sede social: Avenida João XXI, 63 — 1000-300 Lisboa.
Capital social integralmente realizado: 27 750 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502592532.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Caixa Geral de Depósitos, S. A., representada pelo José Lourenço Soares.

Vice-presidente: Salomão Jorge Barbosa Ribeiro.
Secretário: Maria Amélia Vieira de Figueiredo Carvalho de Figueiredo.

Conselho de administração:

Presidente: Caixa Geral de Depósitos, S. A., que nomeou, nos termos do artigo 390.º n.º 4 do Código das sociedades Comerciais, o António Manuel Maldonado Gonelha.

Vogais:

Armando António Martins Vara.
Vitor José Lilaia da Silva.

Fiscal único:

Efectivo: Deloitte & Associados, sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada pela Maria Augusta Cardador Francisco.
Suplente: António Marques Dias.

Relatório do conselho de administração

1 — Análise económica e financeira

1.1 — Análise dos investimentos financeiros

A sociedade no exercício de 2006 aumentou a sua participação no capital social da Culturgest tendo subscrito e realizado 84 500 acções ao valor nominal de um euro.

Verificou-se a saída da Caixa Crédito, SFAC, da sua carteira de participações financeiras, por motivo de dissolução, cuja escritura pública ocorreu em 21 de Março de 2006.

Assim, a carteira de participações financeiras da sociedade tinha no final do exercício de 2006, a seguinte composição:

Empresa participada	Número de acções	Porcentagem de particip.
Banco Nacional Ultramarino	4 000	1,00
Caixa Internacional	9 000	90,00
Culturgest	104 000	41,60
Gerbanca	1 000	10,00
Imocaixa	1 000	10,00

A sociedade utiliza, desde Janeiro de 2003, o Plano de Contas Bancário e todas as suas participações financeiras estão escrituradas pelo método do custo de aquisição.

1.2 — Análise do resultado do exercício

No exercício de 2006, o resultado líquido apurado foi de 38 712,74 euros. No exercício em análise a sociedade recebeu da Caixa Crédito, SFAC, dividendos no montante de 463 milhares de euros.

Para além daqueles proveitos, recebeu 258 milhares de euros, relativos aos encargos com as remunerações e respectivos descontos de dois empregados que estão a exercer funções em outras sociedades do Grupo CGD, sociedades que suportam aquelas despesas.

Registou em perdas extraordinárias 413 milhares de euros, 411 mil dos quais dizem respeito à menos valia obtida com a dissolução da Caixa Crédito, SFAC.

Os custos em que incorreu no ano de 2006 respeitam ao pagamento dos honorários do fiscal único, à publicação integral das contas da sociedade e aos custos com os referidos empregados.

Após estudos actuariais efectuados para determinar o valor das responsabilidades da sociedade relativamente aos complementos de pensões, referentes a dois dos seus colaboradores, verificou-se não ser necessário fazer qualquer reforço de provisões, mantendo-se o saldo de 523 milhares de euros.

1.3 — Análise da estrutura financeira

O activo líquido situou-se, em 31 de Dezembro de 2006, em 30,7 milhões de euros, tendo-se reduzido cerca de 8,6 milhões de euros, relativamente a 2005. Este decréscimo deveu-se à distribuição à CGD de dividendos no montante de 18,6 milhões de euros, apesar do aumento das disponibilidades em 9,1 milhões de euros, como resultado da liquidação da Caixa Crédito, SFAC.

No final de 2006, os investimentos financeiros da Caixa-Participações, no montante de 4,7 milhões de euros, representavam 15,2% do activo da sociedade.

Os capitais próprios foram reduzidos em 38% devido à distribuição de resultados a às perdas extraordinárias resultantes da liquidação da Caixa Crédito, SFAC, passando de 48,7 milhões de euros em 2005 para 30,1 milhões de euros no final de 2006.

2 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração considerando a necessidade de constituir a reserva legal, nos termos do n.º 1 do artigo 295.º do Código das sociedades Comerciais;

Propõe, em cumprimento do artigo 66.º, n.º 2, alínea f) do Código das sociedades Comerciais, a seguinte aplicação para o resultado do exercício de 2006, no montante de 38 712,74 euros: reserva legal — 1935,64 euros; dividendos — 36 777,10 euros.

3 — Notas finais

Em 31 de Dezembro de 2005, a Presidente do conselho de administração Gracinda Augusta Figueiras Raposo, terminou o seu mandato.

Pelo seu empenhamento no desempenho do mesmo, o conselho expressa o seu agradecimento.

Em assembleia geral, realizada em 11 de Maio de 2006, ocorreu a eleição dos actuais órgãos sociais para o triénio de 2006 a 2008.

Lisboa, 23 de Março de 2007. — O Conselho de Administração: António Manuel Maldonado Gonelha, presidente — Armando António Martins Vara, vogal — Vitor José Lilaia da Silva, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Estrutura accionista

Em cumprimento dos artigos 447.º e 448.º do Código das sociedades Comerciais:

Accionista	Número de acções
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	5 550 000

Lisboa, 23 de Março de 2007. — O Conselho de Administração: António Manuel Maldonado Gonelha, presidente — Armando António Martins Vara, vogal — Vitor José Lilaia da Silva, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2006			2005 (líquido)
		Activo bruto	Amortiz. e provisões	Activo líquido	
10+11+130	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	39,76	—	39,76	81,73
12+13-130	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	25 960 106,66	—	25 960 106,66	35 179 036,75
20+21+280/1+2880/1+2890/1-29000/1-29010/11-2951	3 — Outros créditos sobre instit. de crédito	—	—	—	—

(Em euros)

Código das contas		2006			2005 (líquido)
		Activo bruto	Amortiz. e provisões	Activo líquido	
16+22/3+282+ 283+287+2882+ 2883+2887+2892+ 2893+2897-29002- 29003-29012- 29013-29017-2952	4 — Créditos sobre clientes	—	—	—	—
240+241+245+255+ 2480+250+251+ 26+2840+2884+ 2580+2894- 290140-2920- 2921-2925-2953	5 — Obrigações e outros títulos de rendim. fixo	—	—	—	—
2400+2401+2410+ 2500+2501+2510+ 2600+2601+2610+ 2840+2884+2894- 290140 (¹)-29200- 29210-2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de emissores públicos	—	—	—	—
2402+2411+2412+ 245+255+2480+ 2502+2511+2512+ 2580+2602+2611+ 2612+2840+2884+ 2894-290140 (²)- 29209-29219- 2925-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de outros emissores	—	—	—	—
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
243+244+245+255+ 2481-24810+2490- 2491+253+254+ 2581-25810+2841- 290141-291-2923- 2924-2925-2953+ 5624 (dev.)	6 — Acções e outros títulos de rendim. variável	—	—	—	—
400-490	7 — Participações	568 474,79	—	568 474,79	529 307,58
401-491	8 — Partes do capital em empresas coligadas	45 000,00	—	45 000,00	9 535 401,95
41+460+4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	1 017,09	1 017,09	—	—
42+461+462+463+ 468+4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	—	—	—	—
420+4280+461- 4820-48280	(Das quais: imóveis)	—	—	—	—
27003	11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
24810+25810 14+15+19+27-	12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
27003-29007-2959- 299+402+409-499	13 — Outros activos	3 954 463,42	—	3 954 463,42	3 895 373,60
51+55+56 (dev.) (³)+ 58 (dev.)+59 (⁴)	15 — Contas de regularização	178 021,85	—	178 021,85	132 689,06
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
Total do activo		30 707 123,57	1 017,09	30 706 106,48	49 271 890,67

PASSIVO

Código das contas		2006	2005
30+31+35 (6)	1 — Débitos para com instituições de crédito	—	—
30020+30120+ 30220+31020+ 31220+31320+31920	a) À vista	—	—
1-1-a)	b) A prazo ou com pré-aviso	—	—

(Em euros)

Código das contas		2006	2005
32+33+35 ⁽⁶⁾	2 — Débitos para com clientes	—	—
3213+3223	a) Depósitos de poupança	—	—
32-3213-3223+33/5	b) Outros débitos	—	—
3200+3210+	ba) A vista	—	—
3220+3230	bb) A prazo	—	—
b)-ba)			
34	3 — Débitos representados por títulos	—	—
341	a) Obrigações em circulação	—	—
340+342+349	b) Outros	—	—
36+39	4 — Outros passivos	25 657,61	7 340,60
52+54+56 (cred.)+ 58 (cred.)+59 ⁽⁵⁾	5 — Contas de regularização	9 899,03	9 406,00
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos	522 572,53	522 572,53
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	522 572,53	522 572,53
610+611+613	b) Outras provisões	—	—
619	6A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
60	8 — Passivos subordinados	—	—
62	9 — Capital subscrito	27 750 000,00	27 750 000,00
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+635+639	11 — Reservas	2 350 383,12	1 408 700,71
633	12 — Reservas de reavaliação	8 881,45	8 881,45
66	13 — Resultados transitados	—	731 341,09
69 (cre.)	14 — Lucro do exercício	38 712,74	18 833 648,29
Total do passivo		30 706 106,48	49 271 890,67

Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		2006
(90+970)	1 — Passivos eventuais	—
	Dos quais:	
(9010+9011)	Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	—
(970)	Cauções e activos dados em garantia	—
(92)	2 — Compromissos	—
	Dos quais:	
(9200)	Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—

⁽¹⁾ Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos.⁽²⁾ Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.⁽³⁾ Excepto 5624, cujo saldo devedor é considerado na rubrica 6.⁽⁴⁾ Conforme o saldo global do razão (quando saldo devedor > saldo credor).⁽⁵⁾ Conforme o saldo global do razão (quando saldo credor > saldo devedor).⁽⁶⁾ Na rubrica 1 — débitos para com instituições de crédito é incluída a parte do saldo relativa a recursos de instituições de crédito e na rubrica 2 — débitos para com clientes a parte respeitante a recursos de terceiros.

O Conselho de Administração: António Manuel Maldonado Gonelha, presidente — Armando António Martins Vara, vogal — Vítor José Lilaia da Silva, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, Ana Maria Fernandes Dias Cavaco.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006

DÉBITO

Código das contas		2006	2005
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	—	—
71	2 — Comissões	484,00	—
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—

(Em euros)

Código das contas		2006	2005
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	268 922,88	204 521,63
73	a) Custos com pessoal	257 755,28	193 820,35
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos)	208 952,70	157 017,60
732+733	(— encargos sociais)	48 802,58	36 802,75
	Dos quais:		
73290/1/2	(— com pensões)	—	—
74	b) Outros gastos administrativos	11 167,60	10 701,28
78	5 — Amortizações do exercício	—	—
77	6 — Outros custos de exploração	—	—
790/1/2/3+795+799	7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	—	—
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente	451 431,61	— 10 701,28
671	11 — Perdas extraordinárias	412 653,87	2 156,57
68	13 — Impostos sobre lucros	—	—
76	14 — Outros impostos	65,00	—
69	15 — Lucro do exercício	38 712,74	18 833 648,29
Total		720 838,49	19 040 326,49

CRÉDITO

Código das contas		2006	2005
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	—	—
	Dos quais:		
80240/1+80245+80250+80251+80255	(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
81	2 — Rendimento de títulos	463 083,22	—
81–81400–81401	a) Rendim. de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	—	—
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	—
840/1/2/3+845+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relat. a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	257 755,27	193 820,35
	8 — Resultado da actividade corrente	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários	—	18 846 506,14
69	11 — Prejuízo do exercício	—	—
Total		720 838,49	19 040 326,49

O Conselho de Administração: *António Manuel Maldonado Gonelha*, presidente — *Armando António Martins Vara*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Ana Maria Fernandes Dias Cavaco*.

Demonstrações de origem e aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

ORIGEM DE FUNDOS

	2006	2005
Internas:		
Lucro do exercício	38 713	18 833 648
Diminuição de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	42	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	9 218 931	—

	(Em euros)	
	2006	2005
Participações, líquidas de flutuação de valores	—	5 000
Partes do capital em empresas coligadas	9 490 402	—
Outros activos	—	640 259
	<u>18 709 375</u>	<u>645 259</u>
Aumento de passivos:		
Outros passivos	18 316	7 341
Contas de regularização	493	1 344
	<u>18 809</u>	<u>8 685</u>
	<u>18 766 897</u>	<u>19 487 592</u>

APLICAÇÃO DE FUNDOS

	2006	2005
Distribuição de dividendos	18 623 307	—
Aumento de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	51
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	—	19 487 541
Participações, líquidas de flutuação de valores	84 500	—
Outros activos	59 090	—
	<u>18 766 897</u>	<u>19 487 592</u>

O Conselho de Administração: *António Manuel Maldonado Gonelha*, presidente — *Armando António Martins Vara*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Ana Maria Fernandes Dias Cavaco*.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A Caixa-Participações, SGPS, S. A. (sociedade), foi constituída em 21 de Março de 1991, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Junho desse ano.

A sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

Conforme indicado na nota n.º 52, a sociedade é detida integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S. A. sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da sociedade. Nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal devem preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas. No entanto, a sociedade obteve do Banco de Portugal, em carta datada de 16 de Março de 2006, uma autorização específica para continuar a utilizar o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) nos termos da instrução n.º 4/96 e outras disposições estabelecidas pelo Banco de Portugal. Esta autorização será reanalisada pelo Banco de Portugal, em função da composição da carteira de investimentos da sociedade.

Face à evolução na carteira de investimento da sociedade, antecipa-se que passe a apresentar as suas demonstrações financeiras com base nos princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade a partir do exercício de 2007.

A sociedade não apresenta contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 estão pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, o conselho de administração da sociedade admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) *Partes de capital em empresas coligadas.* — Correspondem a participações em empresas nas quais a sociedade detém a maioria dos direitos de voto dos titulares do capital. São registadas ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor.

b) *Participações.* — Correspondem a acções de outras empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos nas quais a percentagem de participação da sociedade é inferior a 50%, sendo registadas ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois, o menor.

De acordo com as normas do Banco de Portugal, o custo de aquisição das participações em moeda estrangeira é convertido para euros com base na taxa de câmbio em vigor no final do exercício, sendo as diferenças cambiais apuradas reflectidas em contas de regularização, na rubrica de flutuação de valores (nota n.º 27).

c) *Especialização de exercícios.* — A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas em contas de regularização.

Os dividendos são reconhecidos em proveitos quando recebidos.

6 — Partes do capital em empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Sede	Capital social	Número de acções	2006		2005	
				Porcentagem de participação	Custo de aquisição	Porcentagem de participação	Custo de aquisição
Caixa Internacional, SGPS, S. A. (Caixa Internacional)	Funchal	50 000	9 000	90,00	45 000	90,00	45 000
Caixa Crédito, SFAC, S. A. (Caixa Crédito)	Lisboa	9 000 000	—	—	—	100,00	9 490 402
					45 000		9 535 402

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os dados financeiros retirados das contas das participadas podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	2006					
	Activo	Lucro do exercício	Situação líquida	Equivalência patrimonial	Custo de aquisição	Diferença
Caixa Internacional	22 511 643	3 746 071	8 383 426	7 545 083	45 000	7 500 083

Entidade	2005					
	Activo	Lucro do exercício	Situação líquida	Equivalência patrimonial	Custo de aquisição	Diferença
Caixa Crédito	62 512 006	798 434	9 542 926	9 542 926	9 490 402	52 524
Caixa Internacional	19 666 223	3 071 350	7 498 455	6 748 610	45 000	6 703 610

Em assembleia geral de accionistas realizada em 8 de Fevereiro de 2006 foi deliberada a dissolução da Caixa Crédito, tendo esta sido concretizada em 21 de Março de 2006 através de escritura pública.

Na sequência dessa decisão, a Caixa Crédito vendeu à Caixa Leasing e Factoring (CLF) em 24 de Março de 2006 todos os seus activos e passivos, com referência a 1 de Janeiro de 2006, pelo respectivo valor contabilístico, deduzido dos dividendos de 463 083 euros recebidos pela sociedade na sequência de deliberação na referida assembleia geral de accionistas.

Os impactos contabilísticos desta operação nas demonstrações financeiras da sociedade podem ser resumidos da seguinte forma:

Valor de venda dos activos e passivos da Caixa Crédito à CLF	9 542 926
Dividendos recebidos pela sociedade	(463 083)
Valor do património da Caixa Crédito objecto de liquidação	9 079 843
Custo de aquisição da participação da sociedade na Caixa Crédito	(9 490 402)
Menos-valia apurada (nota n.º 39)	(410 559)

A sociedade detém uma participação na Caixa Internacional desde 1997, correspondente a 90% do seu capital social. Esta empresa tem uma participação de 42% no capital do Banco Comercial e de Investimentos, S. A. R. L., em Moçambique, cujo custo de aquisição ascendeu a 12 067 646 euros.

11 — Imobilizado:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o activo imobilizado da sociedade corresponde a despesas com a aquisição de *software* e encontra-se totalmente amortizado.

25 — Movimento nas provisões:

Nos exercícios de 2006 e 2005 não ocorreram movimentos nas rubricas de provisões.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a sociedade tinha constituídas provisões para fazer face a complementos de pensões de reforma de dois colaboradores no montante de 522 573 euros (nota n.º 49).

27 — Contas de regularização:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo das contas de regularização do activo refere-se a flutuação de valores em participações expressas em moeda estrangeira [notas n.ºs 3, alínea b) e 50].

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo das contas de regularização do passivo tem a seguinte composição:

	2006	2005
Custos a pagar:		
Auditoria	6 541	6 541
Publicidade e propaganda	3 358	2 865
	9 899	9 406

31 — Outros activos e passivos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica de outros activos apresenta a seguinte composição:

	2006	2005
Empréstimos concedidos a participadas:		
Caixa Internacional	3 890 624	3 890 624
Sogrupa — Sist. de Informação, ACE — cedência de pessoal (nota n.º 34)	59 953	—
Pagamentos por conta de IRC	3 887	3 750
Depósito de caução	—	1 000
	3 954 464	3 895 374

Os empréstimos concedidos à Caixa Internacional não são remunerados nem têm prazo de reembolso definido.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica de outros passivos apresenta a seguinte composição:

	2006	2005
Contribuições para a segurança social	20 271	3 851
Retenções na fonte — trab. dependente	5 386	3 490
	25 657	7 341

34 — Pessoal:

Durante os exercícios de 2006 e 2005, a sociedade manteve nos seus quadros, em média, 11 e 10 colaboradores, respectivamente. Estes colaboradores estiveram a desempenhar funções em empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, as quais assumem os encargos com as suas remunerações. No entanto, nos exercícios de 2006 e 2005 a sociedade

assumiu os encargos com colaboradores, que totalizaram 257 755 euros e 193 820 euros, respectivamente. Estes custos foram integralmente debitados à Fundimo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. e à Sogrupa — Sistemas de Informação, ACE, entidades nas quais os referidos colaboradores estiveram a desempenhar funções.

39 — Ganhos e perdas extraordinários:

Em 2006 e 2005 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na alienação/liquidação de participações:		
Caixa Brasil, SGPS, S. A.	—	18 846 477
Ganhos relativos a exercícios anteriores	—	29
	—	18 846 506
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias em participações:		
Caixa Crédito, SFAC, S. A. (nota n.º 6)	410 559	—
Perdas relativas a exercícios anteriores	1 743	2 156
Outros	352	—
	412 654	2 156

Na assembleia geral de accionistas realizada em 24 de Novembro de 2005 foi deliberada a dissolução da Caixa Brasil. Foi ainda aprovado que no âmbito da liquidação fossem transmitidos para o accionista Caixa Geral de Depósitos, S. A., todos os seus activos e passivos, sendo a sociedade ressarcida em numerário pelo montante correspondente à sua percentagem de 10% no capital próprio da empresa. Em resultado da liquidação da Caixa Brasil, a sociedade recebeu em numerário 18 851 477 euros, tendo registado uma mais-valia de 18 846 477 euros.

41 — Impostos:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% e correspondente derrama (10% do Imposto), do que resulta uma taxa de imposto agregada de 27,5%.

Ao abrigo do regime fiscal das sociedades gestoras de participações sociais, os lucros que sejam distribuídos à sociedade pelas suas participadas são integralmente dedutíveis em sede de IRC.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 221 128 euros e 245 854 euros, respectivamente.

Na sequência da Lei do Orçamento de Estado para 2003, as mais e menos valias realizadas pela sociedade mediante a transmissão onerosa

de partes de capital detidas por um período não inferior a um ano, bem como os encargos financeiros suportados com a sua aquisição, não concorrem para a formação do respectivo lucro tributável, ou seja, não são tributadas, no primeiro caso, e não são dedutíveis, no segundo. Este regime não é aplicável relativamente às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital alienadas tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais e tenham sido detidas pela alienante por período inferior a três anos. Este regime aplica-se às menos e mais valias realizadas nos períodos de tributação iniciados após 1 de Janeiro de 2003.

Face ao regime descrito no parágrafo anterior, a menos-valia na liquidação da Caixa Crédito, SFAC, S. A., e a mais-valia na liquidação da Caixa Brasil, SGPS, S. A., obtidas nos exercícios de 2006 e 2005, respectivamente (nota n.º 39), não foram relevantes para efeitos de tributação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes. Deste modo, as declarações fiscais da sociedade relativas aos exercícios de 2001 a 2006 poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O conselho de administração da sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

43 — Inclusão nas contas consolidadas de outra instituição:

As demonstrações financeiras da sociedade são incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S. A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Avenida João XXI, n.º 63, 1000-300 Lisboa.

49 — Responsabilidades com pensões:

A sociedade assumiu o compromisso de conceder a alguns colaboradores complementos de reforma face ao regime normal da segurança social. No exercício de 2004, a sociedade procedeu à transferência das responsabilidades com dois colaboradores com direito a complementos de pensões para as empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos às quais prestam serviços.

Para fazer face às responsabilidades com os dois colaboradores cujos complementos de pensões de reforma serão assumidos pela sociedade, encontram-se constituídas provisões que em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 ascendem a 522 573 euros (nota n.º 25). Estas provisões não foram aceites como custos para efeitos fiscais.

As responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, determinadas com base em estudo actuarial preparado pela Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A., ascendem a 498 645 euros e 496 159 euros, respectivamente. Este montante corresponde ao prémio a pagar para a aquisição das rendas vitalícias necessárias para assegurar o pagamento do valor dos complementos de reforma acordados com os colaboradores.

50 — Participações:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006			2005	
	Capital social	Número de acções	Porcentagem de participação	Valor de balanço	Valor de balanço
Banco Nacional Ultramarino, S. A. (Macau)	400 000 000	4 000	1,00	379 215	424 548
Culturgest — Gestão de Espaços Culturais, S. A.	249 500	104 000	41,60	181 766	97 266
Gerbanca, SGPS, S. A. (Gerbanca)	50 000	1 000	10,00	5 000	5 000
Imocaixa — Gestão Imobiliária, S. A. (Imocaixa)	50 000	1 000	10,00	2 494	2 494
				568 475	529 308

No exercício de 2006, a sociedade subscreveu 84 500 acções com o valor nominal de um euro cada no aumento de capital da Culturgest — Gestão de Espaços Culturais, S. A., aumentando de 39% para 41,6% a sua participação no capital social desta participada.

O valor de balanço da participação no Banco Nacional Ultramarino, S. A. (Macau) foi determinado da seguinte forma:

	2006	2005
Valor em patacas	4 000 000	4 000 000
Contravalor em euros, convertido à taxa de câmbio em 31 de Dezembro de 2006 e 2005	379 215	424 548
Desvalorização cambial acumulada (nota n.º 27)	178 022	132 689
Custo de aquisição ao câmbio histórico	557 237	557 237

51 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica refere-se a um depósito à ordem na Caixa Geral de Depósitos, S. A., o qual não é remunerado.

52 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por 5 550 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, sendo integralmente detido pela Caixa Geral de Depósitos, S. A..

53 — Variação nas outras rubricas de capital próprio:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as outras rubricas de capital próprio tiveram os seguintes movimentos:

	Reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício
	Legais	Reavaliação		
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	1 408 701	8 881	836 670	(105 329)
Distribuição do resultado líquido de 2004	—	—	(105 329)	105 329
Resultado líquido do exercício	—	—	—	18 833 648
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	1 408 701	8 881	731 341	18 833 648
Transferência para reservas	941 682	—	—	(941 682)
Distribuição de dividendos	—	—	(731 341)	(17 891 966)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	38 713
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2 350 383	8 881	—	38 713

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos resultados líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da sociedade.

Em reunião da assembleia geral realizada em 11 de Maio de 2006, foi aprovada a seguinte aplicação do lucro do exercício de 2005:

Reserva legal	941 682
Distribuição de dividendos	17 891 966
	18 833 648

Adicionalmente foi aprovada a distribuição ao accionista dos resultados transitados, no montante 731 341 euros, a título de dividendos.

O Conselho de Administração: *António Manuel Maldonado Gonelha*, presidente — *Armando António Martins Vara*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Ana Maria Fernandes Dias Cavaco*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa — Participações, SGPS, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 30 706 106 euros e capitais próprios de 30 147 977 euros, incluindo um resultado líquido de 38 713 euros, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança

aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no ponto 6 abaixo, a posição financeira da Caixa — Participações, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos do Plano de Contas para o Sistema Bancário nos termos da instrução n.º 4/96 e outras disposições relacionadas emitidas pelo Banco de Portugal.

5 — *Ênfases*. — Conforme descrito na nota n.º 3, em Março de 2006 a sociedade obteve autorização específica do Banco de Portugal para continuar a utilizar o Plano de Contas para o Sistema Bancário na preparação das suas demonstrações financeiras, face à expectativa de liquidação da Caixa Crédito, SFAC, S. A., a qual se veio a concretizar no exercício de 2006 após a alienação dos seus activos e passivos a outra entidade do Grupo. Conforme referido na nota n.º 3, na sequência desta operação, antecipa-se que a sociedade passe a apresentar as suas demonstrações financeiras com base nos princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade a partir do exercício de 2007.

6 — As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 referem-se à actividade individual da sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação em assembleia geral de accionistas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da sociedade, a participação maioritária que detém encontra-se registada ao custo de aquisição. A sociedade não apresenta contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer, nos termos do artigo 4.º do

Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira da sociedade e os resultados das suas operações. Os efeitos estimados da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2006, incluem um aumento do activo, do passivo, dos interesses minoritários, das reservas e do resultado do exercício nos montantes de 18 491 449 euros, 10 237 593 euros, 838 343 euros, 4 093 195 euros e 3 322 318 euros, respectivamente. Estes montantes foram estimados com base no pressuposto de que o *goodwill* na data de aquisição das participações é anulado por contrapartida do capital próprio.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Maria Augusta Cardador Francisco*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Caixa — Participações, SGPS, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2006, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2006, preparado pelo conselho de administração, e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, a qual inclui dois ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o descrito nos pontos 5 e 6 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — O Auditor: Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Maria Augusta Cardador Francisco*, revisor oficial de contas.
2611036354

IBM FINANCIAMENTO — SOCIEDADE DE LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA, S. A.

Relatório n.º 12-Z/2007

Sede: Edifício Office Oriente, Rua do Mar da China, lote 1.07.2.3, Parque das Nações, 1990-138 Lisboa.

Capital social: 7 500 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 502387831.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 1420.

Relatório e contas de 2006

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Nos termos legais e estatutários, temos a honra de submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, as quais compreendem o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o correspondente anexo com as notas explicativas, nas quais incorporámos as informações adicionais requeridas pela legislação em vigor.

Enquadramento sectorial

De acordo com dados publicados pelo INE a economia portuguesa cresceu 1,3% em 2006, face ao ano anterior, a um ritmo superior ao esperado pelos analistas e pelas principais instituições internacionais, mas inferior ao previsto pelo Governo.

O ritmo de crescimento da economia portuguesa verificado em 2006 quase triplica o crescimento de 0,5% registado em 2005.

Em termos nominais, o PIB português atingiu os 155 289 milhões de euros em 2006, o que significou um acréscimo de 4,2% face a 2005, refere ainda o INE.

Os dados disponíveis mostram que o crescimento que se registou na nossa economia assentou no aumento de 8,8 das exportações, em volume, o ritmo mais alto de evolução das vendas ao estrangeiro desde 1995.

Este facto parece estar em linha com um ainda ténue aumento do investimento que de alguma forma, reflecte, segundo dados recebidos da ALF, o crescimento moderado no Sector (dados disponíveis apenas referentes ao 1.º trimestre de 2006, relativamente ao 1.º trimestre de 2005).

Actividade

O resultado líquido após impostos da IBM Financiamento foi de 212 517 euros.

O financiamento de equipamento IBM, fornecido quer por esta quer pelos seus parceiros comerciais, continua a ser o principal objecto dos nossos contratos.

Em 2006 foram iniciados 36 contratos (representa um crescimento negativo de cerca de 20% relativamente ao ano anterior), num montante total de 2 852 447 euros (um crescimento negativo de cerca de 19,8% relativamente ao ano anterior).

Apesar da carteira de clientes ser constituída fundamentalmente por clientes da Companhia IBM Portuguesa, a sociedade continuou a ser rigorosa nas políticas adoptadas para a aceitação de novos contratos, as quais minimizam a exposição ao risco de crédito. Igualmente, foram mantidos critérios rigorosos na constituição de provisões para riscos de crédito.

Em matéria de gestão dos riscos financeiros, a IBM Financiamento não apresenta exposição face aos riscos de taxa de juro, liquidez e fluxos de caixa, na medida em que neste momento não recorre a financiamento externo, sendo a sua actividade totalmente financiada pelos capitais próprios. Adicionalmente, os ganhos incrementais obtidos da Companhia IBM Portuguesa são suficientes para cobrir os custos estruturais.

Perspectivas para 2007

As previsões para 2007 apontam para perspectivas de crescimento moderadas, pelo que se torna necessário investir em melhorias de produtividade contínuas e numa gestão eficaz das receitas e das despesas.

Outras informações

Não se registaram factos relevantes após o termo do exercício, nem situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Agradecimentos

Aos nossos clientes desejamos agradecer a preferência com que nos honraram e que esperamos continuar a merecer.

Sendo o financiamento de bens IBM, o principal objecto das nossas operações, foi da maior relevância a colaboração directa e empenhada que no âmbito de prestação de serviços, obtivemos da Companhia IBM Portuguesa, S. A., à qual muito agradecemos. Em particular desejamos expressar o nosso reconhecimento aos empregados da IBM que connosco colaboraram e cuja actuação contribuiu de forma significativa para os nossos resultados com especial relevo para aqueles que promoveram o relacionamento directo com os nossos clientes.

Desejamos ainda expressar os nossos agradecimentos aos parceiros comerciais da IBM que, na qualidade de responsáveis pela comercialização de bens IBM, connosco cooperaram e contribuíram para os nossos resultados; a sua importância será para nós cada vez mais determinante.

Dirigimos por último ao nosso fiscal único e aos nossos auditores PricewaterhouseCoopers os nossos agradecimentos pela prestimosa colaboração que por todos nos foi prestada.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com as orientações estratégicas do nosso accionista, propomos que o lucro do exercício, de 212 517 euros, evidenciado na demonstração de resultados, seja aplicado da seguinte forma (em euros):

Para o fundo de reserva legal	21 252
Para resultados transitados	191 265

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *José Joaquim Oliveira*, presidente — *Artur Rodrigues*, administrador-delegado — *Miguel Muñoz*, administrador-delegado.

Balanço NCA a 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas			Ano				Ano anterior
			Notas/ quadros anexos	Valor antes de provisões, imparidade e amortiz.	Provisões, imparidade e amortiz.	Valor líquido	
10+3300	Caixa e disponib. em bancos centrais			—	—	—	—
11+3301	Disponib. em outras instit. de credito	12	679 570	—	—	679 570	1 014 392
152 (a)+1548 (a)+158 (a)+ 16+191(a)–3713 (a)	Activos financeiros detidos para negociação			—	—	—	—
152 (a)+1548 (a)+158 (a)+ 17+191 (a)–3713 (a)	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			—	—	—	—
153+1548 (a)+158 (a)+ 18+192+34888 (a)– 35221 (a)–3531 (a)– 53888 (a)–3713 (a)	Activos financeiros disponíveis para venda			—	—	—	—
13+150+158 (a)+159 (a)+ 198 (a)+3303+310 (a)+ 34018 (a)+3408 (a)– 350–3520–5210 (a)– 35221 (a)–3531 (a)– 5300–53028 (a)–3710	Aplicações em instituições de crédito	13	5 110 483	—	—	5 110 483	2 500 000
14+151+1540+158 (a)+ 190+3304+3305+3310 (a) 34008+340108–34880– 3518–35211–35221–3531– 3703711–3712–5210 (a)– 53018–530208–53880	Crédito a clientes	14	3 560 386	149 457	—	3 410 929	6 730 653
156+158 (a)+159 (a)+22+ 3307+3310 (a)+3402–355– 3524–3713 (a)–5210 (a)– 53028 (a)–5303	Investimentos detidos até à maturidade			—	—	—	—
156+158 (a)+159 (a)+ 22+3307+3310 (a)+ 3402–355–3524– 3713 (a)–5210 (a)– 53028 (a)–5303	Activos com acordo de recompra			—	—	—	—
21	Derivados de cobertura			—	—	—	—
25–3580–3713 (a)	Activos não correntes detidos para venda			—	—	—	—
26–3581 (a)–360 (a)	Propriedade de investimento			—	—	—	—
27–3581 (a)–360 (a)	Outros activos tangíveis			—	—	—	—
29–3582–3583–361	Activos intangíveis			—	—	—	—
24–357–3713 (a)	Investim. em filiais, associadas e empreendi- mentos conjuntos			—	—	—	—
300	Activos por impostos correntes	11	—	—	—	—	21 302
301	Activos por impostos diferidos	15	7 739	—	—	7 739	15 116
12+157+158 (a)+159 (a)+ 198 (a)+31+32+3302+ 3308+3310 (a)+338+ 34018 (a)+3408 (a)+ 348 (a)–3584–3525– 371 (a)+50 (a) (b)– 5210 (a)–53028 (a)–5304– 5308 (a)+54 (a) (c)	Outros activos	16	68 446	—	—	68 446	743 478
Total de activo				9 426 624	149 457	9 277 167	11 024 941
Total de activo				9 426 624	149 457	9 277 167	11 024 941

PASSIVO

(Em euros)

Código das contas		Notas/ quadros anexos	Ano	Ano anterior
38-3311 (a)-3410+5200+ 5211 (a)+5318 (a)	Recursos de bancos centrais		—	—
43	Passivos financeiros detidos para negociação		—	—
39-3311 (a)-3411+5201+ 5211 (a)+5318 (a)	Recursos de outras instituições de crédito		—	—
40+41-3311 (a)-3412- 3413+5202+5203+ 5211 (a)+5310+5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		—	—
42-3311 (a)-3414+5204+ 5211 (a)+5312	Responsabilidades representadas por títulos		—	—
46-3311 (a)-3415+5205+ 5211 (a)+5313	Passivos financeiros associados a activos transferidos		—	—
44	Derivados de cobertura		—	—
45	Passivos não correntes detidos para venda		—	—
47	Provisões	17	29 204	54 969
490	Passivos por impostos correntes	11	12 171	—
491	Passivos por impostos diferidos	15	27 817	36 083
481	Instrumentos representativos de capital		—	—
48-481-3311 (a)-3416+ 5206+5211 (a)+5314	Outros passivos subordinados		—	—
51-3311 (a)-3417- 3418+50 (a) (b)+5207+ 5208+5211 (a)+528+538+ 5318 (a)+54 (a) (b)	Outros passivos	18	359 761	1 298 191
	<i>Total de passivo</i>		428 953	1 389 243
55	Capital	20	7 500 000	7 500 000
602	Prémios de emissão		—	—
57	Outros instrumentos de capital		—	—
58+59	Reservas de reavaliação		—	—
60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	21	1 135 697	1 891 602
56	(Acções próprias)		—	—
64	Resultado do exercício		212 517	244 096
63	Dividendos		—	—
	<i>Total de capital</i>		8 848 214	9 635 698
	<i>Total de passivo + capital</i>		9 277 167	11 024 941

(a) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(b) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(c) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

O Conselho de Administração: José Joaquim Oliveira, presidente — Artur Rodrigues, administrador-delegado — Miguel Muñoz, administrador-delegado. — A Responsável pela Contabilidade, Suzana Fernandes.

Demonstração de resultados NCA a 31 de Dezembro de 2006

Código das contas		Notas/ quadros anexos	Ano	Ano anterior
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	8	486 594	606 791
66+67+6820	Juros e encargos similares	8	919	24 892
	Margem financeira		485 675	581 899
82	Rendimentos de instrumentos de capital		—	—
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões		—	—
68-6820	Encargos com serviços e comissões		—	—
692-693-695 (a)-696 (a)- 698-69900-69910+832+ 833+835 (a)+836 (a)+ 838+83900+83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		—	—
694+834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		—	—
690+830	Resultados de reavaliação cambial		—	—

(Em euros)

Código das contas		Notas/ quadros anexos	Ano	Ano anterior
691-697-699 (a)-725 (a)- 726 (a)+831+837+ 839 (a)+843 (a)+844 (a)	Resultados de alienação de outros activos			
695 (a)-696 (a)-69901- 69911-75-720-721-722- 723-725 (a)-726 (a)-728+ 835 (a)+836 (a)+83901+ 83911+840+843 (a)+ 844 (a)+848	Outros resultados de exploração	9	(8 844)	(15 027)
	Produto bancário		476 831	566 872
70	Custos com pessoal	10	15 632	15 635
71	Gastos gerais administrativos	10	179 299	205 749
77	Amortizações do exercício		—	—
781+783+784+785+ 786+788-88-883-884- 885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	17	(25 765)	(19 410)
78000+78001+78010+ 78011+7820+7821+7822- 88000-88001-88010- 88011-8820-8821-8822	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	17	14 893	7 957
760+7620+7618+76211+ 76221+7623+7624+7625+ 7630+7641+765+766+ 78002 (a)+78012 (a)+ 7823+7828 (a)-870-8720- 8718-8721-87221- 8723-8724-8726-8730- 8741-875-876-88002 (a)- 88012 (a)-8823-8828 (a)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		—	—
768+769 (a)+78002 (a)+ 78012 (a)+7828 (a)- 877-878-88002 (a)- 88012 (a)-8828 (a)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		—	—
	Resultado antes de impostos		292 771	336 941
	Impostos:			
65	Correntes	11	81 144	91 364
74-86	Diferidos	11	(889)	1 481
	Resultado após impostos		212 517	244 096
72600-7280+8480+84400	Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas		—	—
640	Resultado líquido do exercício		212 517	244 096

O Conselho de Administração: *José Joaquim Oliveira*, presidente — *Artur Rodrigues*, administrador-delegado — *Miguel Muñoz*, administrador-delegado. — A Responsável pela Contabilidade, *Suzana Fernandes*.

Demonstração de alterações no capital próprio

	Capital social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado líquido	Total
Balanço não ajustado em 1 de Jan. de 2005	7 500 000	—	596 237	810 704	—	358 911	9 265 852
Comissões incrementais	—	—	—	145 236	—	—	145 236
Impostos diferidos	—	—	—	(19 486)	—	—	(19 486)
Balanço ajustado em 1 de Jan. de 2005 ...	7 500 000	—	596 237	936 454	—	358 911	9 391 602
Transfer. para resultados transitados	—	—	—	358 911	—	(358 911)	—
Comissões incrementais	—	—	—	—	—	(14 024)	(14 024)
Impostos diferidos	—	—	—	—	—	(1 481)	(1 481)
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—
Transferência para reserva legal	—	—	35 890	—	(35 890)	—	—
Transferência para outras reservas	—	—	—	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	259 601	259 601

(Em euros)

	Capital social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Acções próprias	Resultado líquido	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	7 500 000	—	632 127	1 259 475	—	244 096	9 635 698
Transfer. para resultados transitados	—	—	—	259 600	—	(259 601)	(1)
Transfer. de result. — Aplicação NCA	—	—	—	(15 505)	—	15 505	—
Dividendos	—	—	—	(1 000 000)	—	—	(1 000 000)
Transferência para reserva legal	—	—	25 960	(25 960)	—	—	—
Transferência para outras reservas	—	—	—	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	212 517	212 517
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	7 500 000	—	658 087	477 610	—	212 517	8 848 214

O Conselho de Administração: *José Joaquim Oliveira*, presidente — *Artur Rodrigues*, administrador-delegado — *Miguel Muñoz*, administrador-delegado. — A Responsável pela Contabilidade, *Suzana Fernandes*.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

	2006	2005
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidos	486 594	606 791
Pagamento de juros e comissões	(919)	(24 892)
Pagamento a empregados e a fornecedores	(194 931)	(221 384)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	(78 227)	(116 419)
	<u>212 517</u>	<u>244 096</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre clientes	3 319 724	1 874 701
Aplicações em instituições de crédito	(2 610 483)	(2 500 000)
Outros activos e outras contas de regularização	703 710	1 090 138
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	—	—
Outros passivos e outras contas de regularização	(918 277)	(406 190)
	<u>494 674</u>	<u>58 649</u>
Imposto sobre o rendimento pago	(42 013)	(125 925)
	<u>665 178</u>	<u>176 820</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Aquisições de imobilizações corpóreas	—	—
Vendas de imobilizações corpóreas	—	—
Aquisições de imobilizações incorpóreas	—	—
Alienação de imobilizações	—	—
Aquisição de acções próprias	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Distribuição de reservas a accionistas	—	—
Aumentos de capital	—	—
Distribuição de dividendos	(1 000 000)	—
	<u>(1 000 000)</u>	<u>—</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(334 822)</u>	<u>176 820</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 014 392	837 572
Caixa e seus equivalentes no fim do período	679 570	1 014 392

O Conselho de Administração: *José Joaquim Oliveira*, presidente — *Artur Rodrigues*, administrador-delegado — *Miguel Muñoz*, administrador-delegado. — A Responsável pela Contabilidade, *Suzana Fernandes*.

Notas anexas às demonstrações financeiras

(Montantes expressos em euros)

1 — Actividade:

A IBM Financiamento — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A. (adiante designada por IBM Financiamento), constituída em 4 de Julho de 1990 na sequência da autorização concedida pelo

Ministro das Finanças em Portaria publicada no *Diário da República*, de 28 de Junho de 1990, tem como único accionista e principal fornecedor dos bens dados pela sociedade em locação financeira a Companhia IBM Portuguesa, S. A. (adiante designada por IBM). Desde a data da sua constituição a sociedade vem desenvolvendo a actividade de locação financeira mobiliária, a partir da sua sede social em Lisboa e as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo IBM.

A carteira de clientes da IBM Financiamento é constituída fundamentalmente por clientes da IBM.

2 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos aplicados na preparação destas demonstrações financeiras são conforme indicado abaixo.

2.1 — Bases de apresentação das demonstrações financeiras e comparabilidade:

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

No exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras da sociedade passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias especialmente reguladas pelo Banco de Portugal, nomeadamente:

A carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro e a valorimetria desta componente deverá ser efectuada de acordo com o disposto no aviso n.º 1/2005;

O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos sete anos, conforme definido nos avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente;

Os activos tangíveis serão mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta reservas legais de reavaliação.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da sociedade, foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da instrução n.º 4/96, de 17 de Junho. Assim a sociedade, apresenta em 2006, pela primeira vez, as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas Normas de Contabilidade Ajustadas.

Com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 foram convertidas para NCA, conforme definido pela IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado, quando aplicável, pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não esteja disponível. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente aos dois períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

Normas contabilísticas recentemente emitidas:

A sociedade optou por não aplicar as normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória em

2006. Actualmente, a Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas, não tendo ainda concluído a sua análise:

IFRS 7, Instrumentos financeiros: divulgações de informações;
IFRS 8, Segmentos operacionais;
Emenda ao IAS 1, Apresentação de demonstrações financeiras: divulgações de informação sobre capital;
IFRIC 7, Aplicação da abordagem pela reexpressão segundo o IAS 29 — Relato financeiro em economias hiper inflacionárias;
IFRIC 8, Âmbito de aplicação do IFRS 2;
IFRIC 9, Reavaliação de derivados embutidos;
IFRIC 10, Relato financeiro intercalar e imparidade;
IFRIC 11, IFRS 2, Transacções de acções próprias e do grupo;
IFRIC 12, Acordos de concessão de serviços.

2.2 — Relato por segmentos:

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.3 — Activos financeiros:

Os activos financeiros são reconhecidos pela sociedade na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

A IBM Financiamento classifica os seus activos financeiros numa única categoria de crédito a clientes. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

Preços de um mercado activo;

Tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Créditos a clientes e aplicações em instituições de crédito:

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal e não pode ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método de taxa efectiva, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais da sociedade à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A sociedade classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

A sociedade procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

2.4 — Passivos financeiros:

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

2.5 — Compensação de instrumentos financeiros:

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando (i) existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e (ii) exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 — Reconhecimento de juros:

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.7 — Rendimentos de serviços e comissões:

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.8 — Imparidade de activos financeiros:

Crédito:

De acordo com o disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005 a carteira de créditos e garantias está sujeita à constituição de provisões nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005. Os créditos totalmente provisionados são eliminados do balanço de acordo com análise individual do conselho de administração da sociedade.

2.9 — Caixa e equivalentes de caixa:

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e equivalentes de caixa, englobam os saldos registados no balanço com uma maturidade inferior a três meses quando foram adquiridos, incluindo

caixa, depósitos à ordem em bancos centrais que não tenham restrições e disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

2.10 — Provisões:

A sociedade constitui provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito, de acordo com a actual versão do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Esta provisão, apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto na versão actual do aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, o montante a provisionar é função do período decorrido após o respectivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao sector público administrativo.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, são apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos. Esta provisão é calculada mediante a aplicação de uma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido relativa ao cliente em questão, sobre o capital financiado e não vencido.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica de provisões, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas nos avisos acima mencionados, é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente.

É determinada por aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do capital financiado e não vencido e de devedores diversos. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos concedidos ao sector público administrativo.

2.11 — Locação financeira:

Como locador:

A contabilização, como locador, de um contracto de locação financeira é efectuada da seguinte forma:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.12 — Impostos sobre lucros:

O regime de tributação pelo lucro consolidado consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC), e aplicável, desde 1991 inclusive, ao resultado da sociedade, consolidado na IBM.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada que, em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, era de 25% acrescida da derrama de 10% dessa taxa, ou seja uma taxa nominal total de 27,5%.

A sociedade regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhe-

cidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a aplicável ao imposto corrente. A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterou a forma de cálculo da derrama, originando que a taxa de imposto a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2007 seja de 26,5%, pelo que o imposto diferido em 31 de Dezembro de 2006 foi apurado com base nesta taxa.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes.

Introdução das normas de contabilidade ajustadas:

3.1 — Impacto nos capitais próprios e resultados de 31 de Dezembro de 2005 na transição para NCA:

O impacto da adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) em 1 de Janeiro de 2006, originou um ajustamento positivo nos capitais próprios da sociedade a 31 de Dezembro de 2005 no montante de 110 245 euros, tendo por base os valores apresentados nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCSB para o mesmo período.

	Nota	Capitais próprios em 1 de Jan. de 2005	Resultados de 2005	Capitais próprios em 31 de Dez. de 2005
Valores de acordo com PCSB		9 265 852	259 601	9 525 453
Ajustamentos resultantes da adopção das NCA:				
IAS 39 Diferimento de subvenções	(a)	145 236	(14 024)	131 212
IAS 12 Impostos diferidos	(b)	(19 486)	(1 481)	(20 967)
Valores de acordo com NCA (pró-forma)		9 391 602	244 096	9 635 698
Impacto dos ajustamentos		125 750	(15 505)	110 245

a) Diferimento de subvenções (comissões incrementais):

De acordo com as NCA, os proveitos e custos associados a activos e passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos ao longo da vida das operações.

As subvenções (ITPs) linearmente periodificadas como proveito ao longo do período das operações, até 31 de Dezembro de 2004, mas que de acordo com as NCA deveriam ser reconhecidas ao longo da vida das operações, de acordo com o método da taxa efectiva, foram acrescidas aos resultados transitados em 1 de Janeiro de 2005.

Para efeitos de comparabilidade de informação: (i) as comissões incrementais reconhecidas em balanço em 1 de Janeiro de 2005 foram posteriormente ajustadas em resultados de acordo com o período de vida das operações, em conformidade com o método da taxa efectiva; e (ii) as comissões incrementais recebidas durante o exercício de 2005, foram revertidas de resultados e registadas como um proveito diferido, tendo sido reconhecidas em resultados de acordo com o período de vida das operações, em conformidade com o método da taxa efectiva.

b) Impostos diferidos:

De acordo com o PCSB, não eram reconhecidos impostos diferidos activos. Os impostos diferidos passivos eram apenas reconhecidos no caso de existirem mais valias não realizadas em operações cujo reconhecimento fiscal apenas tinha lugar no exercício de liquidação dessas operações.

Na transição para NCA, foram reconhecidos impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição e impostos diferidos activos não reconhecidos de acordo com as regras do PCSB. No que respeita aos ajustamentos de transição, os principais impactos decorrem do cálculo de impostos diferidos sobre provisões para riscos de crédito e outros riscos tributadas e sobre o diferimento das subvenções.

3.2 — Reconciliação do balanço em 31 de Dezembro de 2005 em PCSB e NCA:

Em 31 de Dezembro de 2005, a reconciliação do balanço da sociedade de acordo com o Plano de Contas Para o Sistema Bancário e o proforma de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas é como segue:

Balanço			
	Nota	PCSB	NCA (proforma)
Activo:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito		1 014 392	1 014 392
Aplicações em instituições de crédito		2 500 000	2 500 000
Crédito a clientes	(a)	6 676 487	6 730 653
Activo por impostos correntes		21 302	21 302
Activo por impostos diferidos	(b)	—	15 116
Outros activos	(a)	797 643	743 478
<i>Total do activo</i>		<u>11 009 824</u>	<u>11 024 941</u>
Passivo:			
Provisões		54 969	54 969
Passivos por impostos diferidos	(b)	—	36 083
Outros passivos	(c)	1 429 403	1 298 191
<i>Total do passivo</i>		<u>1 484 372</u>	<u>1 389 243</u>
Capitais próprios:			
Capital		7 500 000	7 500 000
Outras reservas e resultados transitados		1 765 851	1 891 602
Resultado do exercício		259 601	244 096
<i>Total dos capitais próprios</i>		<u>9 525 452</u>	<u>9 635 698</u>
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>		<u>11 009 824</u>	<u>11 024 941</u>

(a) Reclassificação.

(b) V. nota n.º 15.

(c) V. nota 3.1, alínea a).

3.3 — Reconciliação da demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005 em PCSB e NCA:

Em 31 de Dezembro de 2005, a reconciliação da demonstração de resultados da sociedade de acordo com o Plano de Contas Para o Sistema Bancário e o proforma de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas é como segue:

Demonstração dos resultados

	Nota	PCSB	NCA (proforma)
Juros e rendimentos similares	(a)	620 815	606 791
Juros e encargos similares		(24 892)	(24 892)
Margem financeira		595 923	581 899
Outros resultados de exploração		(15 297)	(15 027)
Produto bancário		580 626	566 872
Custos com o pessoal		(15 365)	(15 635)
Gastos gerais administrativos		(205 749)	(205 749)
Provisões líquidas de reposições e anulações		19 410	19 410
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidos de reposições e anulações)		(27 957)	(27 957)
Resultado antes de impostos		350 965	336 941
Impostos:			
Correntes		(91 364)	(91 364)
Diferidos	(b)	—	(1 481)
		259 601	244 096

(a) V. nota n.º 3.1, alínea a).

(b) V. nota n.º 15.

4 — Gestão de risco financeiro:

A actividade da sociedade encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros que requerem a sua análise, avaliação, aceitação e gestão de um certo nível de risco ou combinações de risco. Assumir o risco é a essência da actividade financeira e o risco operacional é uma consequência inevitável desta. O objectivo da sociedade consiste portanto em obter um equilíbrio apropriado entre o risco que assume e o proveito da sua actividade, minimizando potenciais efeitos adversos da sua performance financeira.

A actividade desenvolvida pela sociedade compreende essencialmente a concessão de crédito a clientes da esfera da companhia IBM e dos seus agentes de negócio.

4.1 — Risco de crédito:

No âmbito do risco de crédito encontram-se parametrizadas informaticamente limitações automáticas na aprovação de crédito, que apenas poderão ser derogadas de acordo com normas claramente definidas. É efectuada uma análise detalhada das condições económico-financeiras dos clientes aquando da aprovação dos créditos.

Todo o crédito concedido é acompanhado, de forma a serem apurados os níveis de incumprimento de crédito, que poderão ter de vir a ser suportados pela sociedade garantindo, numa óptica prudencial, a suficiência de fundos para cobertura destes riscos.

4.2 — Risco de mercado:

O risco de mercado pelas características específicas da actividade da sociedade e pela composição do seu balanço, raramente é aplicável.

A sociedade não assume riscos de mercado relevantes uma vez que não é um *market maker* e não assume posições em dívida emitida, acções, moeda estrangeira e outros títulos, mercadorias ou em instrumentos financeiros equivalentes, nomeadamente derivados.

4.3 — Risco cambial:

A sociedade detém exclusivamente activos e passivos denominados em euros, pelo que o seu risco cambial é nulo.

4.4 — Risco de liquidez:

A sociedade assume deliberadamente uma posição prudente e conservadora em matéria de gestão da liquidez, procurando manter em níveis confortáveis os principais indicadores.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações de solvabilidade a que se encontra sujeito por força da regulamentação prudencial do Banco de Portugal, a sociedade recorre ainda ao conceito de Gap de liquidez, que lhe permite o planeamento das responsabilidades de tesouraria, rentabilizando a utilização dos fundos sem provocar oscilações significativas na sua solvabilidade. Compondo o balanço pelos prazos de vencimento das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

Os quadros seguintes apresentam o balanço individual, no final do mês de Dezembro de 2006 e 2005, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento.

Ano de 2006:

	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a 12 meses	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeterminado	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	679 570	—	—	—	—	—	679 570
Aplicações em instit. de crédito	—	2 083 103	3 027 380	—	—	—	5 110 483
Crédito a clientes	61 307	61 996	619 016	2 760 930	57 137	—	3 560 386
Outros activos	50 347	—	17 965	134	—	—	68 446
<i>Total do activo</i>	<u>791 224</u>	<u>2 145 099</u>	<u>3 664 361</u>	<u>2 761 064</u>	<u>57 137</u>	<u>—</u>	<u>9 418 885</u>
Outros passivos	271 495	60 920	24 879	2 468	—	—	359 762
<i>Total do passivo</i>	<u>271 495</u>	<u>60 920</u>	<u>24 879</u>	<u>2 468</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>359 762</u>
GAP	519 729	2 084 179	3 639 482	2 758 596	57 137	—	9 059 123
GAP Acumulado	519 729	2 603 908	6 243 390	9 001 986	9 059 123	9 059 123	—

Ano de 2005:

	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a 12 meses	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeter- minado	Total
Caixa e saldos em bancos centrais ...	1 014 392	—	—	—	—	—	1 014 392
Aplicações em instituições de crédito	2 500 000	—	—	—	—	—	2 500 000
Crédito a clientes	1 629 708	1 485 057	1 414 991	2 335 461	—	—	6 865 217
Outros activos	724 445	—	19 032	—	—	—	743 477
<i>Total do activo</i>	<i>5 868 545</i>	<i>1 485 057</i>	<i>1 434 023</i>	<i>2 335 461</i>	<i>—</i>	<i>—</i>	<i>11 123 086</i>
Outros passivos	1 206 961	69 127	134	21 969	—	—	1 298 191
<i>Total do passivo</i>	<i>1 206 961</i>	<i>69 127</i>	<i>134</i>	<i>21 969</i>	<i>—</i>	<i>—</i>	<i>1 298 191</i>
GAP	4 661 584	1 415 930	1 433 889	2 313 492	—	—	9 824 895
GAP Acumulado	4 661 584	6 077 514	7 511 403	9 284 895	9 284 895	9 824 895	—

4.5 — Risco operacional:

As responsabilidades no domínio dos riscos operacionais são atribuídas aos responsáveis de cada departamento da sociedade, cujos manuais e bases de dados operativas incluem normas e procedimentos tendentes à redução deste tipo de risco.

Têm vindo a ser enviados esforços continuados na melhoria dos mecanismos de controlo interno destinados a prevenir e ou minorar os efeitos de eventos com origem interna ou externa susceptíveis de causar prejuízos à sociedade. É de referir, neste contexto, a preocupação da sociedade na implementação e melhoria de rotinas de avaliação de *compliance* internas, destinadas à verificação e validação dos procedimentos internos, tendo por base as normas que regem o funcionamento da actividade da sociedade.

5 — Estimativas e suposições na aplicação de políticas contabilísticas:

Na elaboração das demonstrações financeiras a sociedade efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e julgamentos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Provisões para crédito concedido:

A sociedade apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realização de colaterais.

Impostos sobre lucros:

A sociedade reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

6 — Justo valor de activos e passivos financeiros:

Os activos e passivos que se encontram registados no balanço da sociedade ao custo amortizado são:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais — considera-se que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, considerando os curtos prazos associados a esse instrumento financeiro;

Disponibilidades em outras instituições de crédito — são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;

Crédito a clientes — o justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005 não foram identificados activos e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e cujo valor de balanço difira significativamente do seu justo valor.

7 — Elementos da demonstração de resultados e do balanço ventiliados por linhas de negócio e por mercados geográficos:

A actividade desenvolvida pela sociedade, na segmentação por linhas de negócio enquadra-se como locação financeira, onde deverão ser considerados todos os elementos da demonstração de resultados e do balanço. Adicionalmente, dado a sociedade não ter sucursais ou filiais no estrangeiro, todos os proveitos e custos gerados, resultaram de operações realizadas em Portugal.

8 — Margem financeira:

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2006	2005
Juros e rendimentos similares:		
Disponibilidades	12 478	9 880
Aplicações em instituições de crédito	110 483	7 905
Crédito a clientes	363 633	589 006
	<u>486 594</u>	<u>606 791</u>
Juros e encargos similares	—	—
Outros	919	24 892
Margem financeira	<u>485 675</u>	<u>581 899</u>

9 — Outros resultados de exploração:

	2006	2005
Outros ganhos de exploração:		
Ganhos activos não financeiros	9 209	14 392
Outros ganhos operacionais	3 162	14 644
	<u>12 371</u>	<u>29 036</u>
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	5 000	5 000
Outros encargos operacionais	15 885	37 653
Outros impostos	330	1 410
	<u>21 215</u>	<u>44 063</u>
Outros resultados de exploração	<u>8 844</u>	<u>15 027</u>

10 — Custos com pessoal e gastos gerais administrativos:

Os serviços da IBM Financiamento são assegurados por pessoal da IBM. Não tendo a sociedade empregados próprios, os custos com

peçoal reflectem unicamente as remunerações atribuídas ao conselho de administração.

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Custos com pessoal:		
Remunerações aos órgãos sociais	15 632	15 635
Gastos gerais administrativos:		
Com fornecimentos:		
Material de consumo corrente	555	—
Com serviços:		
IBM Portugal	128 441	161 212
Serviços especializados	23 591	20 296
Serviços de contencioso	9 108	11 264
Outros serviços	9 000	8 650
Publicidade e edição de publicações	8 604	4 327
	178 744	205 749
	179 299	205 749

11 — Impostos:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama. O cálculo do IRC do exercício de 2006, tal como em 2005, foi apurado com base numa taxa nominal de imposto de 25% a que acresce a taxa da derrama de 10%.

As declarações de autoliquidação da sociedade ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. No entanto, é convicção da administração da sociedade que não ocorrerá qualquer liquidação adicional de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

O saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Impostos correntes	81 144	91 364
Impostos diferidos	(889)	1 481
Total do imposto registado em result. (1)	80 255	92 845
Resultado antes de impostos (2)	292 771	336 941
Carga fiscal [(1)/(2)] (percentagem)	27,4	27,6

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue (em percentagem):

	2006	2005
IRC	25,0	25,0
Derrama	2,5	2,5
	27,5	27,5
Resultado antes de impostos	292 771	336 941
Acréscimos	44 176	11 506
Deduções	(41 879)	(16 215)
	295 068	332 232
Prejuízos dedutíveis	—	—
Matéria colectável	295 068	332 232
IRC — 25% (2005: 25%)	73 767	83 058
Derrama (10% sobre o IRC apurado)	7 377	8 306
Tributação autónoma	—	—

	2006	2005
IRC do exercício	81 144	91 364
Pagamentos por conta	66 477	110 690
Retenções na fonte	2 496	1 976
Imposto a recuperar/(pagar)	(12 171)	21 302

12 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	2006	2005
Disponib. sobre instit. de crédito no país:		
Depósitos à ordem	679 570	1 014 392

13 — Aplicações em instituições de crédito:

Quanto à sua natureza, os créditos sobre instituições de crédito analisam-se como segue:

	2006	2005
Aplic. em instit. de crédito no estrangeiro:		
Outras aplicações	5 110 483	2 500 000

As aplicações em instituições de crédito compreendem aplicações feitas pela sociedade no Treasury Center da IBM na Irlanda. Estas aplicações são geridas por este centro e os seus rendimentos distribuídos no vencimento das mesmas, de acordo com os critérios contratualizados.

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é o seguinte:

	2006	2005
Até três meses	2 080 668	2 500 000
De três meses a um ano	3 000 000	—
Juros a receber	29 815	—
	5 110 483	2 500 000

14 — Crédito a clientes:

O crédito é concedido mediante contratos de locação financeira. O seu total em balanço é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	2006	2005
Crédito interno:		
Instituições de crédito	124 496	879 466
Empresas	3 226 099	5 554 747
Particulares	—	—
	3 350 595	6 434 213
Juros e comissões a receber	34 187	54 166
Crédito e juros vencidos:		
Até 90 dias	20 409	240 076
Mais de 90 dias	155 195	136 762
	175 604	376 838
	3 560 386	6 865 217
Menos:		
Provisão para créditos de cobr. duvidosa (v. nota n.º 17)	(27 078)	(115 864)
Provisão para crédito e juros vencidos (v. nota n.º 17)	(122 379)	(18 700)
	(149 457)	(134 564)
Crédito a clientes	3 410 929	6 730 653

O escalonamento destes créditos por prazos de vencimento é o seguinte:

	2006	2005
Até três meses	89 116	3 066 901
De três meses a um ano	619 016	1 444 199
De um ano a cinco anos	2 760 930	2 242 818
A mais de cinco anos	57 137	57 133
Juros e comissões a receber	34 187	54 166
	<u>3 560 386</u>	<u>6 865 217</u>

15 — Impostos diferidos:

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação.

O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o valor dos impostos diferidos activos e passivos registados no balanço é como segue:

	2006	2005
Impostos diferidos:		
Activos	7 739	15 116
Passivos	<u>(27 817)</u>	<u>(36 083)</u>
	<u>(20 078)</u>	<u>(20 967)</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultado transitado	—	(19 486)
Resultado do exercício	<u>889</u>	<u>(1 481)</u>
	<u>889</u>	<u>(20 967)</u>

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis, quando aplicável, e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporais usando uma taxa efectiva de 26,5% (2005: 27,5%). Os saldos destas rubricas decompõem-se como segue:

Descrição	Montantes em euros		Impostos diferidos			
	1 de Jan. 2006	31 Dez. 2006	Balanço em 1 de Jan. 2006	Balanço em 31 de Dez. 2006	Resultado transitado em 1 de Jan. 2006	Resultado em 31 de Dez. 2006
Diferimento subvenções	131 212	104 970	(36 083)	(27 817)	(36 083)	8 266
Provisões tributadas	54 969	29 204	15 116	7 739	15 116	(7 377)
			<u>(20 967)</u>	<u>(20 078)</u>	<u>(20 967)</u>	<u>889</u>

Descrição	Montantes em euros		Impostos diferidos			
	1 de Jan. 2005	31 Dez. 2005	Balanço em 1 de Jan. 2005	Balanço em 31 de Dez. 2005	Resultado transitado em 1 de Jan. 2005	Resultado em 31 de Dez. 2005
Diferimento subvenções	145 237	131 212	(39 940)	(36 083)	(39 940)	3 857
Provisões tributadas	74 378	54 969	20 454	15 116	20 454	(5 338)
			<u>(19 486)</u>	<u>(20 967)</u>	<u>(19 486)</u>	<u>(1 481)</u>

16 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Créditos em curso	50 347	659 902
Despesas com custos diferidos	17 134	16 684
Outros devedores	965	2 349
Iva a recuperar	—	64 543
	<u>68 446</u>	<u>743 478</u>

O saldo da rubrica de créditos em curso corresponde essencialmente ao montante de contratos assinados em 2006, mas que apenas se iniciaram em Janeiro de 2007.

A generalidade dos bens financiados associados a estes contratos só foram liquidados ao respectivo fornecedor no início de 2007. A 31 de Dezembro de 2006 este saldo a pagar encontra-se reflectido na rubrica de fornecedores e credores (nota n.º 18).

17 — Provisões:

Os saldos e movimentos das contas de provisões, decompõem-se como segue:

	2006	2005
Crédito vencido	122 379	115 864
Crédito de cobrança duvidosa	<u>27 078</u>	<u>18 700</u>

	2006	2005
Provisões apresentadas no activo	<u>149 457</u>	<u>134 564</u>
Riscos gerais de crédito	<u>29 204</u>	<u>54 969</u>
Provisões apresentadas no passivo	<u>29 204</u>	<u>54 969</u>
Total de provisões	<u>178 661</u>	<u>189 533</u>
Crédito vencido:		
Saldo em 1 de Janeiro	115 864	127 987
Reposições e anulações	(34 231)	(60 311)
Reforços	40 746	77 673
Utilizações	—	(29 485)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>122 379</u>	<u>115 864</u>
Cobrança duvidosa:		
Saldo em 1 de Janeiro	18 700	8 105
Reposições e anulações	(64 506)	(17 076)
Reforços	<u>72 884</u>	<u>27 671</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>27 078</u>	<u>18 700</u>
Riscos gerais de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	54 969	74 379
Reposições e anulações	(38 717)	(27 245)
Reforços	<u>12 952</u>	<u>7 835</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>29 204</u>	<u>54 969</u>

18 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Retenção impostos na fonte	135	135
IVA a pagar	140 406	—
Fornecedores e credores	118 024	1 137 007
Receitas com proveito diferido	94 870	134 993
Outros encargos a pagar	3 858	3 863
Operações diversas a regularizar	2 468	22 193
	359 761	1 298 191

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica de fornecedores e credores é essencialmente constituída por montantes a liquidar a fornecedores de imobilizado, respeitantes aos contratos assinados em 2006 cujo início ocorreu só em Janeiro de 2007 (v. nota n.º 16).

A rubrica de receitas com proveito diferido corresponde à especialização de proveitos relacionados com a produção de novos contratos.

19 — Passivos e compromissos contingentes:

O quadro seguinte indica o montante contratual dos instrumentos financeiros extra patrimoniais da sociedade em 31 de Dezembro de cada ano.

	2006	2005
Garantias recebidas:		
Garantias reais — activos recebidos em garantia	693 376	341 639
Outras contas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	1 105 913	1 105 913
Juros vencidos	30 371	33 701
	1 136 284	1 139 614

20 — Capital:

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital é representado por 1 500 000 acções de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelo accionista único IBM Companhia Portuguesa, S. A.

21 — Reservas e resultados transitados:

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados, decompõem-se como segue:

	31 de Dez. de 2006	31 de Dez. de 2005	1 de Jan. de 2005
Reservas	658 087	632 127	596 237
Resultados transitados	477 610	1 259 475	810 704
	1 135 697	1 891 602	1 406 941

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e de resultados transitados foram os seguintes:

	2006	2005
Reserva legal:		
Saldo em 1 de Janeiro	632 127	596 237
Transferência de resultados	25 960	35 890
Saldo em 31 de Dezembro	658 087	632 127
Resultados transitados:		
Saldo em 1 de Janeiro	1 259 475	810 704
Resultado líquido ano anterior	259 601	358 910
Impacto da adopção NCA	(15 506)	125 751
Transferência p/ reserva legal	(25 960)	(35 890)
Transferência p/ outras reservas	—	—
Dividendos	(1 000 000)	—
Saldo em 31 de Dezembro	477 610	1 259 475

De acordo com a proposta do conselho de administração, aprovada em assembleia geral de 17 de Março de 2006, o resultado PCSB do exercício de 2005, no montante de 259 601 euros foi aplicado em reserva legal (25 960 euros) e em resultados transitados (233 641 euros).

Em reunião do conselho de administração em 21 de Dezembro de 2006 foi deliberada e aprovada a distribuição de dividendos no valor de 1 000 000 de euros à accionista única, Companhia IBM Portuguesa, S. A.

Em conformidade com a legislação em vigor, uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deve ser destinada à formação de uma reserva legal, até ao limite do capital social.

22 — Relações com entidades relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante dos créditos e débitos e dos resultados da sociedade relativos a entidades relacionadas é o seguinte:

	Aplicações	Outros activos	Outros passivos	Custos	Proveitos
Ano de 2006:					
Companhia IBM Portuguesa, S. A.	—	831	125 355	128 441	113 826
IBM Int. Treasury Services Company	5 080 668	29 816	—	—	110 483
INSA Ingeniería de Software Avanzado, S. A.	—	—	60 920	—	—
Ano de 2005:					
Companhia IBM Portuguesa, S. A.	—	19 895	266 206	—	—
IBM Int. Treasury Services Company	2 500 000	—	—	—	—

As operações com entidades relacionadas são efectuadas a condições normais de mercado.

O Conselho de Administração: *José Joaquim Oliveira*, presidente — *Artur Rodrigues*, administrador-delegado — *Miguel Muñoz*, administrador-delegado. — A Responsável pela Contabilidade, *Suzana Fernandes*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da IBM Financiamento — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.,

as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 9277 milhares de euros e um total de capital próprio de 8848 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 213 milhares de euros), a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nos avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da IBM Financiamento — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Banco de Portugal.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, salientamos que conforme referido na nota n.º 2.1 do anexo, em 2006 a sociedade adoptou, pela primeira vez, as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 3 do anexo.

Lisboa, 16 de Março de 2007. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da IBM Financiamento — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da sociedade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem

como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, complementados com o teor da certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da sociedade e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório do conselho de administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório do conselho de administração;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 — Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao conselho de administração pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 16 de Março de 2007. — O Fiscal Único, PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Acta n.º 26 da assembleia geral

Aos 30 dias do mês de Março de 2007, pelas 14 horas, reuniu na sua sede social situada no Edifício Office Oriente, Rua do Mar da China, lote 1.07.2.3, Parque das Nações, freguesia de Santa Maria dos Olivais, em Lisboa, a assembleia-geral da sociedade IBM Financiamento — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., número único de pessoa colectiva e de matrícula, 502387831, junto da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 7 500 000 euros.

Encontrava-se presente José Joaquim de Oliveira, em nome e representação da accionista única, Companhia IBM Portuguesa, S. A., que detém a totalidade das acções representativas do capital social, como se pode comprovar pela lista de presenças preparada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais e que fica arquivada na sociedade, e o Dr. Miguel Angel Muñoz del Castillo, administrador-delegado, em representação do conselho de administração da sociedade. A reunião foi presidida pelo Dr. João Paulo de Castilho Teixeira de Matos na qualidade de presidente da mesa da assembleia geral, o qual foi devidamente secretariado pela Dr.ª Rita Coimbra Nogueira Neto, secretária da mesa da assembleia geral.

Encontrando-se representada a totalidade do capital social, a accionista única expressou a sua vontade de se constituir validamente em assembleia geral, prescindindo das formalidades prévias, nos termos do artigo 54.º, ex vi do artigo 373.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

O presidente da mesa da assembleia geral, verificando não haver quaisquer motivos que obstassem à realização da presente assembleia geral, declarou aberta a sessão para discussão dos seguintes pontos da ordem de trabalhos:

1 — Deliberação sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006;

2 — Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;

3 — Apreciação da administração e fiscalização da sociedade;

4 — Nomeação dos membros dos órgãos sociais para o ano de 2007.

Dando entrada no ponto um da ordem de trabalhos, e tendo sido dispensada pelos presentes a leitura dos documentos submetidos à assembleia-geral, foi feita pelo Dr. Miguel Angel Muñoz del Castillo uma breve exposição acerca da actividade da sociedade durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006. Seguidamente, o referido administrador-delegado apresentou, em nome do conselho de

administração, a proposta de aprovação das contas relativas ao período de 1 de Janeiro de 2006 a 31 de Dezembro de 2006, bem como o respectivo relatório de gestão, o relatório e parecer do fiscal único e demais documentos de prestação de contas, declarando que as referidas contas apresentam um resultado líquido positivo no montante de 212 517 euros. Colocada a proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

No âmbito do ponto dois da ordem de trabalhos, foi, pelo administrador-delegado presente, proposto que o referido resultado líquido positivo do exercício, no valor de 212 517 euros, tivesse a seguinte aplicação:

21 252 euros, para o fundo de reserva legal;
191 265 euros para resultados transitados.

Colocada esta proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Dando entrada no ponto três da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, tendo sido considerado pelo representante da accionista única terem aquelas funções sido exercidas correctamente e em conformidade com o interesse social. Foi então aprovado por unanimidade um voto de confiança aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade pela forma como exerceram as suas funções.

Entrando no ponto quatro e último da ordem de trabalhos, e tendo em consideração o termo do mandato relativo ao ano de 2006, foi deliberado, por unanimidade, designar para o ano de 2007, com efeitos a partir da presente data, para membros da mesa da assembleia-geral:

Presidente: João Paulo de Castilho Teixeira de Matos, que também usa e assina João Paulo Teixeira de Matos, solteiro, maior, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, advogado, com domicílio profissional na Avenida Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras, torre 1, 15.º, Lisboa;

Secretária: Rita Coimbra Nogueira Neto, que também usa e assina Rita Nogueira Neto, casada, maior, natural da freguesia do Alto do Pina, concelho de Lisboa, advogada, com domicílio profissional na Avenida Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras, torre 1, 15.º, Lisboa.

E para membros dos órgãos sociais, para o ano de 2007:

Conselho de administração:

Presidente: José Joaquim de Oliveira, divorciado, de nacionalidade portuguesa, contribuinte n.º 125908300, residente na Rua Tomás da Fonseca, 26, Edifício 3, 6.º direito, Lisboa;

Administrador: Miguel Angel Muñoz del Castillo, casado, de nacionalidade espanhola, contribuinte n.º 222561246, residente na Rua Luís de Camões, 102, lote 8, 1.º esquerdo, Lisboa;

Administrador: Artur Manuel Nobre Paulo Rodrigues, casado, de nacionalidade portuguesa, contribuinte n.º 129332518, residente na Praça João do Rio, 5, 1.º direito, 1000-180, Lisboa.

Fiscal único:

PriceWaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, SROC n.º 183, pessoa colectiva n.º 506628752, com sede no Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1, 3.º, Lisboa, representada por António Alberto Henrique Assis, revisor oficial de contas n.º 815, casado, natural da freguesia de Ventosa, concelho de Torres Vedras, residente na Av. Manuel da Maia, 11, 1.º, Lisboa, ou por José Manuel Henriques Bernardo, revisor oficial de contas n.º 903, casado, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente na Quinta do Património, lote 27, 12.º-B, em Sacavém.

Fiscal único suplente:

Jorge Manuel Santos Costa, revisor oficial de contas n.º 847, casado, natural da freguesia do Campo Grande, concelho de Lisboa, residente na Avenida Barbosa du Bocage, 107, 3.º-B, Lisboa.

Nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada pelas quinze horas, lavrando-se a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e secretário da mesa da assembleia geral.

Lisboa, 13 de Julho de 2007. — O Responsável pela Publicação, Artur Manuel Nobre Paulo Rodrigues, administrador-delegado.

2611036533

P&I — PROPRIEDADE E INVESTIMENTOS, SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S. A.

Relatório n.º 12-AA/2007

Largo das Palmeiras 9, 1050-068 Lisboa

Capital social: 500 000 euros

Relatório e contas de 2006

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento económico

1.1 — Economia internacional

A economia mundial continuou a apresentar, em 2006, uma elevada dinâmica de crescimento, tendo o PIB apresentado uma evolução de 5,1%, sobretudo em resultado do bom comportamento das economias asiáticas, destacando-se a China com um crescimento do PIB de 10,7%.

Relativamente aos principais blocos económicos, os EUA apresentaram um crescimento de 3,4%, superior quer ao Japão (2,8%), quer à zona euro (2,6%), tendo todos eles suportado a sua evolução na expansão continuada da procura interna. De salientar que o crescimento verificado na zona euro foi o maior nos últimos seis anos. Os países europeus que se encontram fora da zona euro apresentaram uma expansão ligeiramente acima de 5%, justificada pelo avultado investimento em infra-estruturas.

O comércio mundial acelerou para um ritmo próximo de 9%, em consequência do aumento das exportações e das importações entre as economias avançadas e as que se encontram em desenvolvimento, situação que, no futuro, poderá vir a ser contrariada quer pelo aumento das tendências proteccionistas dos primeiros, quer pelo desenvolvimento tecnológico dos segundos.

No que respeita à evolução dos preços, a zona euro foi influenciada pelo aumento do custo dos bens energéticos, tendo como consequência a manutenção do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em cerca de 2,2%, mais 0,2 pontos percentuais (pp.) que o objectivo de longo prazo definido pelo Banco Central Europeu (BCE), o que levou a movimentos sistemáticos de subida da taxa de juro do euro (a taxa de referência do BCE atingiu 3,5%) com efeitos na sua valorização face às restantes moedas de referência internacionais.

Por seu lado, os mercados accionistas evidenciaram uma evolução positiva, reagindo favoravelmente à melhoria dos resultados das empresas cotadas, o que permitiu superar o efeito negativo do aumento da taxa de juro e da manutenção de elevados preços das matérias primas, com destaque para o do petróleo e do aço.

1.2 — Economia portuguesa

Em Portugal, a recuperação da actividade económica tem sido lenta, reflectindo os desequilíbrios acumulados, em especial o aumento do endividamento do sector privado e o desequilíbrio das contas do sector público, os quais se têm traduzido, quer na diminuição do investimento em habitação, quer na necessidade de contenção na despesa pública e nomeadamente no investimento público.

No entanto a actividade económica nacional registou, em 2006, uma aceleração face ao ano anterior, atingindo um crescimento real de 1,3%, ainda assim cerca de metade da evolução registada pela zona euro, constituindo o quinto ano consecutivo de divergência face à média da União Europeia.

Contudo, ao contrário de anos anteriores, o principal contributo para o aumento da actividade económica proveio do comportamento da procura externa (1%), reflectindo o crescimento significativo das exportações (8,8%) e uma evolução mais moderada das importações (4,3%), enquanto a procura interna evidenciou um contributo quase nulo (0,2%), decorrente quer dos decréscimos do consumo público e do investimento, quer do aumento moderado do consumo privado (1,2%). Esta evolução conduziu a uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital, e, consequentemente, das necessidades de financiamento externas da economia, para 7,6% do PIB.

A continuada tendência de deslocalização de empresas industriais conduziu a um aumento da taxa de desemprego para um valor médio anual de 7,7%, mais 0,1% que no final de 2005.

O efeito conjunto do aumento de preços dos produtos energéticos, de produtos alimentares não processados e do aumento da taxa normal de IVA verificado em Julho/2005 (que teve impacto na evolução dos preços durante o primeiro semestre de 2006), conduziu a um aumento da taxa de inflação (IHPC) para 3%, superando, em cerca de 1%, quer o valor do ano anterior, quer o valor médio da zona euro.

2 — Actividade da empresa

O conselho de administração manteve a sua composição, sem alteração, sendo constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Carlos Luís Bessa Monteiro.
Vogais:

Miguel Torres Reis Proença Varão;
Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão.

O ano de 2006 fica marcado pela adopção das regras de contabilização IAS/IFRS, de acordo com as instruções do Banco de Portugal. Devido à natureza das operações os critérios são idênticos aos já utilizados no PSCB do sector bancário pelo que não houve impacto nos resultados devido à referida alteração.

O ano de 2006 na sequência do ocorrido no ano anterior, foi essencialmente dedicado à apresentação do serviço de gestão de patrimónios de índole imobiliária, principalmente a investidores privados.

Por outro lado continuou a prestação de serviços de auditoria Imobiliária, através da Deloitte, à Universidade de Lisboa, à Universidade Nova de Lisboa e à Universidade Técnica de Lisboa.

Durante o exercício de 2006 manteve-se a gestão da carteira de imóveis dos clientes SEFI e PGL.

3 — Situação económica e financeira

As principais constatações que se verificam na demonstração de resultados, comparando os exercícios de 2005 e 2006 são as seguintes:

Descrição	2006	2005	Varição
Juros e rendimentos similares	—	14 337	— 14 337
Rendim. de serviços e comissões	66 679	66 678	+ 1
Gastos gerais administrativos	93 192	122 013	— 28 821
Custos com o pessoal	9 978	20 665	— 10 687
Resultado líquido do exercício	— 36 031	— 40 294	+ 4 263

A empresa registou um resultado líquido negativo de 36 030,83 euros, melhorando em relação a 2005 principalmente devido à evolução dos custos com o pessoal e administrativos.

A evoluções das principais rubricas do balanço foi a seguinte:

Descrição	2006	2005	Varição
Activo	452 348	478 424	— 26 076
Disponibilidades	365 562	401 557	— 35 995
Crédito a clientes	55 123	42 350	+ 12 773
Passivo	15 674	5 719	+ 9 955
Capital próprio	436 674	472 705	— 36 031

Verifica-se que apesar do resultado negativo do exercício a empresa continua a ter um *ratio* de solvabilidade muito elevado.

4 — Perspectivas para 2007

4.1 — Enquadramento macroeconómico

O principal desafio para a economia portuguesa continua a ser o saneamento das finanças públicas, estando previsto, no relatório do Orçamento de Estado para 2007 um défice de 4,6% do PIB em 2006. É fundamental a contenção da despesa para se atingir um resultado estrutural para este défice.

Torna-se pois urgente a reforma da administração pública que vai permitir diminuir os cortes no investimento público e melhorar a competitividade futura.

Não é sustentável a expansão da economia assente na procura interna, e sobretudo no consumo privado, dado o elevado grau de endividamento das famílias e a situação das finanças públicas. Apenas o fortalecimento das exportações, suportado numa recuperação da competitividade externa, e o investimento nos sectores de bens transaccionáveis de elevado valor acrescentado, permitirá a recuperação gradual da economia portuguesa e a retoma do processo de convergência real em relação à média da União Europeia.

As previsões económicas do Banco de Portugal para 2007 apontam para uma aceleração do ritmo de crescimento do PIB nacional que deverá atingir 1,8%, devido à recuperação da procura interna, enquanto que a taxa de inflação deverá reduzir-se para 2,3%, reflectindo a desaceleração do preço dos bens energéticos.

De notar, contudo, que esta aceleração não será suficiente para que se atinja o valor médio da zona euro, perspectivando-se, assim, que 2007 constitua mais um ano de divergência face à média dos nossos parceiros europeus.

Por fim, cumpre referir que tendo em conta a reduzida dimensão e o elevado grau de abertura da economia portuguesa, subsistem um conjunto de riscos passíveis de afectar as previsões acima mencionadas, nomeadamente a evolução do preço do petróleo, a possibilidade de uma correcção abrupta dos desequilíbrios económicos internacionais, em especial do défice externo da economia norte-americana, e uma evolução das exportações inferior ao esperado

4.2 — Perspectivas

Os contactos que estão a ser desenvolvidos com entidades detentoras de importantes patrimónios imobiliários tendo em vista a oferta dos serviços da empresa, de acordo com as linhas de orientação estratégica definidas, permitem perspectivar para o ano de 2007, o início de uma nova fase de desenvolvimento da actividade da empresa.

5 — Aplicação de resultados

Tendo em conta o já acima mencionado resultado líquido negativo alcançado, no montante de 36 030,83 euros, propõe-se que o mesmo transite para o exercício seguinte na conta de resultados transitados.

6 — Outras referências

Ao concluir o relatório relativo ao exercício de 2006, o conselho de administração expressa o seu reconhecimento a todos quantos lhe prestaram colaboração e apoio.

Lisboa, 6 de Março de 2007. — O Conselho de Administração:
Miguel Torres Reis Proença Varão — Carlos Luís Bessa Monteiro —
Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006**ACTIVO**

(Em euros)

	2006			2005
	Activo bruto	Amorti- zações	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	—	—
Disponibilidades em outras instituições de crédito	365 562	—	365 562	401 557
Activos financeiros detidos para negociação	—	—	—	—
Outros activos financeiros ao justo valor resultados	—	—	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito	—	—	—	—
Crédito a clientes	57 707	2 584	55 123	42 350
Investimentos detidos até à maturidade	—	—	—	—
Activos com acordo de recompra	—	—	—	—
Derivados de cobertura	—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda	—	—	—	—
Propriedades de investimento	—	—	—	—
Outros activos tangíveis	9 979	9 979	—	599
Activos intangíveis	—	—	—	—
Investi em filiais, associadas e empreend conjuntos	—	—	—	—
Activos por impostos correntes	—	—	—	—
Activos por impostos diferidos	—	—	—	—
Outros activos	31 663	—	31 663	33 918
<i>Total de activo</i>	<i>464 911</i>	<i>12 563</i>	<i>452 348</i>	<i>478 424</i>

PASSIVO

	2006	2005
Recursos de bancos centrais	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação	—	—
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—
Recursos de outras instituições de crédito	—	—
Recursos de clientes e outros empréstimos	—	—
Responsabilidades representadas por títulos	—	—
Passivos financeiros associados a activos transferidos	—	—
Derivados de cobertura	—	—
Passivos não correntes detidos para venda	—	—
Provisões	551	424
Passivos por impostos correntes	—	—
Passivos por impostos diferidos	—	—
Instrumentos representativos de capital	—	—
Outros passivos subordinados	—	—
Outros passivos	15 123	5 296
<i>Total de passivo</i>	<i>15 674</i>	<i>5 719</i>
Capital	500 000	500 000
Prémios de emissão	—	—
Outros instrumentos de capital	—	—
Reservas de reavaliação	—	—
Outras reservas e resultados transitados	— 27 296	12 999
Acções próprias	—	—
Resultado do exercício	— 36 031	— 40 294
Dividendos antecipados	—	—
<i>Total de capital</i>	<i>436 674</i>	<i>472 705</i>
<i>Total de passivo e capital</i>	<i>452 348</i>	<i>478 424</i>

Lisboa, 31 de Dezembro 2006. — O Conselho de Administração: *Miguel Torres Reis Proença Varão* — *Carlos Luis Bessa Monteiro* — *Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão*. — A Técnica de Contas, *Lisete Araújo*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006

	2006	2005
Juros e rendimentos similares	—	14 337
Juros e encargos similares	105	141
Margem financeira	— 105	14 197

(Em euros)

	2006	2005
Rendimentos de instrumentos de capital	—	—
Rendimentos de serviços e comissões	66 679	66 678
Encargos com serviços e comissões	—	—
Resultados activos e passivos avaliados ao justo valor de resultados (líquido)	—	—
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	—	—
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	—	—
Resultados de alienação de outros activos	—	—
Outros resultados de exploração	1 297	23 619
Produto bancário	67 871	104 494
Custos com pessoal	9 978	20 665
Gastos gerais administrativos	93 192	122 013
Amortizações do exercício	599	2 460
Provisões líquidas de reposições e anulações	128	-351
Correcções valor associadas de crédito a clientes valores receber de outros devedores	—	—
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	—	—
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	—	—
Resultado antes de impostos	- 36 026	- 40 294
Impostos	5	—
Correntes	5	—
Diferidos	—	—
Resultado após impostos	- 36 031	- 40 294
Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas	—	—
Resultado líquido do exercício	- 36 031	- 40 294

Lisboa, 31 de Dezembro 2006. — O Conselho de Administração: *Miguel Torres Reis Proença Varão* — *Carlos Luís Bessa Monteiro* — *Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão*. — A Técnica de Contas, *Lisete Araújo*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2006

	2006
Actividades operacionais:	
Recebimentos de clientes	73 957,73
Pagamentos a fornecedores	(98 835,23)
Pagamentos ao pessoal	(8 880,23)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o exercício	1 617,48
Outros recebimentos e pagamentos relativos a actividade operacional	(3 854,77)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	—
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	—
Fluxos das actividades operacionais	(35 995,02)
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios ao investimento	—
Imobilizações corpóreas	—
Imobilizado corpóreo	—
Pagamentos respeitantes:	
Investimentos financeiros	—
Imobilizado corpóreo	—
Imobilizado incorpóreo	—
Fluxos das actividades de investimento	—

(Em euros)

2006

atividades de financiamento:

Recebimentos provenientes de:

Empréstimos concedidos	—
Empréstimos obtidos	—
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	—

Pagamentos respeitantes:

Dividendos	—
Empréstimos obtidos	—
Juros e custos similares — Grupo	—
Donativos	—
Juros de empréstimos obtidos	—

Fluxo das actividades de financiamento —

Caixa e equivalentes no início	401 556,54
Caixa e equivalentes no fim	365 561,52

Variação de caixa e equivalentes	35 995,02
--	-----------

Lisboa, 31 de Dezembro 2006. — O Conselho de Administração: *Miguel Torres Reis Proença Varão* — *Carlos Luís Bessa Monteiro* — *Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão*. — A Técnica de Contas, *Lisete Araújo*.

Demonstração de alterações no capital próprio em 2005-2006

	Capital social	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo a 31 Dezembro de 2005 (PCSB)	500 000	—	11 782	1 217	— 40 294	472 705
Saldo a 31 Dezembro de 2005 (NCA)	500 000	—	11 782	1 217	— 40 294	472 705
Transferência para reserva legal	—	—	—	—	—	—
Transferência para resultados transitados	—	—	—	— 40 294	40 294	—
Resultado líquido do ano	—	—	—	—	— 36 031	— 36 031
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	500 000	—	11 782	— 39 077	— 36 031	436 674

Lisboa, 31 de Dezembro 2006. — O Conselho de Administração: *Miguel Torres Reis Proença Varão* — *Carlos Luís Bessa Monteiro* — *Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão*. — A Técnica de Contas, *Lisete Araújo*.

Notas anexas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006

Nota introdutória:

A sociedade P & I — Prop. e Invest., Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., foi constituída por escritura pública de 9 de Novembro de 1987, com a designação SIGEFA — Sociedade de Gestão de Fortunas Atlântica, S. A.

Por acta social de 25 de Novembro de 1988, foi alterado o pacto social, tendo sido aumentado o capital social e consagrado, nos estatutos, que a sociedade pode adquirir nos termos autorizados por lei títulos de pública ou garantidos pelo Estado, bem como imóveis destinados às suas instalações:

Por escritura pública de 5 de Julho de 1990, foi aumentado o capital para 100 milhões de escudos;

Por escritura pública de 27 de Fevereiro de 1992, foi alterado o pacto social, designadamente no que concerne à designação da sociedade que adoptou a firma Imperfólio — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.

Por escritura pública de 10 de Outubro de 1994, foram substituídos integralmente os estatutos da sociedade, designadamente, no que concerne à denominação da sociedade que passou a ser P & I — Propriedade e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., que tem como objecto social, actividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, bem como todas as demais actividades que por lei não sejam vedadas às sociedades gestoras de patrimónios.

O ano de 2006 fica marcado pela consolidação das regras de contabilização para as IAS/IFRS (International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards), de acordo com as instruções do Banco de Portugal.

Esta obrigação teve origem no Regulamento n.º 1606/2002 da Comissão Europeia, publicado em Julho 2002, que tornou obrigatória a adopção, por todos os emitentes de valores mobiliários cotados, das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), na informação financeira consolidada prestada a partir de 2005.

Devido à natureza das operações os critérios utilizados nas NCA são idênticos aos já utilizados no PCSB pelo que não houve impacto nos resultados devido à referida alteração.

1 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados pelas NIC/NCA e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios. — Os proveitos e custos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração de resultados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Outros activos tangíveis. — Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas. As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo.

2 — O crédito representado na rubrica do activo (disponibilidades em outras instituições de crédito) diz respeito a depósito à ordem no Millennium BCP.

3 — Movimentos e saldo do activo tangível:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líq. em 31 de Dezembro de 2003
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aqui-sições	Reaval. (líquido)			
Outos activos intangíveis:							
Despesas de constituição	—	—	—	—	—	—	—
Outros activos tangíveis:							
Equipamento	9 979	9 380	—	—	599	—	—
Totais	9 979	9 380	—	—	599	—	—

4 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital da sociedade era constituído por 100 000 acções com o valor nominal de cinco euros cada, sendo detido a 100% pela P&I — Participações e Investimentos Imobiliários, L.^{da}

5 — Outros activos e outros passivos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as rubricas de outros activos e outros passivos, tem a seguinte composição:

	2006	2005
Outros activos:		
Sector público estatal	26 428	26 210
Devedores diversos	55 123	42 350
<i>Total</i>	81 551	68 560
Outros passivos:		
Sector público estatal	—	53
Credores diversos	13 052	713
<i>Total</i>	13 052	766

6 — Efectivos:

Durante o exercício de 2006 a sociedade teve ao seu serviço um funcionário e os membros do conselho de administração.

7 — Comissões de gestão:

Durante os exercícios de 2006 e 2005 foram cobradas as seguintes comissões:

	2006	2005
Comissão de administração de valores	66 679	66 678

8 — Proveitos por mercados geográficos:

Todos os proveitos gerados pela actividade da sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

9 — Impostos:

A sociedade está sujeita ao imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), à taxa de 25% e respectiva derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações podem vir a ser objecto de revisão por parte da administração fiscal durante o período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da sociedade respeitantes aos exercícios de 2003 a 2006 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível qualquer liquidação adicional, relativa-

mente aos exercícios acima referidos, para as demonstrações financeiras anexas.

A carga fiscal imputada ao exercício e ao ano anterior registou o seguinte movimento:

	2006	2005
Impostos pagos — Pagamento especial		
por conta	1 250	1 256
Impostos recebidos	2 867	2 906
Impostos a recuperar	—	2 867

10 — Custos com o pessoal — Os custos com pessoal estão distribuídos do seguinte modo:

Designação	2006	2005
Gastos com pessoal	9 978	20 665
Remunerações base + subsídios	2 312	15 735
Outras retribuições	6 569	1 255
Encargos patronais	529	3 108
Seguro de acidentes de trabalho	535	531
Saúde no trabalho	33	36

11 — Partes relacionadas:

A P&I — Prop. e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., é detida 100% pela P&I — Participações e Investimentos Imobiliários, L.^{da} e o capital desta é detido 100% pela família Goes Ferreira (Dr. José Manuel Pita Góis Ferreira, 40%; D. Maria da Graça Góis Ferreira, 40%; Dra. Maria Graça Góis Ferreira Varão, 10%; Arq. João Góis Ferreira, 7,5%; D. Ana Goes Ferreira, 2,5%).

A P&I — Prop. e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., tem como seus clientes, entre outros, a SEFI — Soc. de Estudos e Fomento Imobiliário, L.^{da} e a PGL — Planeamento e Gestão de Imóveis, L.^{da}, que por sua vez têm todas em comum um accionista maioritário que é o Dr. José Manuel Pita Góis Ferreira.

Valor facturado à PGL — Planeamento e Gestão de Imóveis, L.^{da} — 27 159,48 euros;

Valor facturado à SEFI — Sociedade de Estudos e Fomento Imobiliário, L.^{da} — 53.521,68 euros.

Lisboa, 23 de Março de 2007. — O Conselho de Administração: Miguel Torres Reis Proença Varão — Carlos Luís Bessa Monteiro — Maria da Graça Pinto Salgado Góis Ferreira Proença Varão. — A Técnica de Contas, Lisete Araújo.

Certificação legal de contas

1 — *Introdução e responsabilidades.* — Examinámos as demonstrações financeiras da P&I — Propriedade e Investimento — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., (adiante também designada por

empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 452 348 euros e um total de capital próprio de 436 674 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 36 031 euros), a demonstração dos fluxos de caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito*. — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação da adequabilidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (iv) a apreciação da adequabilidade em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da P&I — Propriedade e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal.

4 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na nota n.º 1, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 13 de Março de 2007. — BDC — Barroso, Dias, Caseirão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Martinho Soares Barroso*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Relatório:

No cumprimento do mandato que VV. Ex.^{as} nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2006, a actividade da P&I — Propriedade e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do conselho de administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O conselho fiscal apreciou o relatório anual da BDC (sociedade de revisores membro deste conselho) sobre a fiscalização efectuada, cujo o conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, as notas anexas às demonstrações financeiras e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a certificação legal das contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer:

Assim propomos:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão e balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração

Lisboa, 13 de Março de 2007. — O Conselho Fiscal: *Manuel Ângelo Gonçalves Pereira Agrela*, presidente — *António Maria Palhavã Rodrigues Pinto*, vogal — *José Martinho Soares Barroso*, em representação de BDC — Barroso, Dias, Caseirão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Acta n.º 37 da assembleia geral ordinária

Aos 29 dias do mês de Março de 2007, pelas 10 horas, na sede social, no Largo das Palmeiras, 9, Lisboa, reuniu-se a assembleia geral ordinária da sociedade P&I — Propriedade e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., pessoa colectiva n.º 501925562, com o capital social de 500 000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 67 588.

Estavam presentes, conforme lista de presenças que se arquivou nos documentos da sociedade, o Dr. José Manuel Pita Gois Ferreira e o Dr. Carlos Luís Bessa Monteiro, ambos na qualidade de Gerentes, em representação da sociedade comercial por quotas, e único accionista, P&I — Participações e Investimentos Imobiliários, L.^{da}

Encontrava-se, também, presente a totalidade dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, bem como o presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Paulo da Silva Almeida e a secretária da mesa da assembleia geral, Dr.^a Leonor Gomes Pereira.

Constituída a mesa da assembleia geral, que se manteve até ao final sem qualquer alteração, tomou a palavra o presidente da mesa, que começou por constatar, face às presenças, a comparência da totalidade do capital social, tendo declarado a assembleia universal regularmente constituída e com poderes para deliberar validamente, sem observância de formalidades prévias, ao abrigo do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, procedendo, então, à leitura da seguinte ordem de trabalhos, que foi aprovada pelos representantes do accionista único:

1 — Discutir, aprovar ou modificar o sobre o relatório de gestão, balanço e contas da sociedade relativas ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2006;

2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Entrando-se de imediato no ponto um da ordem de trabalhos, o presidente da mesa colocou o relatório de gestão, o balanço e as contas da sociedade relativas ao exercício de 2006, à disposição e discussão dos sócios, recordando que estes documentos já eram do conhecimento de todos os presentes.

Não tendo ninguém manifestado o desejo de usar a palavra, foram postos à votação o relatório de gestão, o balanço e as contas da sociedade relativas ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2006, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade dos sócios presentes.

Passando-se de imediato ao ponto dois da ordem de trabalhos, o presidente, no uso da palavra, leu a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho e administração, no sentido de que o resultado negativo do exercício em apreciação, no montante de 36 030,83 euros, transite para o exercício seguinte na conta de resultados transitados.

Tendo sido posta à discussão e votação a referida proposta de aplicação de resultados, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos dos accionistas presentes.

Passando-se, de seguida, ao ponto três da ordem de trabalhos, o Dr. José Manuel Pita Gois Ferreira, no uso da palavra, manifestou apreço pelos resultados práticos do trabalho levado a cabo pelo conselho de administração da sociedade, tendo proposto a aprovação de um voto de confiança a todos os seus membros, bem como todos os que colaboraram com a empresa durante o exercício de 2006.

Admitida, discutida e votada, foi a precedente proposta aprovada por unanimidade de votos dos accionistas presentes.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa da assembleia geral, agradecendo a colaboração recebida de todos os sócios, declarou encerrada a assembleia geral anual, dela se lavrando a presente acta que irá ser assinada pelo presidente da mesa e pela secretária.

A Mesa da Assembleia Geral: *Paulo Alexandre da Silva Almeida*, presidente — *Leonor Cristina Martins Gomes Pereira*, secretária.

Acta n.º 55 da assembleia geral

Aos 28 dias do mês de Março de 2007, pelas 15 horas, no Largo das Palmeiras, 9, em Lisboa, reuniu o conselho de administração da P&I — Propriedade e Investimento, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., pessoa colectiva n.º 501925562, com o capital social de 500 000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial

de Lisboa, sob o n.º 67 588, encontrando-se presente a totalidade dos seus membros, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: análise do relatório e contas de 2006.

Entrando-se, de imediato, no ponto único da ordem de trabalhos, e após análise e discussão do relatório e contas relativos ao ano de 2006, o qual apresentou um resultado líquido negativo de 36 030,83 euros, foi deliberado, por unanimidade, aprovar as contas do exercício de 2006, bem como aprovar a proposta de que o mesmo resultado líquido negativo apurado transite para a conta de resultados transitados.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada e dela foi lavrada a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela totalidade dos administradores.

O Conselho de Administração: *Carlos Luís Bessa Monteiro*, presidente — *Miguel Torres Reis Proença Varão*, vogal — *Maria da Graça Góis Ferreira Proença Varão*, vogal. 2611035719

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
